



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira:
dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964-1968)

Lívia Ribeiro Barboza de Araújo Braga

São Gonçalo

2021

Lívia Ribeiro Barboza de Araújo Braga

*A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira:
dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964-1968)*

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Rio de Janeiro.

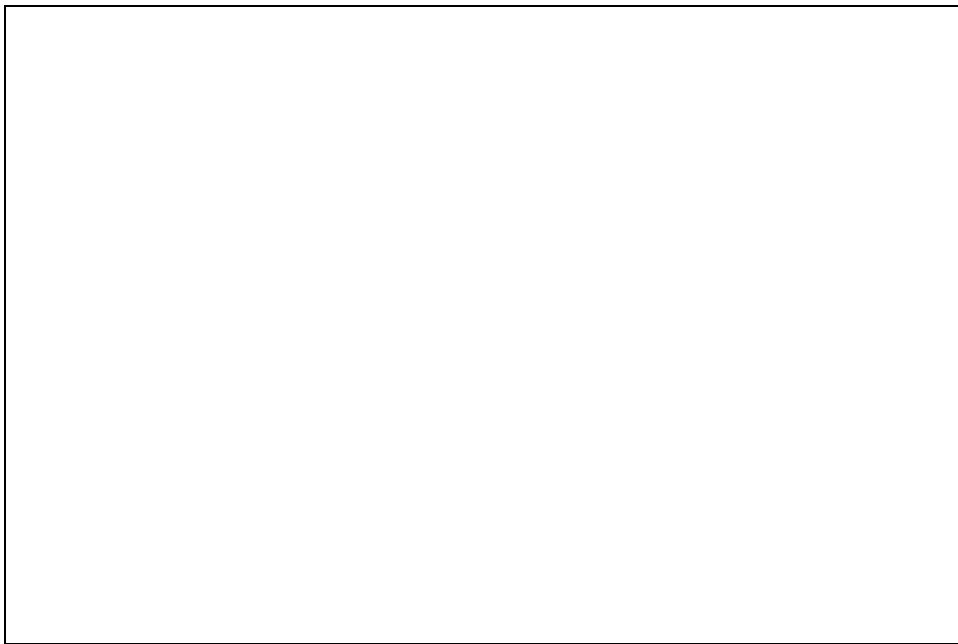
Linha de pesquisa: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDER SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lívia Ribeiro Barboza de Araújo Braga

A Juventude Universitária Católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos ventos de abertura aos atos de fechamento (1964-1968)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Rio de Janeiro.

Linha de pesquisa: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Rafael Vaz da Motta Brandão (UERJ – orientador)

Alejandra Luisa Magalhães Estevez (UFF – arguidora)

Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ – arguidor)

Izabel Priscila Pimentel da Silva (UERJ – suplente)

Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ – suplente)

DEDICATÓRIA:

*À Luiza e Arthur,
que a memória de outros jovens libertadores inspire a juventude de vocês.*

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus. Por tradição e por convicção. Foram tempos difíceis e a fé me sustentou em diversos momentos, ainda que, no instante exato, eu não seja capaz de explicar muito do que se passou nos últimos dois anos.

Quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, pela oportunidade de, anos depois, ter retomado meus estudos na área. Pelo corpo docente, que me acompanhou e enfrentou comigo os desafios de uma pandemia mundial. Encontrei em vocês profissionalismo e empatia, cuidado e competência. Agradeço ainda ao meu orientador, o professor Rafael Brandão, que não me deixou desistir, que acompanhou todos os percalços que enfrentei, que compreendeu e cooperou em todas as vezes que precisei, e não foram poucas as vezes. Talvez esses anos tenham sido os mais difíceis da minha história pessoal, ao menos até aqui. Obrigada, Rafael. Pelos colegas da turma de 2019, que enfrentaram comigo os desafios de 2020 e 2021 (que eu tenho a sensação de ter sido um “2020.2”).

Agradeço a minha mãe, Claudia Mara Ribeiro, você me ensinou a amar a educação e o conhecimento. Eu não seria nada sem você. Você e minha avó Luzia foram exemplos de mulheres fortes, gente que luta com garra. Essas lições dadas como exemplo são inesquecíveis. Também gostaria de agradecer a minha família materna: novamente a minha avó, tias e Luiz Lenharo, que colaboraram em tudo que puderam, cuidando de tantas questões práticas, para que eu pudesse me dedicar, em tantos fins de semana, a esse trabalho. Agradeço ao meu pai, Marcio Braga e a sua família, Silvia e meus amados irmãos, por me ensinarem que vitória demanda trabalho, e trabalho pesado.

Ao Maycon Braga e Kennya Regina, por não soltarem a minha mão. Entenderem as ausências e foram presenças acolhedoras nos inúmeros momentos de desespero.

Aos meus filhos, Luiza e Arthur, que foram e sempre serão a razão da minha luta, mesmo quando ainda nem existiam. Por serem o colo que me refugia, ainda que eu que esteja com eles no colo. A presença, o riso, a voz de vocês me dão ânimo e coragem. Não há desafio que não valha a luta, quando a inspiração é vocês.

Agradeço aos meus amigos de trabalho do UNILASALLE - RJ, especialmente aos do Setor de Ação Comunitária: Lara, Antônio e Gabriel.

Lara, obrigada por ter me puxado pela mão e me trazido, quase à força, até aqui. Sabemos da sua importância! Obrigada pelos livros, pela organização, companheirismo, companhia, risadas e choros. Por dividir comigo as angústias, o vinho e a vida! Obrigada, Antônio, por vigiar cada coisa do nosso trabalho e do nosso cotidiano, garantindo que nada saia do controle; por cuidar de todos nós com tamanho amor! Obrigada Gabriel, por acreditar tanto em mim que não me deixa duvidar. Por ter escolhido seguir essa carreira tão dura e linda! “Tudo que nós tem, é nós!”

A Adriana, por ter ajudado nas digitações e no estímulo constante. Às “Queens”, Jessica e Grazi, por terem me acolhido nesses tenebrosos tempos de “mestrado/pandemia/apocalipse”. A Angelina, Andre, Ana Flávia, Luiza e tantos outros amigos que ouviram meus lamentos, cobriram meus horários, rezaram por mim, torceram de verdade pelo meu sucesso. “Quem tem um amigo tem tudo!”

Obrigada a PJE – Pastoral da Juventude Estudantil, que me ensinou sobre ser uma Igreja para a libertação, que me apresentou esse outro lado da história e que me deu um lugar a pertencer.

Utopia?

Deus não nos obriga a êxitos.

O sucesso quase sempre independe de nós.

Há nós nos cabe o testemunho, o esforço, a tentativa de diálogo.

Dom Helder Câmara

RESUMO:

A pesquisa tem como propósito o estudo sobre a Juventude Universitária Católica (JUC) entre os anos de 1964, quando ocorre o golpe civil-militar que levou à derrubada do governo Goulart, e 1968, momento em que o movimento se desmobiliza após o esvaziamento de suas lideranças, tendo em vista tanto a orientação eclesial, que dificultava a militância política, quanto o caráter autoritário e repressor do regime. Para tanto, analisamos a trajetória do movimento, sua caracterização e identificação, desde a década de 1950 até o período recortado para a pesquisa. O objetivo é, portanto, analisar a atuação da JUC, buscando esclarecer as diferentes narrativas sobre o papel da Igreja Católica durante os primeiros anos da ditadura. Além disso, analisamos as estratégias de luta que a JUC utilizou para ampliar sua atuação política nos anos que antecederam o golpe de 1964 e como, nos primeiros anos da ditadura, seus militantes lutaram contra o regime, destacando a repressão sobre o movimento social-religioso. Assim, buscamos elaborar um levantamento dos nomes de suas lideranças, explicando a metodologia do movimento e destacando as escolhas ideológicas e os diferentes campos de poder. Nesse sentido, procurou-se explicar as razões que levaram a JUC a declinar de “tendência relevante ao movimento estudantil” para a “inexistência eclesial”.

Palavras-chave: Juventude Universitária Católica; Ditadura civil-militar; Igreja Católica

ABSTRACT:

The research intends to study the Catholic University Youth (JUC) between 1964, when the civil-military coup that led to the overthrow of the Goulart government, and 1968, when the movement demobilized after the emptying of their leaders, bearing in mind both the ecclesial orientation, which made political militancy difficult, and the authoritarian and repressive character of the regime. Therefore, we analyzed the trajectory of the movement, its characterization and identification from the 1950s to the period chosen for the research. The purpose is, therefore, to analyze the performance of the JUC, seeking to clarify the different narratives about the role of the Catholic Church during the first years of the Brazilian civil-military dictatorship. In addition, we analyze the fight strategies that the JUC used to expand its political activities in the years before the 1964 coup and how, in the first years of the dictatorship, its militants fought against the regime and how was the repression of this social movement -religious. Thus, we seek to elaborate a survey of the names of the leaders, explain the movement's methodology and understand the ideological choices and the different fields of power. In this sense, an attempt was made to explain the reasons that led the JUC to decline from a “relevant trend to the student movement” to “ecclesial inexistence”..

Keywords: Catholic University Youth; Civil-military dictatorship; Catholic church.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	12
1- DOS “VENTOS DE ABERTURA” AOS “ATOS DE FECHAMENTO”	23
1.1- “Os ventos que vem do Norte”: a influência dos movimentos juvenis da década de 1960	26
1.2- Os ventos de lá para cá: do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín ..	35
1.3- A ventania dura pouco no Brasil: o golpe de 1964 e os “atos de fechamento” ..	38
2- UM VENDAVAL SEM PRECEDENTES: A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA NO BRASIL	57
2.1- O início: histórias, identidades e inspirações	64
2.2- A formação de militantes, metodologia e organização na JUC	74
2.3- O diálogo entre o material e o espiritual: do Ideal Histórico à Consciência Histórica	86
3- OS VENTOS MUDAM DE DIREÇÃO: OUTROS TEMPOS, OUTRAS LUTAS E ESTRATÉGIAS	94
3.1- Uma estratégia para a militância política: a formação da Ação Popular	101
3.2- A atuação dentro da Ação Popular	112
3.3- A JUV remanescente: alienação ou missão apostólica?	129
CONCLUSÃO	139
ANEXOS	143
FONTES	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória e atuação da Juventude Universitária Católica (JUC) durante os anos iniciais da ditadura civil-militar brasileira, inaugurada com o golpe de 1964, buscando o levantamento dos principais nomes de suas lideranças e seus locais de atuação. Além disso, discutirei as ideias e posicionamentos desse movimento social, considerando o conjunto de inspirações e métodos utilizados, destacando divergências e proximidades em relação à Ação Popular e outras tendências da Igreja Católica no Brasil.

A delimitação temporal compreende o período entre os anos de 1964 a 1968, considerando os primeiros anos do período ditatorial, que se estendeu até meados da década de 1980. Entretanto, ao tratarmos da JUC, daremos dando ênfase aos anos em que o movimento se fortaleceu, após o seu Congresso de 10 anos. A análise desse período anterior à 1964 e a dedicação em entendê-lo se fazem necessárias para a compreensão das mudanças que ocorrerão de forma muito rápida entre 1964 e 1966.

Durante os anos da ditadura civil-militar brasileira, existe certa controvérsia sobre a postura de uma das principais instituições não governamental presente no país: a Igreja Católica. Pensar e rever a participação dessa instituição e de seus membros é dirigir o olhar para um importante agrupamento social. Para além da significação numérica, uma vez que mais de 90% da população à época se declarava “católica”, existe uma relação de poder e influência dessa instituição sobre a história e a política no Brasil, persistindo durante o período estudado.

Algumas referências históricas de apoio da Igreja ao início da ditadura civil-militar referem-se a movimentos como as Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a assinatura de uma carta, por 26 bispos, apoiando os militares, logo após o dia 31 de março de 1964. Entretanto, é importante destacar que estes 26 bispos não representam um número significativo. Para tanto, cabe considerar que só a organização central da CNBB, eleita em julho de 1964, em Roma, durante o Concílio Vaticano II, tinha 37 cargos. Hoje, a divisão territorial da Igreja Católica, no Brasil, consta de mais de 270 territórios. Isso significa, minimamente, um bispo responsável por cada uma delas. Somam-se a isso as nomeações episcopais, bispos eméritos, auxiliares e prelaças. Fica claro que, apesar de relevante, mesmo em 1964, uma carta com 26 assinaturas, não pode resumir o posicionamento institucional. Além disso, durante o período, mesmo nos primeiros anos de ditadura, reconhece-se a existência de diversas lideranças e grupos

que se colocaram contrários ao regime e à tomada do poder após o golpe contra o governo de João Goulart.

A pesquisa debruçar-se-á sobre a atuação de um grupo específico de Católicos, organizados em um movimento social-religioso específico: a Juventude Universitária Católica (JUC), tendo como recorte o período entre os anos de 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar que derrubou o governo João Goulart (1961/1964), e 1968, quando o movimento é dissolvido. Nesse intervalo de tempo, a JUC declina de “tendência relevante ao movimento estudantil” à inexistência eclesial. Abordar a história desse movimento é possibilitar revisar parte da História recente do Brasil, debruçando o olhar sobre o papel da maior instituição não governamental do país e a participação do maior grupo populacional – a juventude.

Durante os anos anteriores ao golpe, todo o movimento de leigos católicos se fortalecia em meios específicos, formando entre os anos de 1950 e 1964 a Ação Católica Especializada (ACE). É no seio da ACE que surgem diversos movimentos voltados para a juventude católica: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), nosso objeto de pesquisa. Os movimentos de leigos que se fortaleciam desde a década de 1930 ganharam, a partir dessas participações, uma presença mais ativa e relevante na juventude. Os movimentos organizados por meios específicos se capacitaram e suas lideranças saíram da atuação no campo eclesial e deram início às participações em movimentos populares.

Cabe aqui considerar que, no início da década de 1960, o papel que se atribui à Igreja Católica no período da ditadura civil-militar é por vezes entendido de forma unívoca. Sem olhar com atenção os inúmeros grupos divergentes, reduz-se a participação da Igreja ao apoio de sua cúpula, na representação do episcopado, e a divergência de alguns poucos religiosos (com referência aos dominicanos ligados a Carlos Marighela). Exclui-se, nessa perspectiva histórica, uma série de grupos, em especial das juventudes, que de forma organizada formaram a resistência ao golpe e à construção da ditadura que o seguiu.

Vale considerar que a História como ciência não se faz sob um único ponto de vista. A JUC realizou uma forte oposição ao regime, a partir de ações relevantes, formando lideranças e intelectuais que posteriormente ocupariam lugares de destaque na sociedade brasileira.

Frei Betto, em artigo de caráter memorialístico, faz referência ao período: “(a Igreja) não soube perceber a diferença entre católicos progressistas e conservadores. Cometeu o equívoco de considerar a Igreja uma instituição monolítica, de poder centralizado, unívoco”. A afirmação do frei dominicano tem eco na própria experiência pessoal que Frei Betto viveu como liderança da Juventude Estudantil Católica (JEC), braço mais jovem do mesmo movimento social de participação e formação de leigos.

No mundo ocidental, o ano de 1968 também é importante como marco de inúmeros movimentos de caráter progressista. E por isso, a percepção de que enquanto a juventude do mundo presenciava e experimentava um vendaval de mudanças culturais e sociais, no Brasil, os jovens estavam, literalmente, enclausurados e sem ar.

Reforço a identidade social e religiosa do movimento. No caso da JUC essas duas dimensões são indissociáveis, e é exatamente essa abordagem que se fará durante toda a pesquisa.

Diante da reutilização do poder religioso para justificar as ideologias de extrema direita, cabe salientar que, assim como no contexto político atual, também na década de 1960 existiam diferentes tendências entre os jovens e estudantes cristãos. O problema indicado para investigação será abordado sob a seguinte perspectiva: existiu um movimento social de jovens universitários católicos, organizado, com apoio eclesial (das bases e hierarquias) contrário ao golpe de 1964? Como se organizavam e o que fizeram como oposição? Tendo em vista resposta afirmativa à questão, cabem ainda outras perguntas: em que se apoiavam essas ideias e como esse movimento se desestruturou nos anos seguintes ao golpe?

A Juventude Universitária Católica, iniciada com o fortalecimento da Ação Católica Específica, a partir da década de 1950, já era, em 1963, uma tendência importante dentro do movimento estudantil. A formação de lideranças, que tinha início com a Juventude Estudantil Católica, escolheu se posicionar, desde o início, contra a ditadura civil-militar de 1964. Nesse sentido, cabe apontar que a pesquisa também abordará a Ação Popular (AP), como movimento social e político, originário da JUC, criado como estratégia de luta de seus militantes para a operacionalização de ações políticas em diferentes meios não eclesiais.

Já a partir de 1º de abril de 1964, o período de repressão aos movimentos estudantis se intensificaram. Frei Betto, à época compondo a coordenação nacional da JEC, relata que em 5 de junho daquele ano, toda a coordenação nacional dos dois movimentos (JEC e JUC) foi presa, na sede e moradia da coordenação nacional

masculina. Essa informação desperta ainda outras perguntas: Porque prender, reprimir, exilar jovens cristãos? O que existia em suas ideias, ações e movimentos de tão grave que justificassem que fossem presos?

Nesse sentido, cabe ampliar o olhar sobre os movimentos de juventude que aconteciam no mundo. Enquanto a América Latina presenciava o surgimento de governos ditatoriais, como no Brasil, olhando para o outro lado do Atlântico se reconhecem movimentos ligados à revolução dos costumes: como o Maio de 1968, a Primavera de Praga, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Mesmo a Igreja Católica, com o seu conservadorismo, vivia um momento de atualização. O Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, prometia um “*aggiornamento*”, uma atualização de toda a Igreja.

Entretanto o que se vê é a ampliação do abismo entre a “Igreja base” e a “Igreja cúpula”. Com o agravamento do distanciamento entre as duas tendências de catolicismo, no Brasil, a instabilidade política pós-renúncia de Jânio Quadros e as tentativas de reformas populares de João Goulart, transformaram o cenário em solo fértil para os movimentos e grupos de direita, apoiados também por setores jovens da Igreja Católica. É essa divergência que pretendo estudar. Esse conflito entre duas diferentes tendências da Igreja é observado nos documentos referentes ao Concílio Vaticano II, repetidas nas divergências internas da CNBB e amplamente manifestadas entre a juventude católica.

A pesquisa se desenvolveu a partir de uma revisão bibliográfica e de investigação às fontes textuais disponíveis. As primeiras obras revisadas abordavam um panorama amplo do período histórico, tratando da História Social da Igreja, do Brasil e dos movimentos sociais. Foi importante entender “o breve século XX”, aprofundando as incertezas e extremismos, reconhecendo nos processos históricos do segundo pós-guerra, o fortalecimento de um mundo bipolarizado, responsável por parte significativa das ideias que permearam a realidade mundial. Segundo Hobsbawm,

a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada “Guerra Fria”.¹

¹ HOBBSAWM, Eric, *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Companhia das Letras, 2005, São Paulo, p. 223.

A bipolaridade, aqui destacada, parece servir como base para que os grupos progressistas da Igreja Católica fossem vistos como alinhados ao comunismo soviético. E essa é uma importante análise a fim de perceber as razões pelas quais as autoridades, primeiro religiosas e, posteriormente, políticas, reprimiram os movimentos de juventude católica.

Ainda segundo Hobsbawm, durante “breve século XX”, podemos buscar elementos para refletir a situação dos estudantes, tanto em seu crescimento numérico, quanto em sua força revolucionária, profundamente manifestada na década de 1960:

Assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *por excellence*. (...) – mas o fenômeno era demasiado geral para exigir explicações especiais *ad hoc*”.²

Para o historiador britânico, a juventude, especialmente a estudantil, passou a ser a representação desse momento histórico, sendo “o “lôcus” tradicional da alegria, motim e desordem.

No que diz respeito à história da Igreja Católica na contemporaneidade, analisei a obra de Scott Mainwaring, intitulada “*Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*”. O autor discute a presença de três diferentes grupos internos dentro da Igreja Católica e os caracteriza a partir de suas posturas quanto às mudanças sociais. De acordo com Mainwaring, em uma análise histórica de um movimento ligado à Igreja não se deve abandonar o elemento da “missão”, para não afastar completamente a dimensão religiosa do objeto. Mainwaring explica, ainda, que não cabe reduzir a análise a um problema econômico, em que “a religião pode ser uma força poderosa na determinação da orientação política frequentemente até mais importante do que a classe”. Isso me colocou também diante da nomenclatura que escolhi usar para identificar o movimento: social-religioso.

Na obra de João Batista Libânio, por sua vez, analisei a realidade eclesial, especialmente a brasileira, entre os anos anteriores ao Concílio Vaticano II e suas consequências posteriores. No que diz respeito à América Latina, um marco fundante dessa realidade é a Conferência Episcopal Latino Americana, ocorrida em Medellín, e que traduz a realidade presente no continente das práticas e movimentos pastorais

² *Ibidem*, p. 295.

(sociais e religiosos) e dos avanços teológicos, indicando, por exemplo, os fatores mais relevantes da identidade dessa Igreja local. Segundo Libanio, “temos, portanto, os três pontos básicos de originalidade da Igreja da América Latina nos próximos anos: opção pelos pobres, comunidades eclesiais de base e teologia e pastoral da libertação”.³

A percepção de Libânio é de que “a Igreja do Brasil põe fim à fase de repetição de modelos pastorais importados, sobretudo da Europa”. O padre Henrique Vaz, em frase lapidar, resume bem esse momento como a passagem “de uma Igreja-reflexo pra uma Igreja-fonte”.

Ainda sobre as construções teóricas no que diz respeito à Igreja Católica na América Latina, o autor a entende como “Igreja-fonte”, ajudando a entender uma série de desdobramentos posteriores, inclusive aqueles que se fortalecerão com a Conferência Episcopal de Medellín, na qual se definiram a “opção preferencial pelos pobres”.

Ainda nessa perspectiva, vale considerar a obra “*Para uma História da Igreja na América Latina: o debate metodológico*”, que congrega diferentes autores e historiadores da Comissão de Estudos da Igreja na América Latina (CEHILA), na qual se destacam os textos de Enrique Dussele Jean Meyer. Segundo o autor,

nossa História da Igreja na América Latina, entendida como história do cristianismo, pertence a uma história total da qual toma uma expressão particular: a dialética de influências recíprocas entre a missão da instituição e todo um contexto econômico, social e político.⁴

Vale aqui destacar que Medellín funciona como síntese do que já acontecia na prática eclesial das lideranças e movimentos relacionados à ala progressista da Igreja Católica na América Latina.

É nesse cenário, que os movimentos de jovens estudantes e universitários exercem seu protagonismo, a partir de uma sólida formação de base, com pilares no método “ver- julgar- agir” e na pedagogia da libertação de Paulo Freire.

Na retomada do conceito de movimentos sociais, a JUC será abordada aqui a partir da teoria da mobilização de recursos, isso é, eles não se organizavam em movimento social por nenhum tipo de dificuldade específica ou carência financeira,

³ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea: Encontro com a Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000, 127.

⁴ MEYER, Enrique Dussele Jean. Metodologia para uma historia da Igreja na América Latina. In: CEHILA, *Para uma História da Igreja na América Latina: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes. 1986, p. 16.

exatamente. O faziam porque seu meio específico – a universidade – permitia um relevante espaço de mobilização para as diversas reivindicações da sociedade.

A teoria da mobilização de recursos considerava os movimentos sociais enquanto grupos de interesse organizados, rejeitando a noção de falta ou carência e a provisoriade a partir das quais as abordagens funcionalistas os caracterizavam. Segundo a teoria, para o desenvolvimento de um movimento social, o fundamental era a capacidade de mobilização de recursos para encaminhar as reivindicações do grupo.⁵

Além disso, cabe considerar que esse movimento social em questão constituía-se especialmente de intelectuais, ou de jovens em formação intelectual, aqueles que à frente se tornariam sujeitos sociais ativos. Dessa forma, organizava-se, assim, um relevante grupo de líderes fortalecidos pelo capital cultural e pelo poder simbólico da intelectualidade. Conforme explica, Pierre Bourdieu,

o científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), e o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade).⁶

Ainda na perspectiva de que esses jovens representam uma elite, retoma-se Enrique Dusse Meyer. Para o autor é possível entender a História da Igreja na América Latina, na dialética entre “elite” e “massa”. Aqui, existe um conflito que nos interessa. Até os anos de 1930, o laicato não era considerado como elite para a história da Igreja, exceto a nobreza. Entretanto, com o avanço dos movimentos de leigos outras “elites” foram se firmando, nesse caso os dirigentes universitários eram assim considerados:

A elite consciente – dirigentes universitários, sindicais, políticos, sacerdotes, religiosos, escritores, artistas, etc. – Não se sentem muitas vezes, por um lado solidários com o passado colonial, com a cristandade, e, por outro lado, olham com certo otimismo o futuro, quando vão descobrindo a falta de eficácia das outras elites. Quer

⁵ MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro. F. e VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 99.

⁶ BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: *Sociologia*. Organização por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 39), p. 122.

dizer, esta elite vai tomando consciência da função histórica que deve cumprir em curto prazo.⁷

Em Gramsci, buscaremos as noções de formação de lideranças e a relação entre elas e o poder, destacando-se a necessidade da formação de líderes com características e interesses próprios, dispostos a agirem de forma orgânica.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquistas que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.⁸

A legitimidade dada a esses líderes fez com que fossem duplamente reconhecidos. Tanto sob o aspecto cultural/ científico, quanto, sob o aspecto religioso. E, assim, somavam à força intelectual, a força moral e espiritual. Entender a JUC é escolher entender o grupo que possivelmente alcançaria as principais esferas decisórias da nação. Por isso, retomar suas lideranças e seus desdobramentos no período é fundamental para entender como a capacidade científico-acadêmica e o desenvolvimento da educação e do capital cultural se transformam diretamente em poder social.

Para analisar todo o contexto da JUC, coube uma profunda e cuidadosa revisão bibliográfica de obras como: *JUC: os Estudantes Católicos e a Política*, de Luiz Alberto Gomez de Souza. Além da obra de Gomez de Souza, que concentra esforços nos primeiros anos do movimento, ainda usaremos do autor uma entrevista concedida ao Conselho Nacional do Laicato.

A obra *A JUC no Brasil*, José Sigrist, surge como importante bibliografia por ter investigado a JUC anteriormente, numa perspectiva sociológica. O autor se apropria de um esquema teórico desenvolvido por Alan Touraine para entender o movimento. Usei dessa perspectiva a fim de comparar se as conclusões de Sigrist podem ser mantidas numa análise que se dirige a fase final do movimento, inclusive apresentando as diferenças, por exemplo, naquilo a que se propõe a JUC a partir do golpe civil-militar.

⁷ MEYER, Enrique Dussele Jean. Metodologia para uma... *Op. cit.*, p. 18.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 19.

Além desses autores, que tem obras específicas sobre o tema da pesquisa, será importante considerar a obra *O Romantismo Revolucionário da Ação Popular: do Cristianismo ao Maoísmo*, de Marcelo Ridenti, entendendo que a Ação Popular é reconhecidamente fundada para ser o braço político da JUC. Segundo Ridenti,

a AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, no qual manteve a Presidência da UNE e de muitos centros acadêmicos locais e regionais durante os anos 60. Gestou-se no interior da JUC, que mostrara sua força política organizada no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, em 1960, quando compôs a chapa eleita para a diretoria da UNE com outros grupos de esquerda.⁹

Não se pretende reduzir a JUC à AP e tão pouco o contrário. Mas compreender como um movimento com base no humanismo solidário, funda um segundo movimento que o supera, especialmente na análise quanto à articulação com outras esferas da história social, e que passa a se identificar com outra ideologia, fazendo com que os membros fundadores se afastem ou se posicionem em relação aos ideias comunistas.

Cabe ressaltar que foram analisados documentos eclesiais e boletins do próprio movimento, a exemplo da carta “Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e de Apostolado dos leigos para a JUC Nacional” e outras cartas e discursos religiosos do período. Também aproximei a minha pesquisa de alguns documentos da Igreja, como textos referentes ao Concílio Vaticano II. No final, a fim de comprovar alguns dos fatos, dos quais faltam fontes documentais, me utilizei de relatos dos atores históricos publicados em jornais e ou revistas reconhecidas.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro deles, intitulado “*Dos ventos de abertura aos atos de fechamento*”, apresenta o cenário no qual a JUC se originou, destacando o contexto internacional, em particular o cenário eclesiástico, na estruturação do movimento. Nesse sentido, adotaremos a metáfora dos “ventos de abertura”, no intuito destacar as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II e o *Aggiornamento* da Igreja Católica. Além disso, também destacamos a retomada dos movimentos de juventude que vão ganharam corpo a partir da década de 1950, considerando-os “ventos de mudança”, entre eles, o movimento feminista, a luta pelos direitos civis, o movimento hippie, o movimento estudantil, considerados para compreender como a “força transformadora da juventude”. Ainda que de maneira breve,

⁹ RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. *Latin American Studies Association's Meeting*, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acessado em: 24/10/2018, p. 9.

procuraremos ressaltar a importância da participação do episcopado brasileiro na estruturação do movimento de leigos e na criação de espaços mais democráticos dentro da Igreja. Em ambos os processos, percebemos a importância da figura de Dom Helder Câmara, tendo em vista que será ele o primeiro a organizar a JUC no Brasil e também a atuar na criação das Conferências Episcopais. Por outro lado, a ideia de “atos de fechamento” refere-se à crise política nacional que impactou diretamente o movimento. Assim, na última parte deste capítulo, apresentaremos a ligação entre os atos de fechamento vindos da Igreja e aqueles que, explicando a metáfora, reduziram direitos civis e políticos, caracterizando o regime de exceção e o golpe antidemocrático de 1964 – os Atos Institucionais.

O segundo capítulo, intitulado “*Um vendaval sem precedentes: a Juventude Universitária Católica no Brasil*”, aborda a JUC enquanto movimento. Nesse sentido, foi necessário retomar aos movimentos do Laicato desde 1930, com o Cardeal Leme, à fundação da CNBB. Além disso, especificamos a dinâmica de crescimento da Ação Católica na década de 1950 e as inspirações teóricas, descrevendo o seu percurso até tornar-se Ação Católica Especializada. Buscaremos caracterizar a JUC enquanto movimento social-religioso, discutir a identidade do movimento, bem como os seus valores e métodos. Para isso, buscaremos informações sobre a formação de militantes na JUC, pensando suas influências (autores, assessores, dirigentes). Entende-se, aqui, que o método VER-JULGAR-AGIR tem destaque na formação ideológica da JUC, voltada para uma práxis comprometida. A ideia é buscar, a partir da compreensão dos encontros de formação e orientação de estudos indicados à Equipe Nacional, as referências que mais tarde iluminariam o horizonte para as ações da JUC. Apesar da pesquisa não focar nos assessores e dirigentes eclesiais que acompanharam a JUC, nesse capítulo pretende-se pensar como a proximidade com Dom Helder Câmara e outros bispos progressistas foi fundamental para o fortalecimento do movimento, tanto em caráter formativo, quanto na sua força e influência no futuro da Igreja na América Latina. Além das questões diretamente relacionadas ao surgimento e fortalecimento da JUC, o capítulo também abordará a formação teórica dos militantes, considerando os materiais formativos e como o diálogo entre o material e o espiritual construíram e transformaram as referências ideológicas do movimento, desenvolvendo a perspectiva de Ideal Histórico e a sua transformação em Consciência Histórica.

Por fim, o terceiro capítulo, sob o título de “*Os ventos mudam de direção: outros tempos, outras lutas e estratégias*”, tem como foco os primeiros anos da ditadura civil-

militar, iniciada com o golpe de 1964. Abordaremos como a JUC se tornou alvo do regime e as estratégias desenvolvidas na tentativa de manter a sua existência. O desmonte do movimento nos pareceu um processo intencional, que busca diminuir o impacto do movimento no cenário político. Aqui, coube pensar como e porque esse grupo interessava e preocupava tanto as autoridades. Nesse sentido, retomaremos as perspectivas de poder simbólico e da força dos intelectuais na construção de consensos. Ainda nesse capítulo, são tratadas as primeiras estratégias para impedir os efeitos dos atos internos de fechamento, realizados antes do golpe de 1964, buscando pensar as novas estratégias que as coordenações foram desenvolvendo a fim de manter-se diretamente ligada às lutas estudantis, inclusive aprofundando sua participação no movimento estudantil, levando seus dirigentes nacionais à presidência da UNE. Também se explicará o Encontro da Bahia e a formação da Ação Popular (AP), ainda como corpo diretamente relacionado à JUC. Abordou-se também quais foram as estratégias encontradas pelos militantes para manter a militância política. Nesse sentido, a ideia é entender como a AP se formou e qual a potência e força da JUC nos primeiros passos desse movimento. Sabe-se que, com os “atos internos de fechamento”, isto é, aqueles relacionados ao corpo eclesial, os militantes se viram diante de um paradoxo: um conjunto de ideias que convocava a necessidade da prática e comprometimento político e a necessidade de novas estratégias de luta, capazes de destruir os mecanismos que impediam a participação desses indivíduos. Aqui, a análise centrará esforços em perceber se a JUC funcionava como uma “escola de formação de militantes” que atuaram dentro da Ação Popular. Com relação às fontes, uma das análises a serem desenvolvidas é observar os nomes em comum entre os militantes da JUC e da AP, entre os anos de 1962-1967. Também analisaremos a mudança em termos de referência ideológica, na medida em que o segundo movimento vai ganhando características maoístas. Por último, encerraremos o trabalho procurando perceber e levantar dados sobre a “JUC remanescente”, tentando entender como, na perspectiva interna, a JUC deixou de existir. Cabe então buscar esclarecer as diferentes versões históricas para o fim do movimento: foi a cúpula episcopal que encerrou as atividades do movimento ou foram os militantes que romperam com a estrutura eclesial? Será que o fim se deu por ausência de militantes ou por estratégia? São questões que procuramos problematizar.

Capítulo 1- Dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento”

Em 11 de outubro de 1962, um discurso daria início a um relevante fato histórico do século XX, especialmente no que diz respeito à cultura e à tradição católico-cristã.¹⁰ Durante a abertura do Concílio Vaticano II, o papa João XXIII dá início a uma longa fala apresentando as intenções daquele evento: “abrir a doutrina tradicional ao pensamento moderno e promover a unidade da família cristã e humana”.¹¹

Durante a abertura, o papa anunciava o desejo de que o Concílio fosse um “novo Pentecostes, levando o sopro da modernidade para dentro da Igreja”.¹² Nesse sentido, propõe-se uma metáfora que retoma o discurso papal de abertura das janelas do Vaticano e das igrejas locais para a entrada desse “vento”. O Concílio Vaticano II trazia em si a proposta de ser um momento de abertura e *aggiornamento*¹³, isto é, de “atualização”, em diversos setores da Igreja Católica. Sob o ponto de vista histórico e sociológico, é possível analisar esse evento e entender, como afirma Libânio,¹⁴ na obra *Igreja Contemporânea, Encontro com a modernidade*, que foi com o Concílio que os “ventos da modernidade” adentraram essa instituição, reconhecidamente arraigada na tradição.

Também do ponto de vista sociológico cabe apenas enumerar mudanças que atingem os aspectos culturais que posteriormente dialogarão com o grupo ao qual se dirige a análise desse trabalho. Existe uma série de mudanças iniciadas anteriormente. Desde 1891, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*¹⁵, sobre a postura social da Igreja, os temas referentes à política, economia e sociedade passam a ser diretamente abordados: das greves a “luta de classes”, inclusive convocando os operários católicos a se associarem. Não cabe precipitação em supor que se trate de um texto revolucionário no que diz respeito aos costumes ou conceitos como propriedade privada e operariado. De todo modo, ele é considerado um marco por abordar tais temáticas de forma tão objetiva.

¹⁰ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções Utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 51.

¹¹ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea... Op. cit.*, 2000, p. 70.

¹² PAPA JOÃO XXIII. Discurso por ocasião da abertura do SS Concílio Vaticano II. Vaticano. 11 de outubro de 1962. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acessado em: 29/05/2020.

¹³ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea... Op. cit.*, p.70.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ PAPA LEÃO XIII. *Rerum Novarum* (das coisas novas), Roma 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf. Acessado em: 29/05/2020.

A partir daí, tem se início uma série de atividades que abrem espaço à ação dos fiéis que convencionalmente se trata por “leigos”¹⁶. O papa Pio XI, “com a criação da Ação Católica, em 1922, ou seja, com a criação oficial do apostolado dos leigos” dá o primeiro passo para a abertura da Igreja à participação dos fiéis não consagrados.¹⁷ Essa participação vai alterar a organização interna da própria missão eclesial. Libânio afirma que

mesmo que na intencionalidade da Igreja a Ação católica tenha surgido no interior de uma concepção clericalista, de manter a separação entre leigo e clero, ela foi pouco a pouco modificando e embaralhando as regras do jogo.¹⁸

Na medida em que o apostolado dos leigos se fortalecia, abria espaço no interior da instituição para outra forma de ação distante em si do clericalismo. A formação dos leigos, seus assessores e movimentos iam ganhando força em diversos lugares do mundo, cabendo destacar as experiências da Bélgica (com os padres e movimentos operários) e da França (em especial no meio estudantil), que posteriormente serão influências para a experiência da Ação Católica Brasileira, a partir da década de 1950.

É após somente após a Segunda Guerra que a Igreja Católica se abre para a necessidade de atualização. Foi preciso que o colégio cardinalício elegeisse o papa João XXIII, que, “eleito como ‘papa DE transição’, terminou como ‘papa DA transição’”, atualizando a Igreja de diferentes formas.¹⁹ De início, destaca-se a nomeação de bispos e cardeais nos diferentes continentes. Essa iniciativa pode ser analisada como parte da estratégia que resultará no Concílio Vaticano II. Além disso, João XXIII tornou pública suas certezas com duas Encíclicas de caráter social: *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. Conforme Bresser-Pereira,

embora não trouxessem nenhuma inovação radical - a não ser a autorização aos católicos de dialogarem e colaborarem com não-cristãos²⁰ - abrem todavia, novas perspectivas e dão um novo impulso à ação da Igreja – do clero e dos leigos – no campo social e político.²¹

As mudanças iniciadas a partir de João XXIII têm início na própria postura pessoal do pontífice, conforma analisam Pereira e Libânio. João XXIII tem

¹⁶ Aquele que não recebeu ordem sacra. Trata-se do fiel não ordenado.

¹⁷ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções...* Op. cit., p. 38.

¹⁸ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea...* Op. cit., p. 68.

¹⁹ *Ibidem*, p. 64.

²⁰ Aqui cabe destacar que o precedente de colaboração com não-cristãos terá eco direto no processo que será vivenciado pela Juventude Universitária Católica, especialmente no Brasil, logo no período seguinte. Retomaremos esse aspecto na abordagem das formas de militância do movimento.

²¹ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções...* Op. cit., p. 49.

características pastorais mais marcantes, inclusive do ponto de vista da trajetória religiosa, manifestando-se em seu pontificado. Além disso, o papa que deveria apenas intermediar a preparação do monsenhor Montini (futuro papa Paulo VI) para o pontificado, abriu espaço para uma profunda atualização na Igreja. Mais que isso, permitiu que os fortes “ventos” da modernidade, enfim, adentrassem as estruturas internas da instituição.

O Concílio Ecumênico Vaticano II será o primeiro concílio episcopal a contar com cardeais da África e da Ásia.²² Nesse sentido é possível retomar a etimologia da palavra “católico” – universal, e compreender que o Concílio também alcançará pela primeira vez a perspectiva de evento global, reunindo representantes de todos os continentes e tendências.

Desde o nome, Concílio Ecumênico Vaticano II, a novidade já se inicia. O conjunto de movimentos pré-conciliares, em especial o movimento ecumênico, composto por diferentes igrejas de tradições cristãs, já abordava a urgência do diálogo entre os cristãos. Conforme aponta Libânio,

o clima anterior ao Concílio Vaticano ia refletir-se nele de modo inverso. Haverá uma refração ótica a tendência hegemônica tradicionalista, conservadora, tridentina, pouco a pouco se torna minoria, por sua vez, a tendência pastoral e ecumênica, que encarna elementos fundamentais da modernidade, faz-se predominante. Invertem-se os sinais, por isso o Concílio Vaticano II será, por excelência, o Concílio da modernidade, pelo qual a Igreja Católica se reconcilia com a cultura moderna.²³

Ainda que a conciliação que propõe Libânio não seja uma ideia unânime, é indiscutível que os valores presentes no Concílio Vaticano II influenciarão uma série de movimentos, ações pastorais, posicionamentos sócio-políticos pelo mundo. João XXIII não terminou o Concílio, sendo substituído pelo Papa Paulo VI, mas foi o responsável por escancarar as janelas da Igreja e, assim, deixar entrar os “ventos de abertura”. E esse processo renovador, embora lento, seria irreversível.

Ainda que seja evidente a diminuição processual da influência da Igreja como instituição, não é possível pensar os eventos sociais em um país como o Brasil sem refletir sobre sua relevância institucional para a História Social. Para isso, recuperarmos a ideia de Bresser-Pereira, especialmente quando o objeto do estudo é um movimento social interno a essa instituição. Segundo o autor,

²² LIBÂNIO, João Batista. *Igreja Contemporânea... Op. cit.*, p. 65.

²³ *Ibidem*, p. 60.

o Concílio tem uma extraordinária importância na História da Igreja e mesmo na História do mundo, na medida que a Igreja Católica, apesar de todas as limitações que seu poder e sua influência vem sofrendo nos últimos dois séculos conserva ainda uma enorme importância da definição dos destinos da sociedade moderna.²⁴

Entretanto, o movimento social que será estudado absorve muitas outras influências próprias a sua pertença ao tempo histórico. Os ventos progressistas que invadem o ambiente eclesial têm ainda mais força “do lado de fora da Igreja”.

1.1- “Os ventos que vem do Norte”: a influência dos movimentos juvenis da década de 1960

Os movimentos sociais que não só inspiraram a juventude e fizeram tremer suas bandeiras, mas também transformam cotidianos e consciências, marcando também a história política, cultural e social de seus países. Ventos fortes de mudança sopram ainda mais fortes, vindos do Norte. São ventos rebeldes, revolucionários, inquietos inclusive em suas dimensões subjetivas existenciais. De acordo com Marcelo Ridenti,

ainda que seja difícil escapar das zonas cinzentas na fronteira entre épocas, pode se dizer que houve em toda a parte um período que ficou marcado pela força de visões de mundo rebeldes e revolucionárias, em que era forte um sentimento generalizado de que transformações sociais profundas estavam ao alcance das mãos, de que o mundo caminhava para elas- aspectos em geral associados a década de 1960 e, particularmente, ao ano de 1968. Era um tempo de valorização da política, especialmente dos intelectuais e artistas como agentes transformadores politizando a estética e estetizando a política: fundiam-se arte e vida - público e privado - apostava-se no potencial criativo e revolucionário da ação para mudar o mundo e a vida em todos os seus aspectos, vislumbrando-se a possibilidade de alcançar modernidades alternativas àquela do capitalismo norte americano e também ao modelo soviético de socialismo.²⁵

As revoluções que marcaram a década de 1960 não devem ser estudadas apenas em seu caráter político. A elas cabe um legado, que sob determinado ponto de vista, pode ser compreendido de maneira mais permanente: as transformações culturais vivenciadas através e a partir daquela geração de jovens deixaram marcas permanentes para o *modus* que alcançariam as gerações seguintes. Eles deram início a uma “nova camada social”: a (s) juventude (s). Conforme Hobsbawm, “a juventude agora se

²⁴ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções...* Op. cit., p. 71.

²⁵ RIDENTI, Marcelo. *1968: de novo!* Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5013044/mod_resource/content/1/1968.pdf, 2014. Acesso em: 27 de maio de 2020, p. 2.

tornava um agente social independente (...) uma camada social separada”.²⁶ Apesar de por vezes ser olhada com uma mirada única, isso quer dizer, no singular, que generaliza a juventude como um todo, cabe recuperar do ponto de vista que interessa a esse estudo as diferentes realidades juvenis, já presentes desde aquela década.

Nesse sentido, apesar de ser possível levantar aspectos comuns entre um ou outro grupo, cabe antes buscar observar de forma breve, como alguns dos grupos mais significativos vão abrir caminho e serem referência ou espelho dos valores e identidade presentes na Juventude Universitária Católica brasileira. Para tal, algumas análises são relevantes,

a Juventude, entendida menos como uma faixa etária e mais como um tipo determinado de relação com o mundo, é por excelência o agente da contestação. Além do jovem, que ainda não foi reduzido a um papel social no interior do sistema, existe a multidão de recusados pelo mundo unidirecional.²⁷

Esse olhar, para além da faixa etária, permite perceber a juventude como camada social que tem em si aspectos identitários. Mesmo a referência do sociólogo Lince, chama a atenção para a existência de um grupo “reduzido a um papel no interior do sistema”. Isto significa dizer que ainda que se tratem os grupos de juventudes da década de 1960 entendendo-os como protagonistas por excelência de situações de contestação do *status quo*, existe uma camada desse grupo que está à parte dessa experiência. Esse destaque se vale porque diante da construção da História é possível encontrar versões subjetivas de memória que não correspondem à análise geral do período ou mesmo do grupo doravante estudado.

Tendo chamado a atenção para as diferenças individuais, cabe afirmar de forma ampliada que “a radicalização política dos anos 60, foi dessa gente jovem”.²⁸ Em determinado grau é possível estabelecer aspectos comuns entre os diferentes grupos. Segundo Felipe Demier e Cid Benjamin,

as bandeiras levantadas pelo movimento se diversificaram, mas algo estava sempre presente na luta dos jovens, que deram a tônica do movimento: a solidariedade aos oprimidos, o inconformismo diante do *status quo* e a recusa à aceitação das verdades estabelecidas pelas classes dominantes ou por quaisquer

²⁶ HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos... Op. cit.*, p. 18.

²⁷ ALENCAR, Chico. A Revolução que tanto amamos. In: BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de 1968: barricadas, história e política*. Mauad X, Rio de Janeiro, 2018, p. 41.

²⁸ HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos... Op. cit.*, p. 318.

tipos de autoridades, articulando bandeiras diretamente políticas com outras de caráter libertário.²⁹

Essa radicalização (participação) política se dá em diferentes espaços geográficos e meios específicos. Portanto, é preciso observar os movimentos de juventude compreendendo essas diferentes nuances. São diversos os movimentos que vão compor o mosaico de movimentos juvenis da década de 1960. Também é diverso e rico seu legado.

Na tentativa de analisar brevemente os “ventos do norte” serão considerados os movimentos de juventudes ligados à esquerda: os movimentos que lutaram por direitos civis, em especial nos EUA; o movimento feminista (entendendo que aqui caberia um recorte mais cuidadoso diante de tamanha diversidade, mas observaremos os aspectos comumente mais relevantes); os movimentos estudantis e as situações específicas no que refere ao recorte temporal da pesquisa (1964/1968). Dando especial relevância às equivalências e contradições experimentada pelos jovens estudantes brasileiros e seus pares americanos e europeus. Segundo Marcelo Ridenti,

movimentos de protesto e mobilização política surgiram por toda a parte em 1968: das manifestações nos Estados Unidos contra guerra do Vietnã à Primavera de Praga; do maio literário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da alternativa pacifista dos *Hippies*, passando pelo desafio existencial da contracultura, até os grupos de luta arma, espalhados mundo a fora.³⁰

Cabe aqui ressaltar que o ano de 1968, último ano em nosso recorte temporal, não é um fim em si mesmo. É, na verdade, o ápice dos movimentos de juventude que ganharam força desde o final dos anos 1950. A data de 1968 é uma referência, mas a análise da força dos movimentos de juventude que eclodem nesse ano, não pode ser feita sem a leitura do contexto no qual eles se desenvolvem.

Nos Estados Unidos, lutas dos grupos de juventude estão relacionadas, especialmente, às lutas por direitos civis. Essa luta tem seus maiores expoentes ligados às questões raciais, mas vale lembrar ainda das questões de gênero, conforme afirma

²⁹ BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. 1968: uma outra “primavera dos povos. In: BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de... Op. cit.*, p. 19.

³⁰ RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões e Utopias. In REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX*. Volume 3: O Tempo das Dúvidas: do Declínio das Utopias às Globalizações. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 135 e 136.

Ridenti, “travavam-se lutas radicais de negros, mulheres e outras minorias pelo reconhecimento de seus direitos”.³¹

A questão da segregação racial norte-americana ganhou novos contornos com a ação pessoal de Rosa Parks que, em 1955, recusou-se a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco. A iniciativa pessoal de Rosa deu início a uma série de atos pelos direitos de igualdade racial. Entre os anos de 1963 e 1964 o movimento teve seu ápice, com a Marcha sobre Washington e o Prêmio Nobel conferido ao pastor Martin Luther King. De acordo com Marcelo Ridenti,

a partir de meados dos anos 50 florescera nos EUA um importante movimento pelos direitos civis dos negros, que sofriam forte segregação. A liderança negra mais importante nesse período foi a do pastor Martin Luther King, grande orador, pacifista, que teve seu auge político nas grandes manifestações negras em Birmingham, no Alabama, em 1963. Ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1964, ele foi um dos responsáveis pelas conquistas históricas das leis de 1964-65, que garantem formalmente aos negros os mesmos direitos civis de qualquer cidadão americano. Por exemplo, a nova legislação proibia que escolas não admitiessem negros, incentivando a educação pública interracial.³²

Entretanto, não era só a questão racial, de forma estrita, que movimentava a luta por direitos civis nos Estados Unidos. Uniram-se a este os protestos contra a Guerra do Vietnã e o enorme número de perdas entre os soldados americanos. Segundo Felipe Demier e Cid Benjamin,

aos protestos contra a invasão do Vietnã, se somou a luta dos negros por direitos civis e contra racismo, figuras como Martin Luther King e Malcolm X tornaram-se referências nacionais como líderes de grandes movimentos de massa. A luta assumiu grandes proporções e, às vezes, formas radicais. Até mesmo ações de guerrilha urbana foram desencadeadas por algumas organizações, como os panteras negras.³³

Ainda em relação aos direitos civis se destacam as lutas feministas, Hobsbawm afirma que “estavam, com toda a razão, preocupadas com igualdade entre homens e mulheres, um conceito que se tornou o principal instrumento para o avanço legal e institucional das mulheres ocidentais, pois a palavra ‘sexo’ foi inserida na Lei dos Direitos Civis americana de 1964”.³⁴

Cabe destacar aqui, entre os “ventos de mudança”, ainda com o olhar voltado para os Estados Unidos, o movimento feminista, importante expressão dos movimentos

³¹ *Ibidem*, p. 136.

³² *Ibidem*, p. 138 e 139.

³³ BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. 1968: uma outra... *Op. cit.*, p. 17.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos...* *Op. cit.*, p. 311.

revolucionários entre as juventudes. Ao abordar o estudo referente às mulheres cabem algumas considerações iniciais: ao tratar desse momento do movimento feminista se destaca o crescimento dele entre as “mulheres educadas”, isto, de certa maneira, vincula o movimento a juventude estudantil, ou as elites. Conforme destaca Hobsbawm, “no entanto, a partir da década de 60, começando pelos Estados Unidos, mas espalhando-se rapidamente pelos países ricos do ocidente e além, nas elites de mulheres educadas do mundo dependente (...) encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo”³⁵, o que os historiadores do tema convencionam chamar de Segunda Onda. Segundo Caroline Araujo e Rejane Hoeveller,

a questão da sexualidade feminina ganha maior importância durante a segunda onda, sendo um dos pilares da luta feminista” (...) Durante a Segunda Onda a “participação nas atividades políticas e sociais não significou necessariamente uma contestação real das relações de poder entre os homens e as mulheres. Por isso, se deu início à crítica e à desconstrução sistemática dos modelos da política social e da vida social, bem como da cultura, tendo como objetivo compreender seu caráter patriarcal.”³⁶

A segunda onda do movimento feminista encontra paralelo com os aspectos subjetivos e privados dos demais movimentos da década de 1960. Não basta fazer política e lutar por direitos sem que isso mude as consciências, pois, segundo Marcelo Ridenti,

o comportamento das pessoas também mudava, por exemplo nas relações entre os sexos (emancipação feminina crescente), no uso de anticoncepcionais e de drogas, na consolidação da televisão como principal meio de comunicação de massas, ocupando o lugar, cada vez maior no cotidiano das populações etc.³⁷

As revoluções dessa geração rompiam com as certezas antiquadas dos modelos do passado. Era preciso revolucionar a vida, em sua totalidade, como avisava um dos muros do Quartier Latin, em Paris: “Aquele que fala de revolução sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver”³⁸. De acordo com Hobsbawm,

a liberação pessoal e a liberação social (...). O Recém ampliado campo de comportamento publicamente aceitável incluindo o sexual, na certa aumentou a

³⁵ *Ibidem*, p. 306.

³⁶ ARAUJO, Caroline e HOVELER, Rejane. 1968 e a Segunda Onda do Feminismo. In: BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de 1968... Op. cit.*, p. 73.

³⁷ RIDENTI, M. 1968: *Rebeliões... Op. cit.*, p. 136.

³⁸ *Ibidem*, p. 158.

experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante.³⁹

As mulheres entendiam que a sua liberdade social e histórica passava antes por uma liberdade pessoal e assumiam na luta feminista essa prerrogativa. Era preciso transformar a sociedade no que dizia respeito às expectativas de direitos. Mas, além disso, era preciso especialmente romper as barreiras da identidade de gênero que as limitava em seus comportamentos e escolhas e as entendiam como frágeis e menos capazes. De acordo com Rejane Hoeveller e Caroline Araújo,

assim como na França, nos Estados Unidos – com algumas exceções- às mulheres eram delegadas funções e tarefas que condiziam com certa divisão sexual dos papéis sociais. A elas cabiam tarefas como a administração ou a organização, mas não a execução das atividades centrais, a tomada de decisões ou a elaboração política “séria”.⁴⁰

A percepção irreal de inferioridade, ainda que vinda de companheiros de luta, demonstravam a gravidade do problema a ser enfrentado. Ainda que os homens fossem capazes de revoltar com as velhas tradições, no geral, não alteravam seus próprios comportamentos no que dizia respeito à posição das mulheres nos movimentos. Isso demonstra que as questões de gênero ainda deveriam ser exaustivamente abordadas. Nesse sentido,

a Contradição do movimento, em Maio de 68, no que diz respeito propriamente a propagação de atitudes sexistas, por parte dos membros das organizações de esquerda- as quais lutavam contra uma sociedade conservadora e baseada nos valores familiares tradicionais – fez com que as mulheres atentassem para o papel atribuído a elas no interior de tais movimentos. A partir desse reconhecimento, as mulheres foram capazes de se identificar entre si. As rodas de conversa promovidas pelos, “grupos de consciência” foram de grande importância nesse sentido. Por isso, 1968 foi decisivo para a reorganização do movimento feminista francês e mundial.⁴¹

O permanente trabalho desenvolvido nos “grupos de consciência” e nos coletivos de debates foram fundamentais para fortalecer o movimento, inclusive na estruturação das convicções de que era necessário o fortalecimento da identidade individual e da identidade do coletivo feminista para que esses preconceitos e opressões fossem superados. Foi preciso proceder, como afirmam Caroline Araujo e Rejane Hoeveller, inclusive com a “teorização do patriarcado como um sistema de opressão

³⁹ HOBBSAWM, Eric, *Era dos Extremos... Op. cit.*, p. 326 e 327.

⁴⁰ ARAUJO, Caroline e HOEVELER, Rejane. 1968 e a Segunda Onda... *Op. cit.*, p. 68.

⁴¹ *Ibidem*, p. 70.

anterior ao capitalismo, e a teorização da relação de domínio entre os sexos como uma matriz de todas as outras relações de domínio, exploração e opressão, sendo de certo modo rejeitada, assim, uma ordem hierárquica de contradições”.⁴² Ainda segundo as autoras,

o movimento feminista francês do princípio dos anos 60 apresentava características análogas às dos movimentos estado-unidense e italiano, isto é, era composto majoritariamente por mulheres jovens universitárias, militantes do movimento estudantil e da esquerda revolucionária. Em ambos os contextos, é possível perceber a continuidade dentro da descontinuidade expressa em Maio de 68: ainda que os homens se opusesse à velha política, à política tradicional dos partidos comunistas, à sociedade de consumo, aos preceitos de uma geração conservadora, eles majoritariamente prosseguiram reproduzindo a opressão de gênero.⁴³

Apesar das divergências de classes e das diferentes problemáticas no que tange os países mais conservadores o movimento feminista havia influenciado o modo das mulheres se perceberem. Conforme Hobsbawm, havia uma

sensação genérica de que chegara a hora da liberação feminina, ou pelo menos da auto-afirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo (...) suscitava questões que interessavam a todas: e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal.⁴⁴

O movimento feminista, então, passaria a ter um novo slogan: “o pessoal é político”.⁴⁵ Na medida em que, pessoalmente, as mulheres se transformavam, revolucionavam a sociedade no que pode ser analisado, mudando, inclusive, o cenário político, encabeçando, talvez, o movimento com resultados mais permanentes entre aqueles da década de 60.

Para esse trabalho, retomar a força e as ideias da segunda onda do movimento feminista, ainda que de forma breve e generalizada, é compreender como isso ecoará nas coordenações nacionais da JUC e, observando a documentação auxiliar, referente à Dom Helder Câmara entender como nos movimentos de Juventude Católicos, algumas dessas questões também se apresentavam, como por exemplo, as lideranças femininas atentas aos projetos e espaços decisórios.

⁴² *Ibidem*, p. 74.

⁴³ *Ibidem*, p. 73.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos... Op. cit.*, p. 313.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 326.

Nas perspectivas que dizem respeito aos movimentos revolucionários de esquerda durante a década de 1960, cabe salientar que, no geral, eles tinham como princípio o rompimento com a supremacia referencial da URSS. Eram como “grupos da chamada nova esquerda sonhavam com a construção de uma sociedade alternativa, de um ‘homem novo’, nos termos de Che Guevara, recuperando o jovem Marx. Enfim, os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente”.⁴⁶

A Primavera de Praga surge nesse cenário com a intencionalidade de reorganizar o regime socialista na Tchecoslováquia. Mas o que poderia ter sido um movimento de fortalecimento da experiência real do socialismo se transformou num episódio marcante da intolerância da União Soviética. De acordo com Demian Melo,

o lugar mais incomodo da memória dos comunistas pró-URSS sobre 1968 é certamente a Tchecoslováquia. Durante a Primavera de Praga floresceram propostas de democratização da experiência de organização política e social feita em nome do socialismo, e sem dúvida, a chegada dos tanques do Pacto de Varsóvia em agosto daquele ano provocou um retrocesso político dramático.⁴⁷

Marcelo Ridenti também usa a metáfora dos ventos para se referir as mudanças que eram causadas na década de 1960. Ainda em texto sobre a Primavera de Praga, o autor afirma que

sentindo-se ameaçadas pelos ventos liberalizantes as burocracias no poder nos demais países do leste europeu trataram de reprimir o mau exemplo: em 20 de agosto de 1968, tropas do Pacto de Varsóvia- lideradas pelas forças armadas da União Soviética invadiram a Tchecoslováquia para recolocar no poder gente de sua confiança.⁴⁸

Enquanto a Primavera de Praga afastava os novos movimentos de esquerda do mito soviético, a Revolução Cultural Chinesa serviu como inspiração para jovens revolucionários em diversos lugares do mundo. Mesmo no Brasil, é possível reconhecer essa influência conforme reconhece Luiz Alberto Gómez de Souza, Hebert de Souza e Marcelo Ridenti ao abordarem a ligação da Ação Popular, movimento estudantil que se originou na JUC, com as ideias maoístas. Dito isso, cabe apresentar aqui, para posteriormente poder esmiuçar, porque a Revolução Cultural Chinesa foi tão relevante para inspirar os movimentos de juventude. Segundo Cid Benjamin e Felipe Demier,

⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões... *Op. cit.*, p. 136.

⁴⁷ MELO, Demian. As muitas vidas de maio de 1968: qual seu legado para a esquerda do século XXI? In BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de 1968... Op. cit.*, p. 56.

⁴⁸ RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões... *Op. cit.*, p. 155.

na China, a chamada revolução cultural, que teve seu início em 1966, chegou ao ápice em 1968. Nela foram mobilizadas cerca de 20 milhões de pessoas em apoio ao líder Mao Tsé-Tung na disputa interna pelo poder no partido comunista e, por conseguinte, na sociedade chinesa. Com um discurso que tinha como objetivo a educação política das massas, a principal bandeira dos defensores da Revolução Cultural era a manutenção permanente do fervor revolucionário, sem o qual diziam o socialismo estaria destinado ao fracasso.⁴⁹

Se, até 1960, os setores dos trabalhadores ou a burguesia eram o *locus* das revoluções, Marcuse aposta que os estudantes serão os únicos capazes de naquele período se transformarem em força revolucionária.⁵⁰ De fato, as ideias de Marcuse e seu apoio para a juventude universitária parisiense em Maio de 1968, anunciavam o que, posteriormente, historiadores renomados como Hobsbawm iriam afirmar:

na verdade, só na década de 1960 se tornou inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismo estudantil em todo o mundo falaram mais alto que as estatísticas.⁵¹

Observando os movimentos estudados até aqui, pode-se perceber que em todos eles a presença dos estudantes se fazia importante. Se não como principais lideranças, como no movimento de lutas pelos direitos civis, como sujeitos ativos do processo amplo de luta. Isso se repete em todos os movimentos estudados. Portanto, quando Hobsbawm afirma que “assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *por excellence*”,⁵² o historiador faz uma constatação bastante pertinente à análise da realidade da época. Nem no mundo, nem no Brasil é possível se retomar a década de 1960, sem olhar para a juventude estudantil.

Marcelo Ridenti, por sua vez, observa que, “se é legítimo dizer que houve um movimento social mais destacado no ano de 1968, sem dúvida foi o dos estudantes, que se mobilizaram em todos os cantos do globo, nos países avançados e nos subdesenvolvidos, nos capitalistas e nos comunistas”.⁵³

Entretanto, cabe a pergunta: será que esses movimentos tinham para além de seus atores sociais, outros aspectos identitários, passíveis de comparação? Segundo Ridenti:

⁴⁹ BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. 1968, uma... *Op. cit.*, p. 20.

⁵⁰ MARCUSE, Herbert *apud* PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções...* *Op. cit.*, p. 81.

⁵¹ HOBBSAWM, Eric, *Era dos Extremos...* *Op. cit.*, p. 290.

⁵² *Ibidem*, p. 295.

⁵³ RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões... *Op. cit.*, p. 142.

o movimento estudantil americano foi muito significativo de 1964-1970. diferentemente da França e do Brasil, 1968 não foi o ápice do movimento estudantil nos EUA, apenas o momento significativo das lutas que se articulavam em torno do combate à guerra do Vietnã e ao serviço militar obrigatório, mobilizando os jovens muito além da minoria mais identificada com a contracultura. Mas eles jamais conseguiram romper o isolamento dos campi universitários, tendo sido sempre vistos a distância e com desconfiança pelo restante da população – ao contrário do que ocorreu na França, por exemplo. De modo que é preciso atentar para as especificidades das lutas de jovens e estudantes em cada um dos países em que elas se deram.⁵⁴

Portanto, é possível usar os movimentos de juventude a fim de buscar aspectos de análise comparativa, inspirações e processos análogos. Mas é fundamental se atentar para as diferentes especificidades de cada movimento. Nesse sentido o Maio de 1968 francês aparece como referência da luta estudantil que “inaugurava novo estilo de ação e manifestação, fora de partidos ou sindicatos, recusando qualquer tipo de tutela política. (...) Naquele momento, tratava-se mais de negar os valores e a ordem estabelecidos do que de propor qualquer alternativa concreta”.⁵⁵

Ao olharmos para a JUC, pode-se afirmar que o distanciamento partidário é, inclusive, anterior a 1968. Cabendo a discussão se ele se deu em razão da exigência eclesial ou da formação teológica dada às lideranças do movimento.

1.2- Os ventos de lá para cá: do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín.

Não se deve imaginar que se tratando dos “ventos de abertura” apenas se considerassem como vanguarda os movimentos vivenciados na América do Norte ou na Europa. Isso seria um perigoso deslize para entender como se forma o cenário em que a Juventude Universitária Católica brasileira vai alcançar a posição de destaque que assume nos primeiros anos da década de 1960.

A América Latina foi palco do que Fredric Jameson considerou o marco de início da década de 1960: A Revolução Cubana. Segundo Demian Melo, “(...) a revolução Cubana não foi qualquer revolução no século XX, (...), ela deve ser tomada como o ‘Ano 1’ da década de 60”.⁵⁶

Do ponto de vista ideológico, a Revolução Cubana fez parecer possível que qualquer jovem pudesse repetir Sierra Maestra. E, diante dessa ideia, não foram poucas as iniciativas de jovens ligados ao partido comunista para tomar o poder em diversos

⁵⁴ *Ibidem.*

⁵⁵ *Ibidem*, p. 135 e 136.

⁵⁶ MELO, Demian. *As muitas vidas de... Op. cit.*, p. 45.

locais da América Latina. De algum modo, o sucesso do processo revolucionário cubano fazia parecer possível que a revolução acontecesse. A vitória da pequena ilha caribenha sobre o gigante imperialista se consolida após o episódio da Bahia dos Porcos, em 1961, marcando de vez o posicionamento cubano diante do mundo bipolar. Segundo Libânio,

(...) a visão social e cultural avança nos vários países da América Latina, evidentemente o impacto maior vem da vitoriosa Revolução Cubana, liderada pelo jovem guerrilheiro Fidel Castro. Uma vez consolidada, sobretudo depois do fracasso da invasão da Bahia dos Porcos por cubanos fugitivos do regime e acobertados pelos americanos a revolução torna-se mercadoria de exportação e sedução em outros países do continente. A figura carismática de Che Guevara transforma-se em ídolo da juventude na sua função de embaixador, guerrilheiro do modelo cubano, até sua morte na Bolívia. (...) multiplicam-se os movimentos revolucionários no continente, tais como: Tupamaros, MIR, ERP, Sendero Luminoso, FARP, etc.⁵⁷

Em toda a América Latina se podiam ver iniciativas do campo das esquerdas surgindo no meio dos jovens. Inclusive vale salientar a experiência mexicana nesse momento:

No México, com a justificativa de restabelecer a ordem e garantir a realização da Olimpíada de 1968, a 10 dias do início dos jogos, o exército perpetrou um massacre, metralhando uma manifestação de protesto contra o governo na praça Tlatelolco.⁵⁸

De diversas formas as experiências populares revolucionárias ou de contestação aconteciam de forma ininterrupta em diversos lugares da América Latina. Também nos movimentos latino americanos é possível identificar características próximas aos demais movimentos do marcante ano de 1968.

“Foram características dos movimentos libertários de 1968 no mundo todo: inserção numa conjuntura internacional de prosperidade econômica; crise no sistema escolar; ascensão da ética da revolta e da revolução, busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas, negação da sociedade de consumo, aproximação entre arte e política, uso de recursos de desobediência civil; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista); mudanças comportamentais; vinculação estreita entre lutas sociais amplas e interesses imediatos das pessoas; aparecimento de aspectos precursores do pacifismo, da ecologia, da antipsiquiatria, do

⁵⁷ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea...* *Op. cit.*, p. 122.

⁵⁸ BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. 1968, uma... *Op. cit.*, p. 17 e 18.

feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e outros que viriam a desenvolver-se nos anos seguintes.⁵⁹

O que se pretende reafirmar aqui, é que o ano de 1968 é um marco a cerca dos movimentos de juventude, mas que não foi um evento isolado, esses movimentos foram sendo construídos, tanto em identidade como em organização.

Do ponto de vista eclesial, a América Latina representaria um vendaval diante das velhas e fechadas janelas da Igreja Europeia. As práticas experimentadas na região representaram uma grande novidade para a Igreja Católica. Em especial, pode se destacar a figura de Dom Helder Câmara, que conseguiu mobilizar alguns movimentos tanto no campo do episcopado quanto no campo do laicato. Dom Helder é o responsável pelas seguintes iniciativas: A organização da CNBB⁶⁰ e do CELAM,⁶¹ além de ter sido o responsável pela JUC, em seus anos de crescimento, mantendo uma ligação direta com o movimento. O Cardeal também é citado em alguns documentos, como um dos cardeais mais influentes do Concílio Vaticano II.⁶²

Para entender a relevância desse detalhamento de posições no que se refere a Igreja em seu caráter global ou nacional cabe retomar as ideias de Mainwaring:

As concepções de fé e da própria missão da igreja não se modificaram somente como resultado de debates acerca de quais deveriam ser ou de como deveriam proteger interesses institucionais. Pelo Contrário, sua identidade modificou-se principalmente porque o processo político mais amplo gerou novas concepções da sociedade e do papel da Igreja dentro dela. (...) A religião pode ser uma força poderosa na determinação da orientação política, frequentemente até mais importante do que a classe.⁶³

Isso significa dizer que as práticas, ideias, inspirações que norteiam a formação religiosa de um indivíduo que assume uma profissão de fé funcionarão para ele como um tipo ideal weberiano. Sendo assim, entender como a Igreja da América Latina assume, a partir da década de 1960, alguns princípios, contribuirá diretamente para entender como a Juventude Universitária Católica funcionava e sob que valores formavam seus militantes.

⁵⁹ RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões... *Op. cit.*, p. 157.

⁶⁰ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

⁶¹ Conselho Episcopal Latino Americano.

⁶² MARQUES, Luiz Carlos Luz e FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). *Dom Helder Câmara. Circulares Conciliares*, vol. 1, Recife: CEPE, 2009, p. XLV.

⁶³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p 24.

Para o ex-jucista Luiz Alberto Gómez de Souza, em entrevista concedida ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil, “Medellín é uma tentativa de ampliar e fortalecer os traços da Teologia Latina”,⁶⁴ no resumo de Souza, cabe explicar que isso significa assumir que após o Concílio Vaticano II, os bispos latino-americanos resolveram convocar uma reunião para que pudesse encaminhar e adaptar os documentos pós-conciliares à realidade do continente. Segundo Libânio,

de longe o evento mais importante na década de 1960 para o salto qualitativo da Igreja da América Latina numa linha social deixando seu ranço conservador, é a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia. Quanto à organização eclesial, escolhe-se o modelo das comunidades de base como principal forma de expressão da Igreja no meio dos pobres, a imensa maioria do continente. Em termos teológicos e de visão pastoral, opta-se pela “libertação”. Temos, portanto, os três pontos básicos da originalidade da Igreja da América Latina nos próximos anos: *opção (preferencial) pelos pobres, comunidades eclesiais de base e pastoral da libertação*.⁶⁵

Nesse sentido, a Igreja na América Latina assume seu papel de fonte teológica e passa a construir um conjunto de identidade e mística que se distancia do modelo Europeu.

1.3 - A ventania dura pouco no Brasil: o golpe de 1964 e “os atos de fechamento”

Na perspectiva de Igreja do Brasil, algumas mudanças são anteriores ao que Marcelo Ridenti nomeou como “anos rebeldes”, período situado, conforme o autor, entre o “fim do governo Kubitscheck – simbolizado pela inauguração de Brasília como nova capital federal em 1960, expressando a rápida modernização do país nos anos anteriores – até a promulgação do ato institucional número 5”.⁶⁶

Nesse sentido, cabe dizer que, a partir de 21 de abril de 1960, os jovens universitários brasileiros eram envolvidos em uma efervescente realidade política: os “anos rebeldes”. Antes de debruçarmos o nosso olhar sobre essa periodização, retomaremos as temáticas eclesiais que compunham o cenário menos conhecido. No meio eclesial, diretamente relacionado ao objeto de estudo desse trabalho, cabe dar destaque a alguns fatos anteriores ao início da década de 1960 que funcionam como marcos para entender como os jovens da JUC ganharam relevância naquele período.

⁶⁴ Depoimento de Luiz Alberto Gomez de Souza. CNLB. Arquivo em vídeo no canal do CNLB. Disponível em: <https://www.cnlb.org.br/?p=61>. Acesso em: 25.05.2020

⁶⁵ LIBANIO, J. B. *Igreja Contemporânea... Op. cit.*, p. 126-127 (grifo nosso).

⁶⁶ RIDENTI, Marcelo. *1968... Op. cit.*

Em 1922, tem início a organização do movimento de leigos dentro da Igreja católica. O desejo era de fortalecer a Igreja que sentia diretamente a relevante perda de fiéis. Para isso, o papa Pio XI “faz um apelo aos leigos para serem uma presença da hierarquia no meio do mundo. No Brasil, de 1932-1935, dão-se os primeiros passos na linha de sua organização nacional”.⁶⁷ Surge assim, a partir de iniciativas dadas pelo Cardeal Leme a Ação Católica Brasileira. Ainda seguindo o modelo italiano,⁶⁸ a experiência se dividia entre homens e mulheres. E seguiu assim, sem grandes alterações, até o início dos anos 1950, quando por influência das experiências da Bélgica e da França tem início a Ação Católica Especializada (ACE), organizada a partir das realidades em meios específicos. Desde então, fortalecem-se especialmente os movimentos de Juventude. É no seio da ACE que surgem diversos movimentos voltados para a juventude católica: a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC, de secundaristas), a Juventude Independente Católica (JIC, das paróquias e bairros, ligadas à classe média), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).⁶⁹

De acordo com Libânio, ainda em 1952, é fundada a conferência Nacional dos Bispos do Brasil. De acordo com o autor, “duas pessoas desempenham papel fundamental nesse empreendimento. No Brasil, Mons. Helder Câmara, ainda não nomeado bispo, e Mons. Montini, que mais tarde será o papa Paulo VI, amigo de Dom Helder, pessoa de enorme influência na cúria Romana, onde trabalha desde 1924”.⁷⁰ Ainda de acordo com o autor,

D. Helder é nomeado bispo e exerce a função de Secretário Geral da CNBB durante mais de 10 anos, consolidando-a como instituição. OS objetivos da CNBB resumem-se em promover a Coordenação nacional da Igreja e estimular as igrejas locais a participarem ativamente na mudança social do país.⁷¹

Pode-se afirmar, baseando-se ainda nas análises das cartas conciliares⁷² e na entrevista de Luiz Alberto Souza⁷³, que a experiência de Dom Helder com os

⁶⁷ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea... Op. cit.*, p. 114.

⁶⁸ O que se nomeia como modelo italiano, trata de uma Ação Católica Geral, dividida apenas entre homens e mulheres, sem divisões de faixa etária ou mesmo de meios específicos, que é o diferencial para o modelo francês/belga, a partir de 1950 a Ação Católica Brasileira passa a se organizar como movimento a partir de eixos de interesse ou problemáticas sociais: operários, estudantes, camponeses, entre outros.

⁶⁹ PASTOTAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Pastoral da Juventude Estudantil do Brasil: nossa vida, nossos sonhos*. Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil. CNBB.

⁷⁰ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea... Op. cit.*, p. 110.

⁷¹ *Ibidem*, p. 110.

⁷² MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto Araújo (orgs.). *Dom Helder... Op. cit.*.

movimentos do laicato, em especial com a juventude, foi fundamental para a fundação da CNBB. Por isso, a CNBB, “de certo modo brotou da Ação Católica”.⁷⁴

Enquanto a Igreja, do Brasil, desde 1930, experimenta alguns ensaios de abertura, como o movimento dos leigos, o Brasil vivia uma inconstância política permanente. A república brasileira não parecia sequer ensaiar passos firmes. Apesar da abertura política de 1945, inclusive com a eleição de diversos nomes do Partido Comunista do Brasil, a estabilidade democrática não se concretizava. Segundo Cid Benjamin,

já em 1947, o PCB que na época tinha o nome de Partido Comunista do Brasil foi posto na ilegalidade e, em janeiro de 1948, os parlamentares eleitos por sua legenda tiveram o mandato caçado. Sucederam-se intervenções em sindicatos com diretorias combativas e a imprensa comunista passou a ser perseguida. Posteriormente, o último governo Vargas (1951-1954), que, malgrado suas contradições, não tinha alinhamento automático com os Estados Unidos, enfrentou um pesado cerco da Direita, do qual participaram amplos setores das forças armadas que se moviam na lógica da Guerra Fria e do anticomunismo. Tais setores eram apoiados por quase a totalidade de imprensa e pela direita civil, cujo maior expoente era Carlos Lacerda, dono de um influente jornal golpista, A Tribuna da Imprensa. Na ilegalidade e guiado por uma linha sectária o PCB também clamava pela derrubada de Vargas, visto como um “serviçal do imperialismo” e chefe de um governo de “traição nacional”.⁷⁵

Após o período de instabilidade que se seguiu ao suicídio de Vargas, a eleição de Juscelino Kubitschek parecia recolocar o país de volta ao eixo democrático. Entretanto, em 1960, a eleição de Jânio Quadros e sua renúncia causaram um desequilíbrio ainda mais confuso das forças que “organizavam” o país.

De acordo com Elio Gaspari, “em 1960, 5,6 milhões de brasileiros haviam votado em Jânio Quadros, um demagogo que fizera a campanha eleitoral usando a vassoura como símbolo. Jânio Prometera varrer a ordem política de que Jango era produto”.⁷⁶ Seus eleitores acreditaram que essa seria uma opção mais alinhada ao eixo americano, entretanto, como destaca José Victor Lara, “os motivos da renúncia de Jânio ainda eram sombrios e muitos acreditavam que ele caíra por causa da política externa (...). As forças mais conservadoras não escondiam os temores quanto à uma política

⁷³ Depoimento de Luiz Alberto Gomez de Souza. CNLB. Arquivo em vídeo no canal do CNLB. Disponível em: <https://www.cnlb.org.br/?p=61>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

⁷⁴ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea...* Op. cit., p. 114.

⁷⁵ BENJAMIN, Cid. 1968 no Brasil: um ano... Op. cit., p. 85.

⁷⁶ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. As Ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 49.

externa mais independente”.⁷⁷ Aceita-se a ideia de que a perspectiva de Jânio sob a Política Externa Independente era mais um discurso que uma prática real, uma artimanha comum ao então presidente. O posicionamento do Brasil em relação à Cuba, por exemplo, na qual a crítica a invasão à Bahia dos Porcos e a condecoração de Ernesto Che Guevara, em 1961, foram fatores decisivos, segundo os autores, para estremecer a relação com o EUA e o apoio dos setores conservadores e liberais no cenário interno brasileiro. As críticas se tornaram tão acirradas que Carlos Lacerda deixou a base Janista. Conforme Cid Benjamin,

em agosto de 1961, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, que assumira o cargo no início do ano, mais uma vez os militares golpistas tentaram virar a mesa. Os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, considerado por eles “esquerdista”.⁷⁸

Entre a renúncia de Jânio Quadros e o plebiscito que fortaleceria o governo de João Goulart o que se assiste é uma sequência de tentativas de limitar o poder que retornaria ao campo populista.

Assim, pode-se dizer que o governo Goulart *nasceu, conviveu e morreu* sob o espectro do golpe de Estado. Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros. Com sua inesperada renúncia, JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um “golpe branco”.⁷⁹

Retomar nessa análise de cenário político o período de governo de João Goulart é assumir que, mesmo com especial cuidado à análise do ano de 1963, não é possível estabelecer um olhar único ou definitivo a seus desdobramentos. Conforme destaca a autora Lucília Delgado em texto sobre Jango:

a produção historiográfica sobre a trajetória política de João Goulart ainda é numericamente pouco expressiva. Apresenta, entretanto, não poucas vezes, interpretações discordantes, em especial quando se referem ao período do seu mandato presidencial. Além disso, alguns autores avalizam as estratégias de desqualificação no que se refere à atuação do ex-presidente e de seu governo.⁸⁰

⁷⁷ LARA, José Victor. Um novo paradigma? A Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 18, n. 204, Ano XVIII, Maringá, UEM, 2018, p. 9.

⁷⁸ BENJAMIN, Cid. 1968 no Brasil: um ano... *Op. cit.*, p.86.

⁷⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. Associação Nacional de História, vol. 24, n°. 47, 2004, p. 13-28.

⁸⁰ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, vol.14, n° 28, Niterói, 2010, p. 124.

Caio Navarro de Toledo também confirma a existência de interpretações discordantes, entretanto trata de explicar que existe um consenso entre a leitura conservadora e liberal, deixando para os setores de esquerda as maiores discordâncias a respeito do que representou o período de João Goulart. Segundo o autor, “para estes, vários foram os juízos aplicados: governo de ‘traição nacional’, de orientação social-democrata ou democrático popular; governo populista de esquerda ou nacional-reformista — e até mesmo de “orientação revolucionária”.⁸¹

O autor ainda destaca que apesar dessas discordâncias expressivas, o período entre 1961 e 1964 é reconhecidamente um “período intenso, dinâmico e significativo” no que diz respeito à luta de classes, aqui, numa referência ao texto de Jacob Gorender, afirma que os primeiros meses de 1964 podem ser entendidos como um período pré-revolucionário, o que contribuiria para o caráter “preventivo” do golpe direitista dado em abril de 1964.⁸²

Na verdade, manifestações sociais mais autônomas, que sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart cresceram em número e diversidade e ganharam maior densidade e capacidade de pressão. Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela Guerra Fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, reivindicando reformulações expressivas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política bastante peculiar àquele tempo de dicotomia internacional.⁸³

Nesse sentido, é válido retomar significativos êxitos e vitórias do campo popular, destacando, em especial, a ligação entre esse campo e setores da Igreja. Nas ligas camponesas, nas associações e sindicatos, as lideranças leigas e religiosas católicas ocupavam cargos públicos e políticos. Entre os primeiros anos da década de 1960, a JEC e a JUC eram consideradas uma das principais tendências do movimento estudantil brasileiro,⁸⁴ chegando à vitória de líderes jucistas para a presidência da UNE. Vale ressaltar a relevância do Movimento de Educação de Base e seu exemplo na perspectiva dos efeitos possíveis alcançados por reformas de base, conforme destaca Bresser Pereira:

⁸¹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra... *Op. cit.*, p. 13-28.

⁸² *Ibidem*, p. 13-28.

⁸³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart... *Op. cit.*, p. 126.

⁸⁴ PASTOTAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Pastoral da Juventude Estudantil... Op. cit.*

A amplitude ganha pelo MEB, transbordando os quadros normais da ação confessional da Igreja para se constituir numa nova modalidade de obra mista, decisivamente vinculada ao novo conceito de educação popular adiantada no país. A inevitável articulação deste movimento com as técnicas de alfabetização de adultos posta em prática especialmente através do chamado método Paulo Freire.⁸⁵

Os setores progressistas da Igreja Católica estavam diretamente ligados às possibilidades dessas reformas. Apesar dos universitários terem negado a reforma universitária, alguns membros da JUC trabalhavam diretamente no Ministério da Educação como, por exemplo, Hebert de Souza e Luiz Alberto Gómez de Souza.

O movimento das reformas de base crescia e parecia se fortalecer dentro de alguns setores da sociedade brasileira. Ainda que suas nuances ideológicas não apresentem um consenso historiográfico, elas são peça essencial na tentativa de entender esse momento histórico. Conforme Cid Benjamin,

No pouco tempo em que esteve no governo, Goulart, anunciou um conjunto de reformas – denominadas Reformas de Base – em torno às quais houve grande mobilização popular. Entre elas estavam: a reforma agrária; bancária, urbana; fiscal; educacional. Se as reformas não tinham caráter socialista elas mudariam a face do capitalismo brasileiro e, no bojo da luta por sua realização poderiam ser criadas condições para avanços maiores. Esse processo foi interrompido com violência no dia 1º de abril de 1964.⁸⁶

Entretanto, enquanto existia uma intensa mobilização dos campos populares, a insatisfação com a economia não passava despercebida. No cenário internacional, existia uma instabilidade com relação ao posicionamento alinhado ao bloco capitalista, tendo em vista as aproximações, desde 1961, com o bloco socialista. Tampouco, poderia se ignorar o fato das camadas mais abastadas, em especial empresários e intelectuais conservadores, também estarem organizados em instituições que tinham por princípio a manutenção de seus privilégios. O cenário sócio-político, portanto, não era estável. Segundo Caio Navarro de Toledo,

Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento

⁸⁵ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções...* Op. cit., p. 20.

⁸⁶ BENJAMIN, Cid. 1968 no Brasil: um ano... Op. cit., p.87.

sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.⁸⁷

Ainda assim, com possíveis interpretações discordantes sobre os ideias e os efeitos do período, faz-se necessário olhar para as idiosincrasias do governo Goulart. Mais do que isso, olhar o contexto e dar especial atenção aos desdobramentos após Jango conseguir fortalecer-se no poder com o que se pode considerar sua verdadeira eleição: o plebiscito popular de 1963. De acordo com Caio Navarro de Toledo,

A rigor, o governo de Goulart se inicia em janeiro de 1963, após a contundente derrota do regime parlamentarista. Com o apoio de amplos setores empresariais, e dos setores políticos nacionalistas e conservadores, a campanha para o retorno ao presidencialismo foi vitoriosa.⁸⁸

Sendo assim, é possível concluir que João Goulart, para conseguir reassumir seu mandato, aceitou um acordo que limitava seus poderes num mal-ajambrado regime parlamentarista. Em 1963, por um plebiscito, Goulart recupera os poderes como presidente. É a partir daí que, mesmo com a instabilidade econômica, seu governo se fortalece entre as camadas populares. O fortalecimento dessas frentes amplia a instabilidade política, reforçando os aspectos da luta de classes, também representada pela dicotomia do cenário internacional. Une-se a isso, um conjunto de movimentos ideológicos controversos. O corpo de militares enfrentava movimentos de base, diversas greves aconteciam, no campo a instabilidade fazia com que fazendeiros se armassem para enfrentar a possível reforma agrária. Diante da possibilidade de ampliar o apoio popular, Jango faz o pronunciamento do Comício da Central:

No dia 13 de março, num grande comício na praça em frente a Central do Brasil, (ao lado do Ministério da Guerra), anunciou sua disposição de lançar o governo na campanha pelas reformas de base. assinou dois decretos. Um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo. No palanque, o líder do governo no senado disse que ‘se o Congresso Nacional não aprovar as reformas, perderá sua identidade com o povo’. Era um governo em crise, com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação. A atenção política somava-se um declínio econômico.⁸⁹

Com tanta instabilidade imediatamente após as decisões e promessas feitas no “Comício da Central” os setores conservadores começaram a organizar diversas

⁸⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra... *Op. cit.*, p. 13-28.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 13-28.

⁸⁹ GASPARI. Elio. *A Ditadura...* *Op. cit.*, p. 50.

manifestações contrárias as Reformas de base. A oposição se fortalecia, inclusive a partir de lideranças e movimentos ligados a setores conservadores da Igreja Católica. Parecia que existiam duas forças contrárias, e aos conservadores caberia o “destino - manifesto”⁹⁰ de impedir o avanço das forças comunistas.

Paul Singer afirma que o período que termina em 1964, “foi um período de democracia autêntica no Brasil”.⁹¹ Para tal, contextualiza as derrotas dos governistas nas eleições entre os anos de 1950 e 1961. E apesar de entender que a democracia era autêntica, reconhece que houve crises políticas. Entretanto, afirma que a crise de 1964 fora mais grave que as anteriores e que, ao lado do impasse econômico, vivia-se um impasse de caráter político ideológico.⁹² É esse impasse ideológico, aqui chamado de “obsessão comunista” que possibilita o golpe civil-militar. Segundo Singer,

Isso foi transformado pela direita brasileira numa quase obsessão, pois quem lesse a imprensa, ouvisse rádio ou assistisse à televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e que o fim da democracia era iminente. Foi nesse caldo de cultura que as forças armadas deram o golpe.⁹³

O cenário, ou melhor, os diferentes cenários que antecedem, em dias, o golpe civil-militar de 1964 tem diferentes interpretações, assim como destaca Lucilia Delgado.

Aqui é importante a percepção de que os primeiros anos da década de 1960 foram anos de abertura e democracia. Podendo, assim, como se nomeou esse subtítulo, dar destaque a uma pequena “ventania” de ares mais democráticos e de maior mobilização e participação popular. Essa participação, no geral, é percebida pelas elites como indícios de uma pré-revolução que precisava ser combatida, impedida, exterminada. Existia uma diferença entre a modernização do capital industrial e da economia brasileira – desejos dos setores da elite e dos conservadores e liberais, para uma proposta de ampliação da democracia em suas bases. Existia uma divergência ideológica e é sobre esse aspecto que se constroem alguns dos pilares que possibilitam o golpe civil-militar de 1964.

⁹⁰ A escolha pela expressão se dá a fim de criar uma metáfora capaz de expressar o uso intencional de uma desculpa ideológica. As ideias da “contrarrevolução” com as quais alguns autores tentam justificar o Golpe de 1964 soam como um “destino manifesto”, como se as elites e os intelectuais fossem capazes de proteger o país do avanço de forças sombrias, como se existisse um inimigo perigoso a ser derrotado, quando na verdade se trata da defesa de interesses de um a determinada parcela da sociedade.

⁹¹ SINGER, Paul, O Significado do conflito Distributivo em 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas...* *Op. cit.*, p. 24, 25.

⁹² Paul Singer destaca a crise cambial, a alta inflação e a crise fiscal como parte da crise econômica instaurada e soma a isso as questões relacionadas à luta de classes, dando ênfase a três formas de rebeldia: a camponesa, a operária e a estudantil.

⁹³ SINGER, Paul. O Significado do... *Op. cit.*, p. 26.

René Dreifuss, ao abordar o papel da Igreja no contexto pré-golpe, enfatiza duas diferentes leituras: primeiro o reconhecimento da Igreja como instrumento de doutrinação; depois trata de diferenciar o uso que os setores conservadores, das novas vertentes, dando destaque inclusive ao padre Henrique Vaz, que viria a compor a assessoria eclesial da JUC. Segundo o autor,

A Igreja se tornou outro campo de batalha ideológico no governo de João Goulart e talvez um dos mais influentes canais para a doutrinação. (...) Novas percepções e posicionamentos pelos níveis mais baixos da hierarquia do clero e por figuras esclarecidas, como Frei Tomas Cardonell dominicano Francês e o Padre Henrique de Lima Vaz, professor de filosofia, começavam a desafiar a atitude tradicional da hierarquia e mesmo as posições de direita de figuras de centro como Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Salles, Bispo de Natal.⁹⁴

Existem então duas diferentes linhas ideológicas a serem pensadas do ponto de vista anterior ao golpe: conservadores e progressistas, retomando os campos que João Batista Libânio já teria apresentado quando na abordagem sobre o Concílio Vaticano II.

Nesse sentido, os movimentos do laicato, em especial aqueles organizados em torno da juventude, estarão alinhados à ala progressista. Cabe aqui uma discordância da leitura de Dreifuss acerca do futuro arcebispo de Recife- Olinda. Dreifuss alinha Dom Helder ao centro. Posteriormente ao golpe, seu afastamento da Arquidiocese do Rio e demais posturas o realocaram, do ponto de vista crítico, à ala progressista. Dom Helder e o padre Henrique Vaz foram lideranças eclesiais da JUC e da Ação Católica nos anos anteriores a 1964.

As ideias progressistas desses movimentos podem ser percebidas a partir de alguns documentos sintetizados no livro *JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia* de José Luiz Sigrist. Para a Ação Católica Brasileira, por exemplo, era necessário sair de uma atuação missionária e assumir uma inserção nas lutas e participações mais estruturais.⁹⁵

Para as lideranças da JUC, a partir de 1960, no encontro de 10 anos, essas ideias se estruturam no “Ideal Histórico”. O Ideal Histórico é tido como uma “síntese total”, o anseio que norteava as linhas de ação do movimento. José Sigrist aponta a síntese dessas linhas de ação em diferentes perspectivas, usando como base o boletim da JUC, aqui cabe dar destaque as linhas econômicas e políticas:

⁹⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5º Ed. Ed. Vozes. Petrópolis. 1987, p. 254.

⁹⁵ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil, evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo, Cortez/UNIMEP, 1982, p. 40.

No plano econômico se deverá fazer a “opção pelo desenvolvimento e pela superação do capitalismo, valorizando o trabalho humano que, no presente, se reduza simples mercadoria” e fazendo do direito de propriedade um “efetivo instrumento de personalização para todos os brasileiro.

No plano político se deverá participar da vida política nacional visando: a. partidos voltados para a concretização de ideias coletivos - legítimos realmente vinculados a interesses das classes menos favorecidas, da coletividade enquanto ideal de justiça distributiva e segundo plano de ação e métodos democráticos; b. uma estrutura política democrática, pluralista, fundamentada na consciência, na participação e decisão de diversos grupos sociais; c.a elaboração de uma ideologia essencialmente anticapitalista.⁹⁶

O texto de José Sigrist e o documento do movimento (*Boletim Nacional*) corroboram as ideias de Rene Dreifuss, de que além das forças armadas, a Igreja era a única estrutura verdadeiramente nacional. Além disso, também demonstra as diferentes possibilidades que se afluam no interior das estruturas eclesiais. Ao mesmo tempo em que a Igreja poderia ser utilizada para alcançar intelectuais e a classe média, também conseguia se organizar frente às camadas mais populares;

As posições reformistas cristalizavam-se em organizações populares, como a Juventude Operária Católica, a Juventude Estudantil Católica e a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular, uma frente política multissetorial. A Igreja se mostrava fundamental para a elite orgânica, já que o clero proporcionava a tão necessitada comunicação com as bases sociais populares, constituindo-se na única estrutura nacional verdadeira além das forças armadas. “Ela (a Igreja) (...) representava o órgão ideal para atingir as classes médias, das quais os estudantes, intelectuais, os movimentos femininos organizados e os militares obviamente faziam parte, assim como para agir por seu intermédio no seio das classes camponesas e trabalhadoras urbanas.”⁹⁷

E é assim que, em 1º de abril de 1964, a Igreja Católica, com seus diferentes setores, capazes de representar a população se depara com aquele que seria o primeiro grande marco dos *atos políticos de fechamento*. O Golpe civil-militar dava início a um regime de exceção, e diversas decisões políticas atacavam diretamente os movimentos sociais, em especial os de esquerda ou considerados mais progressistas. Caio Navarro de Toledo apresenta algumas possíveis interpretações dada ao golpe:

O golpe de 1964 veio, pois, coroar as tentativas anteriormente fracassadas. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas, o golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica *Revolução*. Aliviadas por não terem de se envolver militarmente no país, as autoridades norte-americanas

⁹⁶ *Ibidem*, p 57.

⁹⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op. cit.*, p. 254.

congratularam-se com os militares e políticos brasileiros pela "solução" encontrada para superar a "crise política" no país.⁹⁸

Observe que aqui o autor trata do ponto de vista usado pelas classes dominantes para interpretar o que teria sido o Golpe civil-militar de 1964. A palavra “revolução”, usada para intitular o que ocorreu em 1º de abril de 1964, não é antes de tudo uma escolha ideológica dos historiadores, apenas. O termo revolução foi utilizado durante o período, já no Ato Institucional nº 1, pelos próprios civis e militares responsáveis pelo feito, numa tentativa de registrar para a História os marcos do movimento. São eles também que anunciam a identidade civil-militar posteriormente defendida por outros autores.

Durante os anos de ditadura foram elaborados ao todo, 17 Atos Institucionais. Para a análise dos atos políticos de fechamento que ecoaram sob os movimentos sociais, e pensar suas consequências sob os opositores do regime que se iniciava a partir de 1º de abril de 1964, vamos recorrer à análise dos Atos Institucionais elaborados até o ano de 1968, quando foi editado o AI-5.

Uma importante reflexão para essas análises é entender por que a ditadura civil-militar se preocupava em criar instrumentos que aparentassem manter o país sob um “respiro democrático”. Nesse sentido, o trabalho de Claudio Beserra de Vasconcelos, “Os Militares e a Legitimidade do Regime Ditatorial”, ajuda a encontrar algumas chaves para essas motivações. Segundo o autor,

efetivada a vitória da intervenção armada e conquistado o Estado brasileiro, em abril de 1964, a preocupação passou a ser a constituição de um novo governo. A frente civil-militar que depôs o presidente João Goulart não era homogênea e, uma vez no poder, dividiu-se em face de questões cruciais relativas ao estabelecimento da nova ordem. A afirmação da natureza democrática do regime era, certamente, um dos principais divisores entre as correntes militares que passaram a disputar a primazia na condução do novo regime. “Moderados”, “linhas-duras” e “nacionalistas radicais” divergiam em relação ao *quantum* de democracia a ser preservado da ordem anterior, bem como quanto ao cronograma de devolução do poder aos civis.⁹⁹

O AI-1, publicado em 9 de abril de 1964, trata, para além da legitimação do golpe, de alguns aspectos referentes aos poderes que se estabeleceriam a partir da derrubada do governo Goulart. Enquanto alguns autores revisionistas tentam minimizar

⁹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe... *Op. cit.*, p. 13-28.

⁹⁹ VASCONCELOS, Claudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968) a preservação do Legislativo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, 2013, p. 334.

os impactos dos primeiros anos do regime ditatorial que se instaurou no Brasil, inclusive justificando que entre 1964 e 1968 não se tratava de uma ditadura de fato, uma das abordagens a que se dispõe esse trabalho é entender como desde o início se criou um regime de exceção, com perda dos direitos democráticos e individuais. Nesse sentido, o que se espera é contribuir com evidências, para reforçar a ideia de que antes mesmo da publicação do AI-1, da norma que possibilitaria a cassação ou exceção de direitos, já é possível, como esclarece o depoimento de Enio Silveira, editor da Civilização Brasileira, perceber os atos de violência contra os intelectuais:

Ai começou todo um processo de violência e abusos. Eu fui logo cassado pelo Ato Institucional, meus direitos políticos fora, suspensos por 10 anos. Sete dias depois do golpe, compareci a editora: voltei a trabalhar e fui preso. Foi a primeira das sete prisões: fui submetido a quatro processos por crimes contra a segurança Nacional.¹⁰⁰

As prisões arbitrárias seguiram acontecendo, como é o caso da prisão dos militantes da JUC, no apartamento onde moravam os membros da coordenação nacional em 5 de junho de 1964.

Assim, diante de prisões arbitrárias, intervenções em editoras e outros instrumentos contrários ao regime que se iniciava é entender que por atos de fechamento não serão entendidos apenas os Atos Institucionais. Tampouco se compreenderá a ditadura civil-militar instaurada no país apenas como uma revolução, como pretende legitimar o texto do AI-1. Aqui também recorreremos a Caio de Navarro Toledo para entender que, mesmo entre os “revolucionários militares” não existe um consenso sobre o real aspecto revolucionário do golpe de 1964:

Assim, de imediato, rejeita-se a versão dos vitoriosos de 1964 que, na busca de legitimação e justificação do movimento, denominaram-no de Revolução. Por sua rara lucidez, as palavras do general-presidente Ernesto Geisel deveriam ser levadas mais a sério, até mesmo por historiadores e cientistas políticos não-conservadores. Num depoimento em 1981, afirmou Geisel que “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma idéia, em favor de uma doutrina. Para o vitorioso de 1964, o movimento se fez *contra* Goulart, *contra* a corrupção, *contra* a subversão. Estritamente falando, afirmou o general, o movimento liderado pelas Forças Armadas não era *a favor* da construção de algo novo no país. Embora lúcidas — na medida em que rejeitavam a noção de Revolução —, as formulações do ex-ditador podem ser objeto de uma releitura. Assim, com legitimidade teórica, podemos ressignificar todos os *contras* presentes no depoimento do militar.¹⁰¹

¹⁰⁰ SILVEIRA, Enio. *A resistência no plano da cultura*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas, SP, Unicamp, 2014, p. 184.

¹⁰¹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as... *Op. cit.*, p. 20.

Ainda na leitura do autor, cabe atenção especial a percepção dos “contras” aos quais se estabelecem as forças pró-golpe em 1964.

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o *alargamento da democracia política* e a *realização de reformas do capitalismo brasileiro*.¹⁰²

Era contra a própria democracia que se havia estabelecido o golpe. Não sobre um “perigo comunista” imanente. Nessa direção vale retomar o trabalho de René Dreifuss. Abordar o golpe de 1964 trata de olhar para além dos generais e das forças armadas e entender quais elites ideológicas estavam representadas pelas forças militares. Conforme o autor, “o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”.¹⁰³

Cabe, portanto, explicar que forças estão centradas no IPES e como essas forças interferem no golpe e no governo que se estabelece em sua sequência, entendendo a função do Instituto e sua contribuição com a construção do cenário no qual o golpe de 1964 foi deferido.

O Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) não era com certeza, como freqüentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes.¹⁰⁴

O IPES representa, portanto, o aparato ideológico que embasaria do ponto de vista organizacional as posteriores ações que visavam manter as classes dominantes da sociedade brasileira, entendida pelo autor como “elite orgânica empresarial” com o poder das decisões, em especial sob o ponto de vista econômico. René Dreifuss

¹⁰² TOLEDO, Caio Navarro de, 1964: O golpe contra... *Op. cit.*, p. 21.

¹⁰³ DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op. cit.*, p. 230.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 201.

considera que as ações do IPES poderiam ser entendidas como um aparato para uma ação social ideológica, isto é, seria possível compreendê-las na perspectiva de doutrinação. O autor ainda divide essas ações entre programas de doutrinação geral e de doutrinação específica. Segundo Dreifuss,

Ação Social ideológica – geral – feita pela mídia, tinha a intenção de fortalecer os grupos de direita e “estimular percepções negativas ao grupo populista. (...). A doutrinação específica (...) lidava com a formação política e ideológica, cooptação e mobilização. (...) o objetivo geral da doutrinação específica era modelar as várias frações das classes dominantes e diferentes grupos sociais das classes médias em um movimento de opinião.¹⁰⁵

Assim, fica possível entender como a estruturação ideológica que Paul Singer nomeia de “obsessão comunista” é criada de forma intencional e estruturada, considerando inclusive diferentes frentes de ação.¹⁰⁶

O IPES é parte fundamental no que diz respeito a legitimação do golpe e do regime que se estabelece posterior e ele, representando a importância do poder ideológico diante da estruturação social do poder político. Ainda que as forças armadas estivessem frente ao Golpe que destituiu a democracia brasileira, era preciso fortalecer, legitimar esse golpe também com o poder ideológico, trazendo diferentes grupos e camadas sociais que diante do poder simbólico gerado a partir da disseminação das ideias, se deparasse com a ilusão de um consenso. Em Claudio Beserra de Vasconcelos é possível identificar essa construção tão necessária ao processo de legitimação social do regime civil militar ditatorial:

O objetivo é que, em caso de necessidade, estes outros centros possam ser convocados em sua defesa. Esse suporte não precisa ser a maioria numérica, mas representar um conjunto de agentes que ocupem posições semelhantes, e hierarquicamente “superiores” no “espaço social”, e que estejam sujeitos a condicionamentos semelhantes.

Desse modo, terão, provavelmente, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes aos detentores do poder. Assim, eles poderão reconhecer o “capital simbólico” da classe dirigente, reforçando o seu “poder simbólico”, contribuindo para o estabelecimento do consenso desejado. Por essa razão, para legitimar a sua política, é que o discurso do regime se dirigiu às camadas médias e alta. Em face desta opção pelo assentimento de determinados grupos.¹⁰⁷

Claudio Beserra de Vasconcelos aborda em especial o uso do poder legislativo durante a ditadura civil-militar como ferramenta de legitimação do regime. Entretanto, o

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 231 e 232.

¹⁰⁶ SINGER, Paul, O Significado do conflito... *Op. cit.*, p. 26.

¹⁰⁷ VASCONCELOS, Claudio Beserra de. Os militares e a legitimidade... *Op. cit.*, p. 335.

autor reconhece a necessidade de “outros centros de poder”. Nesse caso, afirma que esses outros centros podem se compor por camadas sociais, que ainda que não representem uma maioria numérica, possam ser reconhecidamente representantes de um grupo social, de preferência entendidos como “superior”. No caso do IPES isso se dava a partir da cooptação de intelectuais, inclusive dentro da própria Igreja, por exemplo. Segundo o autor,

Certa pressão sobre a Igreja foi exercida pelos associados do complexo IPES/IBAD, ligados às suas estruturas eclesiais e leigas, e também através da OPUS Dei, organização que na América Latina, como na Espanha, apoiava o liberalismo econômico e sistemas políticos tecnocráticos em contraste com outros segmentos da Igreja daquela época (...).¹⁰⁸

O IPES parecia unir os intelectuais católicos não ligados ao governo ou à oposição em torno de uma ideia de Solidariedade Social Cristã, que se unia ao conservadorismo. A Opus Dei, em sua representação mais relevante até o final da década de 2000, tinha, já nesse período, a participação do então padre, posteriormente Dom, Rafael Llanos Cifuentes, na tentativa de representatividade dentro das esferas católicas, de grupos que pudessem defender os interesses das elites conservadoras.

Vale aqui ressaltar que não só de forças internas se constituiu o Golpe de 1964. Seria descuidado ignorar a participação do governo americano na “Operação Brother Sam”, orquestrada pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincon Gordon. Moniz Bandeira aborda a questão incansavelmente. O golpe brasileiro precisa ser analisado sob um olhar também de política internacional, conectado a outras intervenções norte-americanas na parte latina do continente.¹⁰⁹ Demian Bezerra de Melo também aborda em obra sobre a historiografia do período a ligação internacional do golpe no Brasil, dando destaque a aspectos que se repetem entre os regimes ditatoriais no continente latino americano: a Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento com os Estados Unidos e o combate ao comunismo. Segundo o autor,

se desenvolveu no Brasil uma importante reflexão histórica ancorada na caracterização daqueles regimes existentes na América do Sul nos anos 1960/1970 como *Ditaduras de Segurança Nacional*, que remetem ao trabalho pioneiro de Maria Helena Moreira Alves. O historiador Enrique Serra Padrós, que tem seguido essa linha interpretativa, argumenta que os aspectos gerais daqueles regimes compreenderam os seguintes elementos: a Doutrina de

¹⁰⁸ DREIFUSS, René Armand. 1964... *Op. cit.*, p. 254.

¹⁰⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Golpe Militar de 1964 como fenômeno de Política Internacional. In: TOLEDO, Caio de NAVARRO (org.). 1964: *Visões Críticas...* *Op. cit.*, p 119.

Segurança Nacional; o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na estratégia de “contenção do comunismo”, que passou pela adoção de estratégias de contra-insurgência; e a defesa dos cânones do capitalismo.¹¹⁰

Passado o período imediatamente posterior ao Golpe, foram dados passos para a legitimação do regime de exceção, conforme já abordado a partir do ponto de vista de Claudio Beserra de Vasconcelos. Era preciso legitimar o regime, considerando inclusive a influência “democrática estadunidense”, portanto o discurso, a linguagem e os símbolos também deveriam ser democráticos, ou minimamente assim o parecerem. Entretanto, era preciso garantir o uso da força sobre os opositores. É diante dessa dicotomia que os demais Atos Institucionais vão sendo lançados.

Portanto, a política contraditória adotada pós-1964 foi marcada pelo uso de uma linguagem democrática e por uma prática repressiva por parte do Estado, o que diminuiu sensível e progressivamente a autonomia das instituições políticas, inclusive o Legislativo. Alterando ou reduzindo o desempenho das funções desse poder, debilitou as suas capacidades de legitimação. Reincidentemente optando pelo uso da força, o Estado sofreu subsequentes perdas de legitimidade e se isolou, o que o tornou, gradualmente, mais restrito à sua base militar de apoio.¹¹¹

A promulgação dos Atos Institucionais é uma marca dessa tentativa de legitimação. No dia 9 de abril, quando da publicação do AI-1, também se estabeleceu um comando que encabeçou a eleição de Castello Branco. O decreto também possibilitou a cassações de mais de 40 deputados, inclusive Leonel Brizola. O AI-1 já configurava uma ditadura na medida em que retirava a soberania popular e ampliava os poderes do Executivo.

Como consequência imediata, houve uma onda de cassações de mandatos de opositores, de demissão de servidores militares e civis, e numerosas prisões. Nos primeiros 90 dias, milhares de pessoas foram presas, ocorreram as primeiras torturas e assassinatos. Até junho, tinham sido cassados os direitos políticos de 441 pessoas, entre elas os dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, de seis governadores, 55 congressistas, diplomatas, militares, sindicalistas, intelectuais. Além disso, 2.985 funcionários públicos civis e 2.757 militares foram demitidos ou forçados à aposentadoria nesses dois primeiros meses. Também foi elaborada uma lista de 5 mil “inimigos” do regime. A ditadura já começou implacável!¹¹²

¹¹⁰ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Consequência, Rio de Janeiro, p. 186, 2014.

¹¹¹ VASCONCELOS, Claudio Beserra de. Os militares e a legitimidade... *Op. cit.*, p. 358.

¹¹² Site Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/origem-dogolpe-3>. Acessado em: 10/10/2020.

Durante os anos seguintes, até 1968, outros quatro Atos Institucionais foram decretados, assim como também outras medidas que legitimassem as estruturas de aparência democrática. O AI-2, publicado em 27 de outubro de 1965,

modificava a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspendia garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.¹¹³

O AI-2 destituía os partidos políticos e dava início ao bipartidarismo, dava ao governo federal o direito de instituir o estado de sítio por 180 dias sem consultar o congresso, que inclusive poderia ser colocado em recesso. Era uma resposta a vitória da oposição em importantes estados, como a Guanabara e Minas Gerais. Com esse ato, ficava evidente que o Golpe não era uma ideia temporária, ao contrário, a partir daí o que se vê é uma sequência de decisões e encaminhamentos capazes de manter militares e civis golpistas no poder. Segundo Cláudio Beserra Vasconcelos,

como efeito, se por um lado esse projeto garantiu poderes excepcionais ao Executivo, por outro, o constrangeu a seguir as normas democráticas que ele preservou e que dizia defender; restringiu os poderes do Legislativo e do Judiciário, mas os manteve em atividade; sustentou eleições para presidente, mas indiretas, e eleições periódicas para o Legislativo, mas sob controle; conservou, inicialmente, os partidos, mas com expurgo dos parlamentares indesejáveis; extinguiu-os, por fim, mas elaborou um novo sistema partidário.¹¹⁴

Os Atos Institucionais, aqui considerados atos de fechamento políticos, causaram ecos sociais. Mas não apenas os Atos Institucionais podem aqui serem vistos como atos de fechamento. Algumas outras decisões hierárquicas, no campo eclesial, também influenciam o que ocasionou a desarticulação da JUC, em especial o processo desencadeado a partir de 1964. Entretanto, considera-se que essa análise possa ser melhor estruturada quando pensada a partir dos acontecimentos diretamente relacionados ao movimento, sendo assim, focaremos, nesse capítulo, esforços por encerrar a análise política dos Atos Institucionais e suas consequências políticas.

¹¹³ BRASIL. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais> Acessado em: 2 de outubro de 2020.

¹¹⁴ VASCONCELOS, Claudio Beserra de. Os militares e a legitimidade... *Op. cit.*, p. 340.

Por sua vez, o AI-3 foi publicado em 5 de fevereiro de 1966. Em síntese, previa as eleições indiretas também para governadores e prefeitos, podendo inclusive serem cargos indicados pelo governo ditatorial. Enquanto no cenário político as interferências ditatoriais ganhavam as conjunturas locais de forma explícita, os movimentos opositores ao sistema tentavam organizar frentes de resistência. Alguns poderão ser compreendidos como desdobramentos inclusive de lideranças formadas pela JEC e pela JUC, como acontece com a Ação Popular.

Ainda em 1966, o Ato Institucional 4 foi publicado em 7 de dezembro, “convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências”.¹¹⁵

O período entre 1964 e 1968 sofre com tentativas revisionistas que tentam dar a essa interpretação uma leitura que ameniza os efeitos e atos do Golpe de 1964. Demian Bezerra de Melo faz críticas a essas vertentes historiográficas que entendem que o período de ditadura no Brasil só teria iniciado de fato a partir de 1968, com a promulgação do AI5. Segundo o autor,

o historiador Marco Antonio Villa publicou na mesma *Folha* o artigo “Ditadura à brasileira”, em que escreveu pérolas como: “Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural. ...Em suma, se fosse possível levar a sério essas palavras do autor, as milhares de pessoas nas ruas em 1968 contra a Ditadura (e pelo “povo no poder”) deveriam ser praticamente taxadas de loucas. Mas voltemos a 1964 e pensemos em Gregório Bezerra, líder camponês e comunista, já idoso e arrastado pelas ruas do Recife amarrado a um jipe no dia do golpe; pensemos nos presos políticos, nas lideranças políticas banidas do país e nas denúncias de tortura já nos primeiros dias da ditadura; nos Atos Institucionais e na Constituição de 1967. Poderíamos ficar aqui arrolando uma lista interminável de aspectos da daquele regime, que obviamente sofreu um recrudescimento a partir do AI-5.”¹¹⁶

Demian Melo ainda reforça que os Atos Institucionais compunham um cenário mais amplo, inclusive no campo legal, construído para dar força e legitimidade à ditadura.

Apesar de tudo, faz-se necessário destacar a relevância do AI5. Tanto por sua constituição formal, isto é, aquilo que a norma em si representa, como pelo cenário no qual o Ato é decretado. O Ato Institucional nº 5 serviu como marco na cessão dos direitos individuais e no fim de diversos movimentos sociais que desapareceram a partir da sua publicação, em 13 de dezembro de 1968. Depois de um ano conturbado no que

¹¹⁵ BRASIL. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acessado em: 2 de outubro de 2020.

¹¹⁶ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964... *Op. cit.*, p. 180 e 181.

diz respeito às oposições ao regime, em especial em relação aos estudantes, o AI5 é publicado com a intenção de dar fim às forças opositoras, ou minimamente de diminuir sua influência direta sobre a nação:

Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.¹¹⁷

Os Atos Institucionais foram peça chave para garantir ferramentas jurídicas que ampliassem e legitimassem o governo civil-militar. Através deles, o governo pode ampliar os poderes e cercear direitos até um estado autoritário, no qual o terrorismo de estado passava a ser uma ferramenta para a manutenção do poder. É nesse cenário que o fim da JUC como movimento social aparece como questão. Datado de 1968, ano de publicação do AI-5, existem diferentes interpretações para o fim do movimento, que em 1967 se afasta da cúpula hierárquica da Igreja.

¹¹⁷ BRASIL. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acessado em: 02/10/2020.

Capítulo 2- “Um vendaval sem precedentes”: a Juventude Universitária Católica no Brasil

Em princípio, pode parecer ousado considerar a experiência da Juventude Universitária Católica (JUC) como um “vendaval sem precedentes”. Mas a perspectiva de que ainda não havia sido experimentado, dentro da Igreja Católica no Brasil, um movimento social com articulação em diferentes áreas (articulação interna com a Igreja, com o movimento estudantil e articulação política) se deve ao fato de reconhecer tanto na revisão bibliográfica, quanto na análise das fontes primárias, a participação de militantes formados pelos grupos da JUC em diferentes espaços sociais.¹¹⁸

Apesar de ter encontrado na pesquisa um número reduzido de nomes, as referências à JUC aparecem em diversos trabalhos e seus membros aparecem em diferentes cenários. Entendo, também, que a JUC do Brasil foi pioneira em diversas frentes. Assim, apresentamos a JUC como um “vendaval”, pelo pioneirismo e pela curta durabilidade como movimento eclesial. Como um “vendaval”, chegou forte e sumiu, deixando atrás de si vestígios que buscamos nesta pesquisa investigar.

Além disso, umas das principais referências no tema, Luiz Alberto Gomes de Souza, atribui à JUC uma influência inclusive nos ideários da Teologia da Libertação.¹¹⁹ Entendo isso como uma “novidade”, até para os movimentos eclesiais que na atualidade ainda se inspiram na caminhada da JUC, como as pastorais sociais. Em textos da Pastoral da Juventude Estudantil¹²⁰ o reconhecimento da JUC e a tentativa de se colocarem como herdeiros dessa história aparecem de forma persistente.¹²¹ Mesmo

¹¹⁸ Conforme aponta Alejandra Estevez, em pesquisa de doutorado sobre a diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda no período entre 1966 e 2010, “no Brasil, inúmeros padres e bispos engajaram-se em projetos e movimentos religiosos de caráter social como as juventudes especializadas, das quais a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) foram os exemplos mais significativos socialmente”. ESTEVEZ, Alejandra. *Projetos Católicos e Movimentos Sociais: a Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 50.

¹¹⁹ Entrevista cedida ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil. Disponível em: <https://www.cnlb.org.br/?p=61>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

¹²⁰ Fundada a partir de 1982, é uma organização descentralizada de grupos de jovens católicos que atuam em escolas. Atualmente, a maioria dessas escolas é confessional, apesar de não existir nenhum indicativo para que não existam grupos de PJE nas demais instituições. É formada, especialmente, por estudantes da educação básica, desde que a PJU (Pastoral da Juventude Universitária) deixou de existir em 1992, para formar a PU (Pastoral Universitária), na qual o critério etário deixa de ser considerado, excluindo a organização da Pastoral Universitária da categoria social de juventudes.

¹²¹ PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Marco Referencial - Nossa Vida, Nossos Sonhos*. CNBB, São Paulo / 11ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 2001, p 69; PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Marco Referencial - Quem somos? A que viemos?* CNBB, São Paulo / 8ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 1994, p. 51.

nestes textos, dá-se ao movimento um papel menor do que “influenciador” de parte de uma nova proposta teológica que nasceria nos anos a seguir.

Aqui, não foi possível, apenas com essa pesquisa, encontrar fontes que possam comprovar diretamente tal referência. Entendo que seria possível propor que a JUC brasileira tenha funcionado como laboratório para algumas opções de método e, em especial, práticas da experiência dos militantes, de sua formação e comprometimento. Contudo, associá-la à inspiração de uma nova teologia me parece ir de encontro ao que apresenta João Roberto Martins Filho quando explica a idealização feita por alguns autores diante da proximidade com o tema: “em minha perspectiva, o estudo objetivo dos movimentos estudantis exige a superação dessa ideias”.¹²² Considero que por “essas ideias” o autor discute uma abordagem por vezes superestimada e “romantizada” do movimento estudantil e, complemento, dos movimentos eclesiais da Ação Católica Brasileira. Essa “visão idealista”, não é o que pretendo quando considero a JUC um “vendaval sem precedentes”.

Nesse sentido, ainda que possa ser idealista atribuir à JUC o papel de inspiradora da TL (Teologia da Libertação), é possível encontrar diversas proximidades entre essas experiências. O próprio Gómez de Souza faz essa referência na entrevista citada de um encontro entre militantes da JUC nacional e alguns teóricos da TL. Some-se a isso, a constante repetição de termos teóricos e teológicos equivalentes ou idênticos em documentos da JUC e da TL: “revolução”, “transformação”, “justiça social”, “combate às estruturas capitalistas”, “libertação”, “educação popular”, entre outros. Há uma clara aproximação do discurso entre os jovens Jucistas formados pelo Padre Vaz e por Dom Helder Câmara e que mais tarde os teólogos da libertação usariam em seus estudos. Destaco como indício à evidente aproximação da JUC e da TL a contribuição de Pe. Gutierrez no Encontro Latino Americano de Assessores da JUC.¹²³ Apesar de não ter uma lista de participantes, a primeira palestra está assinada por Pe. Gutierrez, mesmo sobrenome de Pe. Gustavo Gutierrez, que em 1968, foi o assessor da Conferência Episcopal Latinoamericana, em Medellin. A palestra proferida no Encontro de Assessores se assemelha à obra de Pe. Gustavo Gutierrez, umas das maiores referências em Teologia da Libertação. É em Medellin, na Conferência Episcopal, que a Igreja da América Latina assumirá sua “opção preferencial” pelos mais pobres e pela

¹²² MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 18.

¹²³ RELATÓRIO DO ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ASSESSORES, 1968.

transformação de suas realidades. Atribuí o texto ao Padre Gustavo Gutierrez porque seus escritos são encontrados como material formativo em diversos documentos da JUC e do MIEC-JECI, a exemplo do relatório do Movimento de Ação Católica Universitária (ACU) Latina americana, produzido em 1964.¹²⁴

Destaco também a participação de lideranças brasileiras nos Encontros e na organização do MIEC-JECI (Movimento internacional de Estudantes Católicos e Juventude Estudantil Católica), conforme pude observar nos relatos de Luis Gonzaga Sena e Luiz Alberto Gómez de Souza, que ocuparam cargos a serviço dessa instituição: “o Secretariado Sul americano da JECI tem sede no Rio e está integrado, no momento apenas por dirigentes brasileiros da JEC, JECF e JUC”.¹²⁵

A JUC deve ser entendida como um movimento social-religioso. Essa premissa nos faz compreender que existe um grupo próprio, com identidade construída a partir do meio específico e da vivência da religiosidade. Esta identidade complexa e complementar é o que nos interessa nesse capítulo. O que pude perceber no decorrer das pesquisas é que ser um movimento social e, ao mesmo tempo, um movimento religioso, marcam tanto a trajetória de seus atores como do movimento em si. José Sigrist nos ajuda a compreender porque não é possível dissociar essas identidades. Segundo o autor,

Alain Torraine, um dos sociólogos que estudou os movimentos sociais propõe um esquema teórico que se destina a análise da sua ação e, simultaneamente, da sua estrutura (...). Segundo Torraine há três princípios que se deve encontrar em todo o movimento social – o princípio da identidade, o princípio de oposição e o princípio de totalidade... A sua identidade representa a Igreja no meio universitário, fala em nome da hierarquia eclesial, protege e defende os interesses Salvíficos do Corpo Místico de Cristo. (...) A sua oposição o que se lhe opõe é o Mundo moderno, mais concretamente: o meio universitário resistente, inerte, oposto ou indiferente a mensagem cristã, ao Evangelho ou a doutrina católica. (...) A sua totalidade é a consciência histórica de que falamos; qual seja: a ordem querida por Deus que importa ser restaurada pela mediação da Igreja que, na universidade é a própria Juventude Universitária Católica.¹²⁶

Quando Sigrist estabelece a partir do esquema teórico proposto por Torraine os limites e a identidade religiosa da JUC, ajuda-nos a compreender que essa dimensão não pode ser dissociada da organização desse movimento. E que perpassa toda a estruturação e problemática que o envolve. Ainda que no início a JUC fosse vista como

¹²⁴ MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA, Secretariado Latino Americano, 1964, p. 25.

¹²⁵ Relato da EN sobre o Panorama Internacional e a JUC Brasil, 1960.

¹²⁶ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 35 e 37.

“uma associação de universitários cristãos, ainda muito fechada sobre si mesma”,¹²⁷ à medida que o movimento se fortalece, especialmente a partir da década de 1960, passa a ser reconhecida em todo o meio universitário, colocando-se como figura protagonista do seu próprio meio específico.

Considero que olhar para a JUC entendendo-a como parte do movimento estudantil (sua dimensão social, seu meio específico) e parte do movimento religioso é perceber que esse “movimento social-religioso” é um importante ponto de intersecção entre as duas “revoluções” que o autor Luiz Carlos Bresser Pereira estuda:

Muitas vezes, especialmente quando são estudantes católicos que lideram as manifestações estudantis, ambas as revoluções se identificam, além disso, ambas têm o mesmo sentido de oposição à ordem estabelecida. (...) Enquanto a revolução estudantil tem um sentido claro e definido de radical negação da ordem estabelecida, com a Igreja Católica o fenômeno é mais ameno.¹²⁸

Bresser Pereira escreve a obra *Revoluções Utópicas* logo após os movimentos estudantis de 1968. O autor leva em conta em seus dois textos, *Revolução Estudantil e Revolução Religiosa*, vivida pelo catolicismo pós Concílio Vaticano II. Essas revoluções a que se refere o autor aconteceram antes no Brasil, especialmente quando se observa o que os militantes da JUC estavam elaborando nos mais diferentes campos. Lamentavelmente, as revoluções não perduraram na íntegra do que seria possível devido ao golpe civil-militar de 1964. Ainda sim, deixou para além de si um legado significativo, materializado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Ainda no aspecto de compreensão da identidade do movimento, cabe destacar que já em seus textos, a JUC reconhecia a necessidade de integração entre as diferentes esferas e espaços que seus militantes ocupavam. Já em 1957, o Conselho Nacional propõe como eixos de estudo e aprofundamento as dimensões identitárias do movimento. Segundo o *Boletim Nacional*, “a linha ou eixo do Conselho apresentou: 1º - Estudo de certas realidades do meio universitário brasileiro; 2º Igreja; 3º - JUC; 4º - Método”.¹²⁹ Apesar dos temas aparecerem, o próprio boletim nacional, em revisão histórica reconhecia a impossibilidade de aprofundar o debate.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 27.

¹²⁸ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções... Op. cit.*, p. 15.

¹²⁹ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 4.

Luiz Alberto Gomez de Souza destaca que essa articulação entre diferentes espaços é importante base para entender como a JUC pretendia articular sua formação e atuação:

Para situar com certa exatidão a JUC devemos articulá-la dentro da formação social brasileira, da Igreja Católica, da Universidade e do Movimento Estudantil – 4 dimensões externas que lhe são essenciais se queremos entender um pouco seus condicionamentos concretos.¹³⁰

Essa clareza, especialmente adquirida após os dez anos, será fundamental para compreendermos como o movimento vai atuar e formar suas lideranças.

Outra discussão importante para entendermos o alinhamento da JUC com movimento estudantil é a ideia de que seus integrantes compõem uma categoria social. Segundo Luiz Alberto Gomes de Souza, “os estudantes universitários constituem uma categoria social”.¹³¹ Não apenas os Jucistas, evidentemente, mas todos os estudantes universitários. E, portanto, como categoria social, não estão fadados a se reconhecerem apenas a partir da classe social da qual se originaram. Os estudantes universitários se percebem como um grupo próprio, que ainda que estejam em processo de formação. Segundo João Roberto Martins Filho,

A sua ação social guarda características peculiares. É mais uma vez Poulantzas quem afirma: “As categorias sociais por causa de sua relação com os aparatos de Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdos de uma unidade própria em que pese pertencerem a classes diversas”. (...) Podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito as classes a que seus membros pertencem(...) Visualizar o movimento universitário como manifestação particular e específica de certos interesses de classe que devem ser desvendados pela análise. Reforçam dessa maneira a mitologia estudantil, ao invés de superá-la.¹³²

Essa mitologia, abordada mais a frente pelo autor nos ajuda a compreender que é possível, ainda que venham originalmente de classes sociais, em boa parte, de origem burguesa, os estudantes universitários se vincularam a causas que não estejam de acordo, necessariamente, com seu de origem social. Assim, segundo João Roberto Martins Filho,

os universitários tendem a se auto representar como imunes aos condicionamentos de classe e como portadores de uma ampla

¹³⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 50.

¹³¹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 20.

¹³² *Ibidem*, p. 20.

liberdade social de ação. Aponta para isso a análise de Mark Kravetz, para quem a ambivalência da situação do estudante, motivada por seu caráter transitório e pela ausência de uma historicidade de classe, atua no sentido de criar uma “fabulação estudantil”, centrada na possibilidade de desenvolvimento de um comportamento social “tipicamente universitário”, livre de determinações exteriores.¹³³

Percebo, aqui, que a ideia de “livre de determinações exteriores” não é uma opção para o Jucista. Existe uma “semi-liberdade” em desvincular-se de suas classes sociais, mas não é possível, por exemplo, assumir o socialismo como proposta político-social. Ainda assim, é comum encontrar nos documentos a postura de “intelectual orgânico”, no sentido atribuído pro Gramsci. Durante a revisão histórica do Boletim Nacional que comemorava os 10 anos de JUC, pode-se ler: “Tentava-se definir o pessoal da JUC como uma elite a serviço das massas”.¹³⁴ Existia quase uma “missão manifesto” de que caberia aos Jucistas promover a igualdade social. Ainda é possível no mesmo documento ler-se:

Somos os universitários de meio burguês, vivendo em um país subdesenvolvido, que se estrutura rapidamente em bases capitalistas. Percebemos rapidamente crescer a classe operária, ser espoliado o que trabalha.¹³⁵

Essa tomada de consciência, ou expectativa dos líderes de tomada de consciência, pode ser explicada a partir da teoria gramsciana que dá aos intelectuais papel chave na “revolução social”. Segundo Gramsci, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”.¹³⁶ Nesse sentido, os estudantes universitários se percebem “intelectuais em formação” e vão para além de suas classes de origem, assumindo seus papéis de formadores e “guia” dos demais grupos sociais, em especial, as classes subalternas.

Durante o final da década 1940 e início dos anos 60, o aumento do número de alunos que ingressaram no Ensino Superior foi significativo (27.253 estudantes, em 1945, para 142386, em 1964).¹³⁷ Ainda que houvesse um movimento dos excedentes, mais famílias de classe média conseguiram ver seus filhos ingressarem nas universidades. Segundo Luiz Alberto Gomez de Souza,

¹³³ *Ibidem*, p. 20.

¹³⁴ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 2.

¹³⁵ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 20.

¹³⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000, p. 18.

¹³⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil... \op. cit.*, p. 35.

a história da JUC, movimento universitário que sai, sobretudo do interior da classe média e em menor grau, da própria burguesia é a história de uma lenta transição entre uma fidelidade de relação às classes de origem e uma outra fidelidade em face das classes populares e de um novo projeto social e político.¹³⁸

É importante destacar que a classe média, no geral, posicionou-se favorável ao Golpe de 1964. Entretanto, assim como a Igreja Católica não é homogênea, e não teve, diante do golpe, uma posição única, tampouco o é a classe média, em especial ao que diz respeito aos intelectuais. Apenas cabe considerar que o “desalinhamento” dos jovens universitários, inclusive da JUC, coloca-se contrário à postura de determinadores setores da classe média que, mais do que apoiar o golpe, o incentivou e o financiou. Segundo João Roberto Martins Filho,

a classe média brasileira não pode ser considerada como um bloco unitário que se comporta politicamente de maneira coesa e uniforme frente aos conflitos sociais mais importantes (...). A alta classe média sempre intervém nas crises políticas da fase considerada, a partir de uma perspectiva conservadora e antidemocrática.¹³⁹

Enquanto a classe média alta se alinha aos realmente ricos em posturas antidemocráticas, a baixa classe média, no geral, se mantinha alinhada ao populismo e aguardava as reformas de base, como esperança para o desenvolvimento do país:

a baixa classe média, ao contrário, constituir-se-ia na base social do populismo, desenvolvendo uma orientação estatística que apoiava a industrialização e via no Estado “o agente do progresso” da nação.¹⁴⁰

Nesse cenário a JUC também se alinha com as reformas de base, ainda que as debatesse e questionasse, e alguns de seus “antigos membros” já se manifestam, a partir da AP, como “socialistas”. O fato é que a maioria dos documentos e escritos da JUC a partir de 1960 estão alinhados ao que Scott Mainwaring vai chamar de “esquerda católica”, a exemplo de Candido Mendes, ao afirmar que “a esquerda Católica também introduziu uma nova compreensão da relação entre fé e política. A nova visão de fé da JUC vinculava à religião a transformação social radical”.¹⁴¹

¹³⁸ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes católicos...* Op. cit., p. 43.

¹³⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 36, 37.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 39.

¹⁴¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 93.

Essa fidelidade aos mais pobres não aconteceu apenas pela tomada da consciência política e pela instrução acadêmica, sem dúvida muito importantes para os estudantes da JUC. É nesse sentido que cabe reforçar a relevância dos valores religiosos na formação desses sujeitos, da Formação na Fé. O campo material, o espaço da luta prática, não pode ser dissociado da formação e vivência da fé, da religiosidade. Essa característica perpassará desde os textos de reflexão às ações que envolveram a JUC:

Que todos entendam: não há A.C. sem organização, mas esta exige só por uma razão, formar apóstolos na vida. A par deste dinamismo, que está na essência mesma de sermos um movimento, importa não esquecer a complexidade do meio no qual agimos, como universitários em perpétua evolução, em um remover incessante de ideias, prontos à eferescência, à turbulência, como ao entusiasmo e a generosidade.¹⁴²

Cabe assim, entender que o “vendaval sem precedentes” a que me refiro no título deste capítulo, não é um movimento que destruiu estruturas. Ao contrário, transformou os espaços eclesiais, deixando heranças metodológicas e formativas para as gerações posteriores, pois, segundo Scott Mainwaring, “a Igreja brasileira já havia se estabelecido como agente dos mais importantes e inovadores da Igreja Internacional e da política brasileira das últimas décadas”.¹⁴³

Os Jucistas, assim como os demais movimentos de Juventude da ACB, assumiam uma vanguarda, que longe da romantização, se permitiam um “idealismo experimental”, isto é, testar caminhos metodológicos, criar estruturas, comprometer pessoalmente seus militantes e formar jovens capazes de escolhas e transformações radicais. “Jucista hoje sente uma necessidade de ser radical, de estar na vanguarda da História, de provar o seu Absoluto pelo seu testemunho histórico total e consequente”.¹⁴⁴

2.1- O início: histórias, identidade e inspirações

A história de um movimento social é peça chave para a compreensão de sua identidade. Pensar sua origem ajuda a compreender desde a organização do movimento até o envolvimento de seus participantes, suas lutas e reivindicações. Por isso, apesar da retomada já feita sobre a Ação Católica enquanto iniciativa do Vaticano, no pontificado

¹⁴² *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 1.

¹⁴³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 35.

¹⁴⁴ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 18.

de Pio XI, para a análise desse movimento social-religioso, vou retomar brevemente sua trajetória em nível nacional.

Para João Roberto Martins Filho, “antes de 1938, data efetiva de fundação da UNE, não se poder rigorosamente falar de um movimento estudantil no país”.¹⁴⁵ Nesse sentido, ainda que existam experiências de jovens católicos organizados nas universidades, não considerarei que essas experiências componham a história da JUC, nem mesmo como marco “pré-histórico”, mediante a tentativa de periodização que faremos adiante. Afinal, entendo a JUC como parte do movimento estudantil, ponto de intersecção entre o campo religioso católico e esse movimento social.

Retomando, então, a abordagem do ponto de vista do movimento religioso, a Ação Católica no Brasil tem início sob a influência de Dom Sebastião Leme, mas ganha de fato espaço seguindo o modelo italiano de organização. A Ação Católica Geral era organizada em grupos divididos apenas por faixa etária e sexo. Segundo Sigrist,

os primeiros ‘estatutos gerais da Ação Católica Brasileira’, promulgados oficialmente em 9 de julho de 1935, foram elaborados segundo o modelo da Ação Católica Italiana. Ação Católica Brasileira se organizava em quatro ramos fundamentais, obedecendo aos critérios de sexo e idade.¹⁴⁶

Chama-se de Ação Católica todas as iniciativas e movimentos pastorais que incluem os leigos. Ainda sem muita clareza das potencialidades metodológicas ou para a educação na fé, esse primeiro período tem especial fortalecimento naquilo que se chama de “Nova Cristandade”. Como processo de descristianização da Europa, e a diminuição da hegemonia católica, esses movimentos têm como propósito o restabelecimento da influência da religião sobre o Estado brasileiro. Conforme Mainwaring,

embora a visão de D Sebastião Leme tivesse precedentes, não seria antes da década de 20 que esse novo modelo de Igreja, o modelo de neocristandade, viria a florescer. Ele atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente (...). Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o anti-protestantismo. Através do modelo de neocristandade, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade.¹⁴⁷

¹⁴⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e... Op. cit.*, p.19.

¹⁴⁶ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 16.

¹⁴⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 43.

Scott Mainwaring considera que “o objetivo de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses (...) toda instituição se preocupa com a própria preservação”.¹⁴⁸ Portanto, antes de considerar apenas a dimensão da espiritualidade do apostolado compartilhado com os leigos, vale compreender que a Igreja Católica em todo o mundo perdia fiéis e influência. No Brasil, o número de católicos também diminuía, conforme apontava os estudos de Luiz Carlos Bresser Pereira:

nesses termos a Igreja latino-americana não foi particularmente ameaçada pelo ateísmo entre as classes populares. Em seu lugar, porém, sofreu um outro tipo de ameaça igualmente perigosa: a da concorrência de outras religiões (...) O número total de protestantes neste país seria de 4100000, em 1961, correspondendo a 6% da população. Em 1916, havia no Brasil apenas 50000 protestantes, correspondendo a aproximadamente 0,2% da população total. O ritmo de crescimento do protestantismo foi, portanto, também, extraordinariamente rápido.¹⁴⁹

Apesar da postura de retomada do catolicismo não ter impedido o avanço do protestantismo, especialmente nas áreas urbanas, a organização do laicato mobilizou diferentes forças no seio da Igreja brasileira. Além dos movimentos sociais religiosos que vão se especializar a partir da década de 1950, todo esse processo de fortalecimento e protagonismo dos leigos, contribuiu para a formação de uma geração de intelectuais católicos, oriundos especialmente da classe média. Nesse sentido,

durante o período da neocrisandade a Igreja conseguiu o laicato da classe média. Uma das mais influentes gerações de líderes leigos católicos na história da América Latina emergiu nos anos 20 em torno do Centro Dom Vital, um instituto católico pequeno, mas de grande influência no desenvolvimento da Igreja e na política.¹⁵⁰

Jackson Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e mais tarde Cândido Mendes eram alguns dos nomes mais destacados que compunham essa intelectualidade católica. Eles ajudaram a formar o que viria a ser a Liga Eleitoral Católica.

A indefinição de quais movimentos eram considerados ou não Ação Católica foi um dos temas abordados no Congresso Mundial de Apostolado Leigo. A ideia do congresso era ampliar ao máximo o conceito de identificação, a fim de englobar mais

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 16.

¹⁴⁹ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções...* *Op. cit.*, p. 68 e 69.

¹⁵⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica...* *Op. cit.*, p. 46.

peças. Entretanto, no Brasil, desde o início da década de 1950, a Ação Católica Geral havia se transformado em Ação Católica Especializada, isto é, seguindo os exemplos dos modelos belga e canadense, passaram a se organizar por “meios específicos” ou por áreas “profissionais”. A perspectiva de meio específico é mais ampla e aborda as problemáticas socioculturais nas quais o movimento está inserido. Para além de um recorte profissionalizante, entender-se estudante ou operário fazia com que o indivíduo se percebesse inserido num contexto social, e por proximidade de interesses e demandas, se entendesse como parte de um grupo com identidade comum. Segundo Souza,

para entender a revolução futura da JUC é necessário levar também em conta o surgimento, antes mesmo de 1935, de experiências da Juventude Operária Católica (JOC) com o modelo Belga do Padre Cardijn, em várias cidades dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Começava a experiência da Ação Católica ‘Especializada’, dividida por meios sociais, que se imporia em 1950, de acordo com os modelos francês, canadense e belga.¹⁵¹

Diante da organização já iniciada e do crescimento de grupos de “Juventudes Católicas” nos mais diferentes espaços sociais e/ou geográficos, ainda que a sugestão papal, baseado no modelo italiano fosse de generalização dos movimentos, no Brasil a experiência já demonstrava que, de alguma forma, envolver esses indivíduos com sua “temporalidade” não os afastava da fé. Ao contrário, os mobilizava. Assim,

Pio XII, num Congresso Mundial de Apostolado Leigo, (1957) apresentou a sugestão de ampliar o conceito de AC. (...) Entretanto a CNBB no ano seguinte, ao mesmo tempo que elogiava o espírito aberto dos movimentos consideraria que era importante reserva a expressão AC para um tipo determinado de apostolado mandatado, no caso brasileiro, o da AC especializada.¹⁵²

A decisão da CNBB se baseava numa prática já iniciada no país e que já havia se desdobrado em diferentes “experiências específicas” de movimentos organizados a partir da inserção no meio social. Especialmente entre os movimentos de Juventude, essa organização ganhou bastante relevância. Assim, já no início da década de 1950, a Juventude Católica Brasileira se organizava em “A-E-I-O-U”. Segundo Sigrist,

“Em julho de 1950, durante a 4ª Semana Nacional da ACB, realizada no Rio de Janeiro, todos esses problemas foram discutido, tendo se chegado à conclusão de que os vários ramos de apostolado deveriam se especializar segundo “meio” dentro do qual se trabalhava. Surgiram

¹⁵¹ SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 94.

¹⁵² *Ibidem*, p. 145.

assim: a JAC para o meio rural; JEC para o meio estudantil secundarista; a JIC para o meio independente; a JOC para o meio operário; a JUC para o meio Universitário. Esta data marca o início da JUC como movimento de Ação Católica Especializada”.¹⁵³

Essa perspectiva de construção do movimento a partir do meio específico vinculava à posição de seus militantes a uma realidade concreta. Esse processo será analisado mais adiante, no que entendo ser parte da tomada de consciência que a JUC, enquanto movimento, faz nos anos seguintes ao fortalecimento das estruturas que relacionam o protagonismo dos militantes a vivências específicas de transformação, especialmente no meio estudantil. Isso tudo fortalece a perspectiva de Scott Mainwaring de que a Ação Católica Brasileira “se voltava com maior facilidade para questões de classe”.¹⁵⁴ Retomando e aprofundando o entendimento de como os movimentos de juventude católica se organizavam, usarei como referência a abordagem do texto de Luiz Alberto Gómez de Souza, que apresenta com destaque as organizações femininas que existiam e, que por vezes, senti quase invisíveis durante as pesquisas:

“A Juventude Universitária Católica era um movimento de Universitário Cristão que fazia parte da Ação Católica Brasileira (ACB), juntamente com a Juventude Agrária Católica masculina e feminina (JAC e JACF), a Juventude Estudantil (JEC e JECF), a Juventude Independente, para o meio burguês, (na verdade existiu realmente JICF), a Juventude Operária (JOC e JOCF). eram chamadas familiarmente as “A-E-I-O-U”. Estatutariamente deveriam ser organizados os movimentos adultos equivalentes. De fato, durante o período que analisaremos, verificamos a existência da Ação Católica Operária (ACO) e da liga independente Católica (LIC), esta última basicamente feminina e que anos mais tarde se transformará em renovação cristã. Durante alguns anos, pela iniciativa de ex-Jucistas, existiu em formação em nível nacional e em algumas cidades um movimento de profissionais que ocupava um espaço próximo a LIC e do que teria sido uma Liga Universitária Católica (LUC), de professores universitários com várias tentativas anteriores de organização sem êxito.”¹⁵⁵

Acredito que a ausência de experiências “adultas” dos movimentos equivalentes, prejudicou a duração (continuidade) e provavelmente o aprofundamento teórico e teológico desses movimentos de juventudes. Ainda que existissem “assistentes” (isto é, religiosos que acompanhavam as equipes regionais e nacionais), não havia espaço para dar continuidade à militância quando a juventude se encerrava. Afinal, movimentos de juventude têm um período curto de protagonismo, além do fato de que, sendo seus militantes jovens, é necessário investir parte desse tempo em formação pessoal para que

¹⁵³ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 20.

¹⁵⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 46.

¹⁵⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 86.

o exercício do apostolado possa ser desenvolvido de forma madura e eficiente. Ainda que esses movimentos tenham, no geral, desaparecido por volta dos anos finais da década de 1960, a experiência foi tão concreta para a Igreja do Brasil, que nos anos de reabertura democrática, com o fim da ditadura civil-militar, as Pastorais de Juventude retomariam a mesma perspectiva de especificidade e, apesar de não usarem os mesmos nomes, também se identificariam entre si, como “herdeiras” desses movimentos.¹⁵⁶

Retomando a “ausência” de experiências de ACE para adultos, existia nos Jucistas um desejo de que a intelectualidade católica, que se formou durante o período da neocrisandade, pudesse contribuir na formação e estruturação dos planos anuais e nas reflexões e aprofundamentos de estudos sociais e teológicos. Assim, os jovens poderiam contar com especialistas leigos capazes de contribuir para encontrar respostas diante de tantas perguntas que iam surgindo na medida em que o movimento ia se fortalecendo e ganhando corpo. Esse desejo de ajuda era dirigido em especial àqueles intelectuais mais progressistas. Mas essa também foi uma ausência a qual a JUC precisou se acostumar. Segundo Souza,

“Apesar o desejo manifestado, a ajuda não viria deles. Durante os próximos anos seriam os próprios universitários, com a ajuda determinante dos assistentes que procurariam respostas aos desafios da ação. Os tais pensadores cristãos tão aguardados deveriam estar ocupados com outros temas. Sua ausência não teria sido inclusive útil, deixando mais terreno livre a criação e ao surgimento de um pensamento novo mais ligado a realidade? Era indispensável responder as interrogações dos militantes e aos impasses da ação. As caracterizações que iam surgindo mostravam uma universidade e uma sociedade cada vez mais complexas”.¹⁵⁷

Ainda que internamente os Jucistas não sentissem apoio dos movimentos de adultos ou de intelectuais leigos, as experiências internacionais e os assistentes eclesiais tiveram papel chave na construção da identidade e do trajeto da JUC brasileira. “Muito deve a JUC ao setor internacional, quer seja à Pax Romana, quer seja ao CIDI (Centro Internacional de Documentação e Informação), antecessor da JEC Internacional”.¹⁵⁸ Mesmo a organização e aproximação com a JEC também se deu a partir da intervenção dessas duas forças – os assistentes eclesiais e as estruturas internacionais.

¹⁵⁶ PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Marco Referencial - Nossa Vida, Nossos Sonhos*. CNBB: São Paulo, 11ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 2001, p. 69; PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Marco Referencial - Quem somos? A que viemos?* CNBB: São Paulo, 8ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 1994, p. 142.

¹⁵⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes católicos... Op. cit.*, p. 139.

¹⁵⁸ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 8.

Atendendo a que a JUC e JEC, no Brasil se encontravam por demais separadas, isoladas e silenciosas, fazia-se necessário a união. Surge, então, a ideia de uma Semana Interamericana, que o Brasil aceitou realizar (...).¹⁵⁹

Então, a partir da semana interamericana, em janeiro de 1950, a aproximação dos movimentos de Juventude ligados ao movimento estudantil se firma de maneira mais completa. JEC e JUC passam, então, a discutirem temas convergentes e a assumirem posicionamentos comuns. No geral, os militantes mais entusiasmados da JEC seguem naturalmente o caminho de se vincularem a JUC.

O fortalecimento que se dá a partir das experiências com as estruturas internacionais também impacta nas temáticas abordadas e no caminho metodológico. E, apesar de rapidamente os militantes da JUC e da JEC brasileira serem convidados a assumirem “serviços” (cargos de liderança) nessas estruturas internacionais, o impacto da participação nesses espaços pode ser sentido, especialmente no amadurecimento das temáticas abordadas pelo movimento, em particular aqueles temas relacionados à política e questões socioeconômicas. Até 1958, a abordagem a esses temas dirigia-se a dimensão da caridade e não da transformação da realidade. No início dos anos 50, o Boletim Nacional explicava que a JUC não acertava seus votos em “bloco” quando nos eventos do movimento estudantil – a exemplo dos congressos da UNE. E apesar de não votarem como um bloco único, seus membros ofereciam indicativos e orientações a cerca dos votos, por exemplo, proibindo o apoio a comunistas e integralistas. Conforme Souza,

a JUC está acima de todo e qualquer partido político, não podendo assim exercer atividade político-partidária quer em âmbito nacional, quer no plano estudantil. A JUC dá liberdade aos Jucistas de ingressarem em partidos políticos contanto que estes não contrariem os ensinamentos da Igreja. Fica desta maneira vetada a participação de comunistas e de integralistas na JUC.¹⁶⁰

A questão da formação de consciência política e posicionamento diante do meio específico é chave para entender a JUC no Brasil. Mesmo que José Luiz Sigríst tenha proposto uma periodização distinta¹⁶¹, usarei e apresentarei de forma reduzida as ideias de Luiz Alberto Gómez de Souza no que diz respeito a uma tentativa de didaticamente explicar o percurso histórico da JUC.

¹⁵⁹ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 2.

¹⁶⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 107.

¹⁶¹ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*

Vale considerar que essa é uma abordagem que leva em conta, especialmente, as lideranças e os grupos de base que estavam nos grandes centros ou que eram referência para os Regionais e para a Equipe Nacional. Como um movimento heterogêneo não se poderia crer que todos os grupos do país estariam vivenciando exatamente as mesmas questões, apesar de existirem propostas e eixos comuns para nortear as caminhadas desses grupos, é importante compreender que estavam em diferentes fases e, inclusive considerar que dependendo da diocese na qual estivessem inseridos tinham ou não maiores condições de se envolverem em temáticas sociopolíticas.¹⁶² Conforme Souza,

não se deve exagerar, entretanto a uniformidade da JUC. Quando se traça a sua história a tendência é de centrar a atenção nas experiências mais avançadas e visíveis de certos centros mais desenvolvidos. Não se pode esquecer, entretanto, a existência de movimentos locais que começam a dar seus primeiros passos, bem como a de outros mais tímidos e inclusive de alguns bastante fechados devido a atmosfera de Igrejas particulares mais tradicionais. O país, as universidades e as dioceses apresentavam um bom grau de heterogeneidade.¹⁶³

Para Luiz Alberto Gómez de Souza, a JUC pode ser pensada a partir de três períodos. Eu, entretanto, incluo nessa periodização o que denominarei “Pré-história”. A esse período considero as experiências de JUC ainda desestruturadas do ponto de vista das articulações nacionais e regionais, mas que já davam indícios da identidade que o movimento ganharia nos anos seguintes. Os próprios Jucistas, em sua edição do Boletim Nacional dos 10 anos, reconhecem esse período da história do movimento:

seria interessante lembrar um relatório da JUC de 1939, que comentam a respeito das atividades do meio: A ação da JUC na Universidade tem sido até agora prejudicada pela indiferença geral do ambiente e pelo número reduzido de membros com que se pode contar. Suas atividades quase que se tem reduzido à formação de seus membros, a fim de que estes, pelas suas atitudes, dêem o exemplo de uma estrutura cristã viva e integral. (...) Tentava-se definir o pessoal da JUC como uma elite à serviço da massa.¹⁶⁴

¹⁶² É impossível precisar a quantidade exata de grupos de Jucistas no Brasil. O número mais próximo do crível que encontrei até aqui está numa pesquisa citada em Gómez de Souza, (1984, p. 90) feita não por ele, mas por José Oscar Beozzo (1968). Beozzo considera que entre 1959-1964 o número de Jucistas oscilava entre três a cinco mil estudantes, o que representava de 4% a 6 % do número de universitários do país. Entretanto, o próprio Gomez também disponibiliza outra fonte, com menos referências que atribui a um dirigente anônimo de São Paulo, a informação de que seriam em torno de 10000 membros ligados ao movimento no país. Considero que apenas podemos afirmar a incerteza na tentativa de numerar os membros da JUC e JUCF.

¹⁶³ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 89.

¹⁶⁴ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 2.

Luiz Alberto Souza considera que faria sentido reconhecer esse momento anterior, pois, “nesta periodização deixamos de lado a etapa preparatória de antes de 1950 que a rigor poderia constituir um primeiro momento anterior aos outros três”.¹⁶⁵ Portanto, apresento-o aqui como uma espécie de pré-história, ou seja, mais como um processo de preparação e fortalecimento do que o movimento seria nos anos seguintes.

Nesse sentido, retomando então a periodização proposta por Luiz Alberto Gomez de Souza, a história da JUC pode ser dividida em três momentos. Consideram-se, então, alguns aspectos para fazer essa organização: relação com a hierarquia eclesiástica, formação de lideranças e posicionamento político-ideológico no meio estudantil. Assim, o

primeiro momento, entre 1950 -1958, corresponde a um processo de inserção no meio universitário e na ação política estudantil (...). Pouco a pouco vão se delineando as orientações da ação: (...) a reflexão. (...) Essa reflexão é no início bastante tradicional e utiliza os elementos comuns ao pensamento católico brasileiro de, então, na busca de valores que deveriam orientar a ação. (...) A concepção de Ação Católica é ainda a clássica, de ‘colaboração no apostolado hierárquico da Igreja’ e as relações com as autoridades eclesiásticas são boas em certos aspectos, excelentes.¹⁶⁶

O primeiro momento seria o que entendo como marco inicial, entre janeiro de 1950, com a I Semana Interamericana de JEC E JUC ¹⁶⁷, e 1958, quando as temáticas políticas e as análises do cenário brasileiro ganham maior espaço. Até esse momento, as ações da JUC e de seus membros, ainda que inseridas no meio estudantil, estavam destinadas a missão inicial: “definida desde sempre como “participação dos leigos no apostolado hierárquico” da Igreja, tinha, e continuou sempre a ter como finalidade a evangelização do mundo, a cristianização do “meio” em que o leigo vivia”.¹⁶⁸

Apesar de temas como meio universitário e cenário brasileiro aparecerem nos Conselhos Nacionais, em 1955, podemos observar uma guinada conservadora nas temáticas que inspiravam os trabalhos de grupos pelo Brasil: Amor humano e família.¹⁶⁹ Também nesse período foi retirado da equipe nacional a função de escrever os documentos que seguiriam para os grupos locais, cabendo apenas a sugestão da temática e cada “centro” faria seu trabalho de forma local.

¹⁶⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 103

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 103-104.

¹⁶⁷ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 2.

¹⁶⁸ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 9.

¹⁶⁹ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 2.

O segundo período tem como marco o Conselho Nacional de 1959, no qual a JUC assume um compromisso evangélico explícito com a ação política e a luta pelo Ideal Histórico.¹⁷⁰ Segundo Souza,

o segundo momento transcorre de 1959-1964. Prática política se torna cada vez mais intensa e radical, dos centros acadêmicos até da UNE. Surge o movimento Ação Popular, como um instrumento não-confessional para a militância política, e no qual os membros da JUC estarão normalmente presentes” (...) “Reflexão sobre o ideal histórico, a noção mais ágil e abrangente de consciência histórica (...). O compromisso político e a elaboração teórica saem fora dos quadros de uma ideologia moderada ou, quando muito reformista e modernizante. (...) E isso leva rapidamente a tensões com alguns bispos.¹⁷¹

Esse é o período em que a JUC passa a ser reconhecida como uma das principais protagonistas no movimento estudantil, sendo a principal tendência da UNE.

Em termos da formação interna de militantes e impacto externo, a influência da Regional Centro-Oeste, em especial os militantes da UFMG, era sentida em toda a JUC do Brasil. A publicação do documento “*Algumas Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão para o Povo Brasileiro*”¹⁷² funcionou como um marco para o posicionamento político ao qual a JUC seria vinculada nos anos seguintes. A partir de então, a crítica ao modelo capitalista se estruturava e aprofundava. E ainda que não fosse viável o posicionamento concreto junto às forças socialistas, as alianças com esses movimentos começavam a ser estruturadas, especialmente na tomada da presidência da UNE.¹⁷³

Aliás, nesse sentido, quando se diz respeito a reconhecer a participação da JUC na liderança da UNE, entre 1961 e 1968, surpreende a forma como diferentes autores abordam essa participação. Enquanto os autores que foram membros da JUC (ou apenas identificados com o movimento) a colocam como a principal força do período, autores como José Luis Sanfelice, mencionam o fato de Aldo Arantes ter “tido apoio” da esquerda da JUC.¹⁷⁴ Desconsiderando o fato de Arantes ter sido da Equipe Nacional da JUC e, inclusive, ser o protagonista na crise de lideranças que se colocará nos anos seguintes, encabeçado o que eu chamo adiante de “atos internos de fechamento”,

¹⁷⁰ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 6.

¹⁷¹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 104-105.

¹⁷² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a... Op. cit.*, p. 84.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 46.

¹⁷⁴ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008, p. 47.

quando o episcopado retira dos militantes da UNE o direito de se candidatarem a cargos políticos em nome do movimento.¹⁷⁵

A crise iniciada a partir da eleição de Aldo Arantes, por conta do apoio das vertentes comunistas do movimento estudantil, se agrava com a intensa participação de diversos líderes Jucistas nos espaços políticos, conforme explica Scott Mainwaring:

A partir de 1961, o distanciamento ideológico entre os bispos e a JUC alargara-se. Os líderes da JUC desempenharam um papel de destaque no congresso da UNE sobre reforma universitária, provocando entre os líderes da Igreja uma reação a excessiva politização do movimento.¹⁷⁶

O terceiro momento considerado por Luiz Alberto Gomes de Souza toma o golpe de 64 como marco inicial e se estende ao que considero o fim da JUC. Entre as crises com o episcopado, a prisão da Equipe Nacional, a desarticulação dos movimentos sociais, a JUC se vê entre a escolha de manter-se como apostolado mandatado (concedido pelo poder dos Bispos) ou assumir-se como movimento independente. A fundação da AP, ainda no segundo período e a necessidade de aprofundar os trabalhos vinculados a ela, retiram boa parte da força dos militantes, que vão migrando para movimentos, no geral, mais radicais, durante os anos de ditadura.

“O terceiro momento vai de 1964 a dissolução da JUC, entre 1967-1968. A ação política e o compromisso no meio universitário devem ser repensados em função da nova situação política. Nas etapas anteriores a ação precedia e mesmo ia mais longe que a reflexão, as condições políticas depois do golpe de 1964 invertem a relação.”¹⁷⁷

Scott Mainwaring se entusiasma ao mensurar os efeitos da esquerda católica e da Ação Católica Brasileira. O autor afirma que a “contribuição decisiva da Esquerda Católica foi modificar o conceito tradicional de laicato. Nenhuma experiência contribuiu tanto para indicar a competência dos leigos como a ACB”.¹⁷⁸

2.2- A formação de militantes, metodologia e organização na JUC

Na Carta Apostólica *Quamvis Nostra*, o Papa Pio XI apresenta os princípios que conduziram os episcopados locais na organização e incentivo do apostolado leigo.

¹⁷⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 189.

¹⁷⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a... Op. cit.*, p. 84.

¹⁷⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 105.

¹⁷⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a... Op. cit.*, p. 94.

Além de terem o mandato (isto é, compreenderem que sua tarefa como leigos tinha origem no serviço dos religiosos e que estavam a partir dela assumindo a mesma missão de evangelizadores), os leigos também precisavam possuir formação adequada para cumprirem essa missão apostólica:

A carta de Pio XI ao Cardeal Dom Sebastião Leme, destacadas as necessidades da participação dos leigos no apostolado hierárquico sugere vários princípios: Formação Integral dos membros; caracterização de tais membros em categorias homogêneas; Iniciar o trabalho com pequenos grupos que possam fermentar evangelicamente a massa (A Ação Católica não é organização de massa mas uma elite apostólica que conquista); “Organizar a AC Especializada (“por meios de vida”): homens do campo, operários, estudantes, artífices e intelectuais; Selecionar e preparar sacerdotes, desde o tempo de sua formação nos seminários, para serem indicadores de grupos de Ação Católica; Os religiosos e religiosas, particularmente nos colégios por eles dirigidos prestem a necessária colaboração criando núcleos de Ação Católica; Defesa e propagação do Reino de Cristo, que é reino de Justiça, de amor e de paz.”¹⁷⁹

Algumas das principais características da JUC podem ser compreendidas a partir dessas orientações. Inclusive a percepção comum de que a JUC e outros movimentos de AC não estavam preocupados em formar uma massa de líderes ou seguidores. Essa também é a conclusão a que chega Scott Mainwaring ao comparar a AC com os movimentos populares da década de 1970/80. Segundo a autora, “a esquerda católica estava comprometida com o povo, mas não enfatizava a liderança popular tanto quanto fizeram os movimentos posteriores (...). Ação Católica estava voltada para um número limitado de pessoas”.¹⁸⁰ A partir disso, entendo que não era a JUC que se percebia limitada a um número de pessoas, mas que formar lideranças é uma opção pedagógica que foge daquilo que se oferece nos movimentos de massa. Portanto, ainda que a JUC tivesse superado a ideia de “maçonaria”,¹⁸¹ a formação de seus militantes demandava estruturas de pequenos grupos e tinha como objetivo que suas lideranças funcionassem como “fermento no meio da massa”. Segundo Sigrist,

o fato de se tentar ‘definir a JUC como uma elite a serviço da massa’ universitária é bastante expressivo, mas expressivo ainda o debate em torno de um problema que o movimento se colocou: A JUC deve mostrar-se abertamente no meio universitário?¹⁸²

¹⁷⁹ *Carta Apostólica Quamvis Nostra*, 2ª ed., Documentos Pontifícios n° 42, Petrópolis: Vozes, 1950.

¹⁸⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e... Op. cit.*, p. 95.

¹⁸¹ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 28.

¹⁸² *Ibidem*, p. 28.

Em 1960, a pergunta feita no Boletim dos dez anos inspirou mudanças significativas nas posturas das lideranças, especialmente em níveis locais. Ainda que a formação de líderes fosse um princípio, deveria acontecer de forma dialética: formação na e para a ação. Portanto, os líderes da JUC deveriam ser reconhecidos em seus meios estudantis e eclesiais. Luis Sigrist destaca que a demora para avançar na dimensão da ação foi um erro no qual diversos centros e mesmo as Equipes Nacionais incorreram. Por isso, naquilo que entendemos como segundo período na história da JUC, esse passa a ser um dos princípios mais debatidos e incentivados: formar para agir.

Princípio típico da Ação Católica: formação na Ação. Muitas vezes os estudos feitos não se relacionaram devidamente com o aspecto prático do apostolado. O erro, pois, deste período achamos ter sido este: um grande temor pela ação, e a falta de ligação da formação com a Ação.¹⁸³

Entende-se, tanto em Sigrist, como nos próprios documentos da época (*Boletim Nacional*), que a formação era a base e a necessidade primeira dos militantes. Um caminho natural que depois de fortalecido se converteria em ação comprometida. A ação seria, “então um transbordamento da formação”.¹⁸⁴ Segundo Sigrist,

o sobrenatural é umas das características da JUC (...). Ao lado disso, a JUC dá uma formação aos militantes, (...) Mas o programa deve ficar aí. A ação seria então resultante de um transbordamento da formação, mas um transbordamento natural. O essencial é que o militante viva no meio. Portanto, dois elementos devem contribuir para a vivência: formação profana e alimento espiritual. Quanto a formação profana, o Programa deveria ser de longo alcance, sem prazo determinado para a frutificação.¹⁸⁵

Cabe aqui considerar que o *Boletim Nacional* trata como formação profana o conhecimento que diz respeito à realidade material histórica do mundo, sua compreensão dentro do seu momento histórico. Essas reflexões, de se perceberem ligados à dimensão salvífica e sobrenatural, mas tendo sua ação limitada ao temporal e profano, levam os líderes (assistentes e militantes) a buscarem respostas que possam fortalecer, motivar e dar sentido á ação. Não se trata de uma revolução materialista, mas da construção de “sinais do Reino de Deus”. Por isso, não haveria para os militantes da JUC uma disputa entre material-profano e sobrenatural-divino. Sua ação histórica só poderia acontecer se inspirada e baseada nos valores pastorais. Portanto, não deveria

¹⁸³ *Ibidem*, p. 18.

¹⁸⁴ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 27.

¹⁸⁵ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 4.

haver ação que não fundada numa profunda formação na fé. E, não poderia mais o militante da JUC avançar na sua formação na fé, sem comprometer-se com a ação histórica. Esses jovens eram formados para serem revolucionários da história, inspirados por motivos “superiores” a história em si.

O militante passa a funcionar desde que ele percebeu nitidamente, a grandeza de uma causa, respondendo à sua necessidade de construir e de se doar. (...) O militante quer realizar. Ele quer ser eficaz. O militante combate pela justiça, e combater pela justiça implica: em se achar presente em toda parte para impor o respeito aos direitos inalienáveis de toda a pessoa humana ameaçada, de toda a minoria espoliada, de toda a nação oprimida, implica em se agrupar com os trabalhadores, em fundar movimentos, em penetrar nos partidos, em participar nos problemas da comunidade.¹⁸⁶

Esse comprometimento fervoroso que comove, faz mover os militantes da JUC passa a ser entendido como uma espécie de missão, de vocação. E a participação no meio, e na sociedade um compromisso para o qual toda a formação é pensada. A formação acontecia para o melhor agir dos militantes. Assim,

a sua preocupação fundamental é a formação dos seus membros ou ‘militantes’, o seu aprofundamento na fé, o seu afervoramento espiritual. Definida desde o início como um movimento de ação missionária ou de evangelização no meio universitário não parece ter sido esta a sua tônica. Dir-se-ia melhor que ela se caracterizou mais como uma ação catequética e litúrgica junto aos seus membros. “a formação na Ação” ainda está longe de ser uma realidade.¹⁸⁷

Nos primeiros anos, a crítica de Luis Sigrist se baseava especialmente no fato das próprias lideranças Jucistas reconhecerem-se presas às estruturas internas do próprio movimento, ao invés de avançar para ações no meio específico. O relatório latino-americano de 1964 convoca os movimentos de Ação Católica Universitária a fazerem essa mudança e se envolverem de forma mais comprometida com o meio estudantil. Compreendo que o Brasil deve ter contribuído nessa discussão, tendo em vista que comparada ao cenário latino americano a experiência da JUC brasileira já era reconhecida, desde 1960, por essa inserção.

(...) la misión de ACU como educadora de los militantes y de los universitarios. Para poder realizar su tarea educadora, el Movimiento necesita estar submergindo en la totalidad del ambiente universitario, conociendo su realidad íntima, lo que es posible sólo mediante los equipos de militantes (centros e células), los que estarán reflexionando continuamente sobre la realidad de su escuela

¹⁸⁶ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 27.

¹⁸⁷ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 27.

(Universidad), con base en los hechos, situaciones y problemas descubiertos por los militantes en su apostolado personal.¹⁸⁸

O compromisso com o meio a que provoca o relatório latino-americano já era uma realidade para a JUC do Brasil. Entendendo que a ação no meio específico alcançavam, para além dos membros jucistas um conjunto maior de estudantes universitários, podendo, de alguma maneira contribuir na formação de estudantes externos ao movimento e cumprindo sua missão de evangelização para além das estruturas do movimento em si.

Las acciones colectivas llegan a un mayor número de personas y en menor tiempo y debemos aceptar que la Gracia de Dios, de alguna manera, toca a las personas del ambiente. Pero, creemos que esta acción colectiva no alcanza nunca la profundidad de la acción personal e de ‘pastoreo’ del militante.¹⁸⁹

Mas ainda que se estimulasse o envolvimento com o movimento estudantil e demais experiências do meio, reconhecia que o itinerário construído pela AC era o melhor caminho para o aprofundamento da fé e do compromisso que se esperava gerar com a formação dos militantes. A JUC brasileira, já em 1964, tinha um método e processos claros. Ainda que nos primeiros anos eles tenham funcionado como laboratórios de experimentação, em seu terceiro período histórico o movimento já tinha estabelecido para além dos princípios das Cartas Papais, um conjunto de caminhos próprios, estabelecidos entre assistentes e militantes. Segundo Sigrist

o temário já se encontrava todo ele na linha de uma ação católica especializada: o estudante, apóstolo do estudante; a formação na ação e pela ação; o cuidado com a Formação Integral; a responsabilidade dos leigos na Igreja; o método VER-JULGAR E AGIR. Os dirigentes decidiram realizar, anualmente, um Conselho Nacional.¹⁹⁰

O método Ver-Julgar-Agir passa a ser uma marca da identidade dos movimentos de base na América latina. Assim como a Igreja retomou os meios específicos a partir do período de redemocratização, as Pastorais de Juventude, também retomaram o método como parte do legado deixado pela AP. Ver: perceber a realidade em si, desenvolver a consciência histórica. Julgar: iluminar a luz da fé, a realidade percebida.

¹⁸⁸ MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. *Secretariado Latino Americano*, 1964, p. 8.

¹⁸⁹ MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. *Secretariado Latino Americano*, 1964, p. 7.

¹⁹⁰ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 20.

Agir: intervir na realidade considerando os indicativos e orientações próprios da fé cristã. Agir para transformar.

Compreensão “mais científica” do VER- JULGAR-AGIR. Fazia-se a distinção entre um VER REAL (a realidade tal qual se apresenta), e um VER IDEAL (o que deveria ser), a partir da visão cristã e de seus valores. O segundo momento, o JULGAR, seria a comparação entre os dois momentos de VER, À luz do evangelho e do magistério da Igreja, saindo então a linha de ação.¹⁹¹

A partir dessa diferenciação entre o Ver Real e o Ver Ideal, fortalece-se a necessidade de intervenção e ação, a fim de que essa ação possa aproximar a realidade concreta do ideal. Essas reflexões vão construindo aquilo que a JUC vai chamar de Ideal Histórico e que aprofundaremos mais a frente. Além disso, essa tríade metodológica funcionaria como um ciclo que se repete. Após a ação é necessário ver novamente, julgar novamente e assim, repetindo o método, surge outra metodologia no seio da ACE, outra aplicabilidade que posteriormente será chamada de “Revisão de Vida”, ou do espanhol “Revision de Echos de Vida”.¹⁹²

A ação Católica, não apenas pelo nome (Ação), como também pelo método que desde os primórdios se definiu consiste no VER- JULGAR-AGIR. Quais os critérios desse VER? Ou a ação é que permitirá ver melhor? Não seria o agir quem determina as condições de possibilidade e validade de um reto VER?¹⁹³

A percepção do método e a clareza de sua aplicabilidade acompanharam o desenvolvimento da JUC, levando o movimento a reflexões que transformariam percepção de ação no meio católico e político e impactariam o efeito do método em si. As reflexões feitas por Hebert de Souza, em um dos poucos textos com autoria do *Boletim Nacional* dos 10 anos, uma profunda reflexão sobre o método e como ele interfere na Ação da JUC foi desenvolvida:

por isso, VER significa ver tudo, ver segundo perspectivas globais, ver o concreto, ver suas próprias limitações, mas também seu poder inspirado pela graça, ver radicalmente sua condição de homem do Absoluto, mas de um Absoluto conseqüente e concretizante. De um Absoluto que fez dos primeiros cristãos mártires e não conciliadores ou aproveitadores das primeiras graças recebidas. E esse modo de ver radical que permitirá à JUC de amanhã desenvolver uma pedagogia do

¹⁹¹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op.cit.*, p. 121- 122.

¹⁹² MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. *Secretariado Latino Americano*, 1964, p 49.

¹⁹³ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 43.

risco, da audácia, da fé e da confiança no bem, do engajamento sem restrições.¹⁹⁴

Ainda que em seus primeiros anos (1952) “a maneira de trabalhar era experimental: apresentação de tese, círculos e assembleia para considerar o resultado dos círculos e ação respectiva”,¹⁹⁵ na medida em que os militantes foram se formando o *modus operandi* foi se concretizando e fortalecendo, não só na JUC, não só na Ação Católica Brasileira:

el método que la Accion Católica especializada há ido descubriendo e perfeccionando para hacer posible su misión, es un método de formación y acción simultâneas.¹⁹⁶

Vale explicar que o método em si, não é uma criação brasileira, nem mesmo latino-americana:

O método da JUC era o da Ação Católica Especializada que se desenvolvera na França, na Bélgica e no Canadá, a partir das primeiras experiências do Padre Cardjin, na Bélgica, com a JOC. Era o método “VER- JULGAR-AGIR”, ou de “formação na Ação”, que despertou no principio muitas críticas daqueles que vinham da antiga Ação Católica mais voltada para a antiga formação e a vida litúrgica. Este método será aplicado pela JUC de maneira bastante flexível devido a exigência própria do meio universitário. Na segunda etapa do movimento, depois de 1960, falar-se-á sobretudo de “revisão de vida”. Havia no método um esforço por considerar a pedagogia e a formação ativa dos militantes, com a transformação do meio social em que viviam. Em teoria, era fácil colocar juntas essas duas dimensões. Na prática o acento frequentemente recaía mais sobre um, em detrimento do outro.¹⁹⁷

Essa crítica, feita às consequências do método, acompanhou a JUC em diferentes momentos. Como numa disputa por hegemonia, se as ações políticas aparecessem mais, o movimento era acusado de ativismo vazio e de descomprometimento espiritual; se as ações de formação na fé se destacassem, era acusado de conservadorismo e idealismo. Durante a pesquisa, percebi críticas de diferentes espectros políticos. Para a esquerda a JUC parecia um movimento conservador. Para alguns membros da Igreja, em especial

¹⁹⁴ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 19.

¹⁹⁵ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 3.

¹⁹⁶ MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. *Secretariado Latino-Americano*, 1964, p. 5.

¹⁹⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op.cit.*, p. 86-87.

para parte do episcopado, parecia “politizante” e comunista, a exemplo da postura de Dom Eugênio Salles, quando ainda em Natal, assumiu a oposição à JUC.¹⁹⁸

O *Boletim Nacional*, principal meio de informação do movimento, foi formado em 1949, como subsídio para a preparação da I Semana Interamericana. Em sua primeira edição, o instrumento já apresenta uma nota que reforça a persistência de críticas vindas de diferentes setores: “Em novembro de 1949, salienta-se uma nota da JUC contra a CAD (Coligação Acadêmica Democrática)¹⁹⁹, que já nos invectivava de “comunizantes”.²⁰⁰

Vimos anteriormente que é parte do modelo formativo da JUC não ser percebida como um movimento de massa, mas como um espaço de formação de militantes. Essa posição também levou a JUC a receber críticas no que diz respeito a uma postura elitista. Segundo Souza, “a JUC não era um movimento de ‘massa’, mas de ‘militantes’, o que alguns criticam como uma tendência elitista”.²⁰¹ Sobre essa crítica em particular, entendo que ela diz respeito a uma realidade concreta, ainda que possa soar negativa àqueles que defendem o movimento. Voltada para o meio universitário, em um país como o Brasil, sim, a JUC estava muito longe de ser um projeto popular. Ainda que alcance um considerável número de pessoas, o que não era o caso, já vimos que sua porcentagem de participação nos anos em que temos dados não chegava a 10% dos universitários, estar voltada para a elite intelectual, já a coloca numa postura de elitizante.

A organização do movimento mantinha algumas estruturas próprias. Assim como os demais movimentos da ACE, seguiam a separação por sexo, tendo uma coordenação feminina e uma coordenação masculina.

O trabalho estava concentrado na equipe de militantes, organizada em geral por faculdade e de acordo com a sua dimensão pelos diferentes anos de ensino. No princípio, a JUC e a JUCF, para rapazes e moças era movimentos separados, mas a JUC seria o primeiro movimento a fazer a experiências de grupos mistos, já desde o fim dos anos 40.²⁰²

¹⁹⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 85.

¹⁹⁹ A CAD – se autodenominava a reunião de um grupo de estudantes com diferentes vínculos partidários tendo como ponto de condensação a militância anticomunista no interior do movimento. MATOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma História da UNE (1945-1964)*. São Paulo: Ed Pontes, 2014, p. 36.

²⁰⁰ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 7.

²⁰¹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op.cit.*, p. 90.

²⁰² *Ibidem*, p. 87.

Vale destacar, que ainda que se mantivessem separados como estrutura de articulação, a JUC foi pioneira em ações conjuntas entre as duas experiências. E ainda que tenha me deparado com nomes femininos durante esse tempo de pesquisa, ainda percebo que o papel das mulheres permanece aquém do que deve ter sido de fato. Essa avaliação se dá a partir de diferentes indícios. Nomes sobre lideranças internacionais femininas aparecem nos relatos de Luiz Alberto Gómez de Souza, inclusive, ele próprio se casou com uma das Jucistas que compunham a coordenação da JUCF. Além disso, ao pesquisar os documentos recolhidos na obra *Circulares Conciliares*, que reúne as cartas enviadas por Dom Helder para alguns colaboradores próximos ao então bispo auxiliar do Rio de Janeiro e posteriormente Arcebispo de Olinda e Recife, fica claro que a maioria das pessoas com quem Dom Helder dividia suas angústias, ideias, esperanças e projetos eram mulheres. Aqueles a quem ele chama de “Família de São Joaquim” eram importantes lideranças de quando ele próprio assistia a Ação Católica no Rio de Janeiro.²⁰³

A militância de ambas as experiências se dava através de mandato. Isto é, o militante “recebia” do bispo ou padre responsável e do grupo ao qual estava ligado o mandato para exercer aquela função na estrutura do movimento. Segundo Sigrist, “em sentido estrito, a AC possui como elementos constitutivos, que dão a “essência de AC, a ação missionária e a ação sobre as estruturas; e como elemento intuitivo, que lhe dá a existência, o mandato”.²⁰⁴

Essa questão, referente ao mandato e ao uso dessa função trará mais tarde algumas divergências em como a hierarquia eclesial percebe o militante Jucista. Casos específicos serão aprofundados mais à frente nesse trabalho. Ainda assim, o militante da JUC precisava responder a alguns critérios que definidos nos Conselhos Nacionais (encontros que reuniam lideranças de todo o país). Ser eleito e receber esse mandato eram fundamentais para que o militante fosse assim considerado. Ser militante não significava compor a Equipe Regional ou Nacional, essa composição tinha ainda outros ritos:

critérios de Eleição dos militantes: Valores Humanos (Inconformismo com os problemas do ambiente; Aberto a todos; Personalidade; sentido realista da ação; audácia e valentia); Valores Universitários (vibração com o ambiente e

²⁰³ CÂMARA, Helder. *Circulares Conciliares*. Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araujo Faria (orgs.). Recife: CEPE, 2009.

²⁰⁴ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, 1982, p. 40.

sua identidade universitária); Valores Cristãos (Inquietude evangélica, amor pela Igreja, Inquietude pelo Reino de Deus).²⁰⁵

A JUC se organizava a partir dos centros ou diretórios internos das diferentes faculdades. A partir desses “grupos de base” se estruturavam as organizações municipais e, no conjunto dessas, as articulações regionais. Segundo o *Boletim*, a JUC se organizava, até 1960:²⁰⁶ Nordeste, Sul, Centro-oeste, Sudeste, São Paulo e Norte. Além disso, existia a Equipe Nacional, responsável pela articulação do movimento em nível nacional e internacional, também o Conselho Nacional. Entretanto, a própria liderança do movimento percebeu a necessidade de organizar eventos nas regiões, a fim de fomentar espaços colaborativos e formativos.

Cada equipe de militantes contava com um dirigente e este fazia parte de uma equipe de dirigentes. Ao nível local, uma equipe de direção menor, ou equipe diocesana, assegurava a coordenação geral. No plano do país havia uma equipe nacional e a cada ano se realizava um Conselho Nacional, normalmente precedido, alguns meses antes por um encontro preparatório mais restrito. Entre o nível local e o nacional, uma equipe regional coordenava o trabalho na área de um estado (São Paulo), ou de um grupo de Estados (Nordeste).²⁰⁷

As funções que tomavam a Equipe Nacional iam desde a articulação de novos grupos à representação do movimento junto ao episcopado. A Equipe não precisava ser paritária, mas buscava-se respeitar o indicativo de representantes das diferentes regiões, sendo composta por militantes indicados através dos assistentes regionais ou pela própria Equipe Nacional. “A Equipe Nacional era mais um serviço prestado ao movimento do que uma direção centralizadora”.²⁰⁸ Ainda que os militantes que iam representar suas regiões no Nacional não fossem eleitos isso não era visto como uma conduta negativa ou autoritária da equipe que compunha a estrutura nacional. Segundo Souza,

um dos critérios de sua composição era a representatividade das diferentes regiões do país. A escolha dos novos membros era feita no interior da própria equipe nacional, depois de várias consultas e não encontramos traços de tentativa de eleição para a sua composição. Essa cooptação de membros não era considerada antidemocrática.²⁰⁹

²⁰⁵ MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. *Secretariado Latino Americano*, 1964, p. 9 e 10. (tradução livre).

²⁰⁶ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 6.

²⁰⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 87.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 87.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 88.

A Equipe Nacional morava toda junta na sede nacional, em um apartamento da cúria diocesana do Rio de Janeiro, em Laranjeiras. Tanto a organização masculina quanto a feminina tinham sua sede no Rio, onde também era, até início dos anos 60, a sede da CNBB.

Outro serviço fundamental da organização do movimento era o de assistente eclesial. Padres e religiosos, até mesmo alguns bispos auxiliares ocupavam essa função. E seu apoio foi, para além da dimensão formativa, fundamental para o crescimento e manutenção da JUC. Segundo Souza, “o assistente eclesiástico tinha a função de representar a Igreja local no movimento, ou a hierarquia do país, ou de uma região, no caso do assistente nacional e do assistente regional”.²¹⁰ Assim,

em 1947, Helder Câmara é nomeado assistente Nacional da AC – ele favorecerá e apoiará a evolução desse movimento, do antigo modelo Italiano na direção dos movimentos especializados em meio social. A tarefa mais direta para a transformação da AC, entretanto, ainda que menos conhecida, será da responsabilidade de outro sacerdote, que tinha sido assistente da JOC, o Padre José Távora. Ele e o Pe Helder serão a seguir bispos auxiliares do Cardeal Câmara e se apoiarão mutuamente em um sem número de empreendimentos. É igualmente Dom Helder, com a participação de Dom Távora que vai organizar a conferência Nacional dos Bispos.²¹¹

Conhecer os nomes que dão assistência a ACB e, em especial a JUC, ajudam a entender o potencial do movimento e como esses nomes colocaram suas marcas pessoais e suas ideias a partir da função de assistentes. Outros nomes aparecem na história da JUC, assumindo essa função. Padre Henrique Vaz, Luiz Gonzaga de Sena, entre outros. De acordo com Souza,

de 1949 a 1961, o assistente Nacional foi Frei Romeu Dale, sacerdote Dominicano; de 1962 a 1965, Dom Cândido Padim, Bispo auxiliar do Rio de Janeiro e assistente Geral da AC, dá assistência a JUC. A presença do Frei Romeu, durante os primeiros doze anos, foi decisiva para o movimento, e isso concluímos não só a partir de nossa própria experiência pessoal, mas de observações de entrevistados. Ele imprimiu a JUC um certo estilo de trabalho não diretivo.²¹²

Também acabava sendo função do Assistente conduzir as passagens entre os militantes, tendo em vista a curta duração em que um jovem permanece no meio universitário. Faziam, portanto, o papel de guardiões da memória e história do

²¹⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 88.

²¹¹ *Ibidem*, p. 88.

²¹² *Ibidem*, p. 88.

movimento. Segundo Souza, “na prática, em alguns centros, sobretudo nos que começavam o papel do assistente era determinante. Como ele permanecia muitos anos, ao lado da rotatividade dos dirigentes assegurava, além disso, a memória e a continuidade”.²¹³

Essa organização se baseava também no apoio do episcopado, desde sua fundação. Como já mencionado, o apoio dado pelas instituições internacionais ligadas ao laicato também foi crucial para o fortalecimento da JUC. Se no início dos anos 50, a JUC recebia militantes do Canadá e da França para contribuírem na organização do movimento, a partir de 1958, a Equipe Nacional também passa a colaborar na estrutura internacional. Significa dizer que os militantes da JUC não estão inseridos apenas no cenário político e no movimento estudantil brasileiro, mas que já ocupavam cargos e funções a fim de colaborar com o crescimento do movimento no mundo. Segundo informa o *Boletim*,

o ano de 1958 trouxe para nossa JUC experiências muito fecundas: a JECI promove a Sessão e o Conselho Internacional em Dakar, quando Luiz Alberto G de Souza (da EN do Brasil) foi convidado para secretário geral da JECI.²¹⁴

Também os documentos da JUC avaliam bem essa participação e reconhecem sua relevância, especialmente para o cenário latino-americano. Durante a preparação para o Conselho Nacional dos dez anos, a Equipe Nacional descreve a expectativa e relevância de possíveis intercâmbios e participações entre os membros sul-americanos:

Sobretudo no Encontro de Rosário, os dirigentes brasileiros foram muito solicitados para transmitir a experiência que já temos de trabalho no meio universitário. Isto motivou uma maior procura dos dirigentes sul-americanos, no sentido de enriquecer-se de nossa experiência. Há uma grande abertura destes para participarem de nossos encontros nacionais e até regionais e recebermo-nos nos que são por eles realizados.²¹⁵

É importante explicar que a sede do secretariado sul-americano do JECI era a sede nacional da JUC, portanto cabia cumulativamente a um dos integrantes da EN acumular a função de secretário sul-americano:

Sentimos uma grande responsabilidade de um maior intercâmbio e ajuda aos movimentos que nos solicitam. Ainda que não sejam pequenas as dificuldades de coordenação do movimento em plano

²¹³ *Ibidem*, p. 88.

²¹⁴ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 8.

²¹⁵ Relato da EN sobre o Panorama Internacional e a JUC Brasil, 1960.

nacional, não podemos deixar de atender as solicitações de ajuda num plano internacional. Assim é que a EN está liberando, cada vez mais, um de seus membros para o trabalho do Secretariado Sul americano da JECI “.²¹⁶

A relevância dos líderes brasileiros era tão evidente, que nesse período, além do secretariado geral e do secretariado sul-americano, a equipe foi convidada a ceder um de seus líderes para trabalhar na articulação da América Central. Essa informação me parece relevante por duas razões. Primeiro, para entender a potência do movimento brasileiro. Segundo, para entender quem financiava essas atividades. Aqui consegui encontrar alguns vestígios de outra pergunta que se colocava desde o início da investigação. É de se esperar que assim como a CNBB tenha uma verba para a organização do laicato e que a isso se somem projetos sociais, fica a impressão de que a JUC tinha isso de forma mais organizada. Essa impressão, que ainda precisaria ser mais investigada se dá porque, até aqui, problemas como financiamento não aparecem nos documentos:

a equipe Nacional foi solicitada para ceder um dirigente nacional para, no 2º semestre deste ano (1960), fazer uma viagem de três meses pela América Central e alguns países sul-americanos, com uma bolsa da UNESCO, para ajudar os movimentos de JEC e JUC que ainda se acham no 1º estágio na especialização.²¹⁷

A Equipe Nacional ganhava espaço nos mais altos níveis internos da estrutura católica disponíveis a leigos. Esse “amadurecimento” no campo teórico e prático também ecoava nas estruturas nacionais não religiosas. Assim, a JUC passava a exercer o protagonismo no campo social, especialmente dentro das estruturas estudantis, nos mais diferentes níveis. É essa mudança dialética entre prática e teoria formativa que funcionarão de causa para os acontecimentos que tomaram o movimento nos anos seguintes.

2.3- O diálogo entre o material e o espiritual: do Ideal Histórico à Consciência Histórica

Todo o crescimento da JUC, interna e internacionalmente, nas estruturas eclesiais e no movimento estudantil precisam ser analisado na dimensão de

²¹⁶ Relato da EN sobre o Panorama Internacional e a JUC Brasil, 1960.

²¹⁷ *Ibidem.*

causalidade. Cabe perguntar se a formação aprofundada levou a teorização de um modelo que correspondia às expectativas estudantis e por isso impactou a prática, ou, ao contrário, na medida em que iam para a ação os estudantes percebiam a necessidade de aprofundamento. Entendo que essa dialética inseparável entre prática e ação – práxis, mesmo, é um dos resultados que se atribui ao método “VER-JULGAR-AGIR”, nas mais diferentes experiências as quais ele já foi submetido. A experiência da JUC fortalece essa premissa.

se um especialista em organizações analisasse hoje o sistema de funcionamento da JUC certamente descobriria numerosas analogias com o modo moderno de funcionamento em rede, por oposição o modo hierárquico de funcionamento, mais frágil e menos eficaz do que aquele. Um funcionamento em rede multiplica seus nós (núcleos e polos), lhe assegura autonomia e provoca a intensificação dos intercâmbios entre eles, liberando imaginação e criatividade. Por meio destas trocas, os núcleos (equipes e indivíduos) se estimulam mutuamente, impedindo desgastes e acomodamentos. Não é necessário esperar a correção do ritual e do trâmite hierárquico: todos são educadores e educandos.²¹⁸

Luiz Gonzaga Sena, Assistente da JUC no Nordeste e depois do JECI, em depoimento escrito nos inícios dos anos 2000, em razão dos 50 anos da experiência, demonstra que o método em si cooperou para dar a JUC o aprofundamento necessário para uma prática transformadora das pessoas e da experiência.

Nesse sentido, foi natural que o aprofundamento da vivência com o meio universitário precisasse ser teorizado dentro de uma lógica que valorizasse a inserção e a atividade política como parte da missão do apostolado. Esse processo de teorização foi fundamental para que os militantes conseguissem justificar sua prática e torná-la parte da missão enquanto cristãos batizados. É assim que vai se desenvolvendo o Ideal Histórico.

O processo que leva ao Ideal Histórico é descrito por todos os autores que estudei. E penso que, mesmo usando diferentes linguagens, eles são unânimes em afirmar a relevância desse processo para a posição política de identificação com o meio social, que foi tão intensa entre os anos de 1960 a 1967:

Essa identificação com o meio social de referência faz do método da JUC a maior originalidade dessa experiência. Em primeiro lugar, ele projeta o problema profundo da dupla pertença (ao mundo e à comunidade cristã) e da

²¹⁸ SENA, Luiz Gonzaga de. A Juventude Universitária Católica: algumas reflexões sobre uma experiência de vida cristã. *Revista Eclesiástica Brasileira*, n° 60/240 (dez/2000, p 804-809); 61/241 (mar/2001, p 101-113); (jun/2001, p.365-388), p. 12.

dupla exigência de lealdade. (...) Mas, por essa procura de identificação, o método é também uma experiência de sinergia em que circulam e se acumulam os recursos e a dinâmica de dois mundos – o meio estudantil e a comunidade cristã.²¹⁹

Ainda que essa sinergia entre a comunidade cristã e a prática social fosse até aqui destacada e sentida pelos militantes, havia críticas, em especial dos pensadores ligados à perspectiva marxista, sobre o papel dos jovens não operários nessa “luta pela mudança social/revolução”. Minha conclusão se dá a partir de um trecho da obra de Luiz Alberto Gómez de Souza:

Um dirigente da JUC dessa cidade (São Paulo) Plínio de Arruda Sampaio - fala sobre a questão social em análise sobre o lugar da questão social. O padre Lebrecht não acha certo o nosso método. Isto é, não é possível trabalhar sobre o problema social simplesmente nos quadros universitários, disse-me ele que é preciso fazer inquérito e pesquisas no meio trabalhador porque lá e não na universidade, é que reside a questão social.²²⁰

Duas questões me fazem refletir esse trecho da obra de Gómez. A primeira é o nome do militante que se destaca: Plínio de Arruda Sampaio. Um dos objetivos desse trabalho é levantar os nomes de alguns militantes que, saídos da JUC, irão compor, anos mais tarde, o cenário político brasileiro. Se Hebert de Souza e Frei Betto, são nomes sempre lembrados, assim como aqueles que, saídos da JUC, ocuparão os cargos de presidência ou vice-presidência da UNE, vão aparecendo, durante as pesquisas, nomes que nos surpreendem, como, por exemplo, o do historiador francês Roger Chartier,²²¹ que contribuiu com a preparação da Semana Interamericana de JEC e JUC. A segunda questão é que, por diversos momentos dessa pesquisa, acreditei que a posição de compromisso social fosse um movimento conjunto da Igreja Latino-Americana. Mas com o aprofundamento dos estudos, fui percebendo certo pioneirismo nas discussões levantadas pela JUC, em especial após 1960. Apesar de estar dissociado dos meios operários de forma direta e receber críticas por isso, em especial dos intelectuais mais próximos ao marxismo – que determinam especialmente ao proletariado a força revolucionária – entendo que a profundidade das questões, inclusive as próprias críticas, fazem parte do pioneirismo que atribuo aos atores envolvidos com o movimento. Dou, desde já, destaque aos estudantes de ciências sociais e outras áreas de humanas aplicadas, na percepção e necessidade de se aprofundar a teorização da prática

²¹⁹ *Ibidem*, p. 11.

²²⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 115.

²²¹ *Ibidem*, p. 97.

comprometida que a JUC já experimentava. Digo isso porque as discussões que aconteciam nesse período na JUC, estavam particularmente à frente do que acontecia com grande parte da Igreja Católica na América Latina, conforme indicam as conclusões de Scott Mainwaring:

Não havia senso comum de que a fé exigisse um compromisso político ou de que a ação política pudesse ser um componente maior da fé. A maioria dos sacerdotes não conciliava a fé com as tentativas de se criar um mundo mais justo. Até aqueles que sentiam que a Igreja deveria buscar uma missão social, geralmente limitava a natureza dessa missão à caridade e as medidas paliativas.²²²

A realidade descrita por Mainwaring pode parecer, à primeira vista, distante do cenário da ação católica ou mesmo da própria JUC que, apesar de “flertar” com as temáticas sociais, não tinha, até o final da década de 1950, aprofundado o tema ou tido condições de ampliar entre seus membros e militantes o debate. O texto de revisão do *Boletim Nacional* dos 10 anos faz memória do Conselho Nacional de 1957, esclarecendo que ainda que o tema “realidade social” tivesse sido apresentado, não fora debatido:

O assunto das comissões sobre problemas brasileiros, foram somente levantados e procurou-se despertar a consciência dos militantes sobre eles, pois naquela época a JUC não tinha feito estudos mais aprofundados que permitissem debatê-los.²²³

Por isso, atribui-se aos militantes e assistentes que vão compor as equipes regionais e nacionais a partir de 1959 a organização do “Ideal Histórico”. Nesse ano, o Conselho Nacional passou a discutir esse tema, inspirado pelo texto vindo dos militantes de Minas Gerais. “O ponto importante deste Conselho foi, a abertura de visão dos militantes, de uma maneira mais ampla, do Ideal Histórico”.²²⁴

O Assistente de Recife, Almerj Bezerra, neste mesmo Conselho apresentou o texto “*Da necessidade de um Ideal Histórico*”, inspirado na obra de Maritain:

é absolutamente necessário, em vista de um engajamento cristão eficaz na ordem temporal, que se faça uma ampla e cuidadosa reflexão sobre as realidades históricas concretas, a luz dos princípios universais cristãos (...). A definição de um ideal Histórico concreto é traduzida literalmente do Humanismo Integral de Maritain: ‘Não é um ser de razão, mas uma essência ideal, realizável (Se mais ou menos dificilmente, mais ou menos imperfeitamente, é outra questão); não é como obra feita mas que se faz; uma

²²² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e... Op. cit.*, p 85.

²²³ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 4.

²²⁴ *Ibidem*, p. 5.

essência capaz de existir e que tende a existência num clima histórico dado; que responde por consequência a um máximo relativo (relativo a esse clima histórico) de perfeição social e política; o que apresenta apenas – justamente porque ela implica uma ordem efetiva a existência concreta – as linhas de força e os esboços ulteriormente determináveis de uma realidade futura.²²⁵

A influência dos teólogos europeus se explica a partir dos assistentes que, vindos de estudos realizados na Europa, trazem para a formação dos militantes essas leituras-chaves. Ao mesmo tempo em que os estudantes das áreas sociais trazem para o debate críticas e questionamentos baseados nas leituras que tomavam a universidade no período, a

influência de assistentes eclesiásticos que, vindos da Europa, onde foram estudar teologia, tiveram oportunidade de conhecer as obras de Jacques Maritain, *Humanismo Integral: Uma Visão Nova da Ordem Cristã. O Ideal Histórico* veio como um desencadeamento de um anseio mais ou menos coletivo do que poderíamos chamar – vontade de descoberta – de uma linha de ação total, a partir de uma síntese global Homem- Temporal- Espiritual.²²⁶

A conceituação de Ideal Histórico já foi retomada por outros pesquisadores da temática, opto, portanto, pela conceituação encontrada na obra de José Luiz Sigríst: *“Ideal Histórico é aquela essência realizável, conclusão da reflexão do homem, do evangelho, sobre a realidade histórica que ele tem de viver.”*²²⁷ Há que se considerar que a reflexão a que se refere o conceito se dá para a Ação Católica a partir da própria experiência metodológica que os grupos e as equipes, nos seus diferentes níveis experimentam. Sigríst ainda explica usando o próprio Jacques Maritain:

Que entendemos por Ideal Histórico Concreto? É uma imagem prospectiva que significa o tipo particular, o típico específico de civilização ao qual tende certa era histórica (... O que chamamos de ideal histórico concreto não é um ser de razão porém uma essência ideal realizável (mais ou menos dificilmente, mais ou menos imperfeitamente, é outro caso, e não como obra feita, mas como obra que se está fazendo), uma essência capaz de existência e chamado a existência para um dado clima histórico, correspondendo por consequência ao máximo relativo (...) de perfeição social e política, e apresentando somente... as linhas de força e os esboços ulteriormente determináveis de uma realidade futura. (...)Corresponde a uma filosofia realista que compreende que o espírito humano pressupõe as coisas e trabalha sobre elas, mas só as conhece quando as apreende para transferi-las em sua própria vida e atividade imaterial e as transcende para tirar delas sejam naturezas inteligíveis, objetivos de conhecimento especulativo, sejam temas inegáveis práticos e diretivos da ação, a categoria dos quais pertence o que chamamos de um Ideal Histórico Concreto.²²⁸

²²⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 155.

²²⁶ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 22.

²²⁷ *Ibidem*, p. 54.

²²⁸ *Ibidem*, p. 48.

Luiz Gonzaga Senna, assistente da JUC, também tentará, em seu artigo sobre o método, explicar o que significou para a JUC o Ideal Histórico, penso que entender o sentido que o movimento deu ao conceito ajuda a compreender o conceito em si:

A emergência do Ideal Histórico (IH), no fim dos anos cinquenta, se inscreve nesse contexto de uma evolução de instrumentos e nessa tensão entre a vida e o discurso.

De imediato, o IH é a expressão definitiva e serena da adoção, pelo movimento (juntamente com o meio), de uma prática social e sócio-política. Há muito tempo, o movimento vivia, com o meio uma ação no social e na política. Aqui, essa prática recebe uma expressão que traz consigo duas dimensões: o IH é visto em primeiro lugar, como elemento “mobilizador” – tanto dos militantes como do meio – elemento cuja falta era sentida pelos militantes nos anos anteriores; ele é também apresentado como “projeto”, isto é, como referência para a ação. Representava uma busca de princípios médios para um engajamento cristão eficaz a partir da reflexão sobre a realidade histórica e de princípios universais cristãos. É como se o militante reclamasse a passagem de uma instância de crítica para um momento de projeto. O que não é de estranhar em meios jovens e intelectuais.²²⁹

A análise do texto publicado no *Boletim Nacional* apresenta importantes indícios para compreender a ação da JUC nos anos subsequentes ao Conselho de 1959. O Ideal Histórico apresentava além da consistência teórica, indicativos de ação.

O ideal histórico para o Brasil tem três componentes igualmente importantes: o religioso, o econômico e o político. No plano religioso ele deverá centrar-se num “esforço de catequese” em diferentes níveis: desde o ensino primário até o nível superior de cultura. Num “esforço de encarnação das exigências evangélicas na vida pública através da atuação profissional, política, cultural”. Na “vida litúrgica, pela oração litúrgica, frequência aos sacramentos etc. No “incentivo as vocações sacerdotais, pela educação familiar e escolar, entre outras coisas, num ideal de heroísmo. No plano econômico se deverá fazer “opção pelo desenvolvimento e pela superação do capitalismo, valorizando o trabalho humano que no presente se reduz a simples mercadoria” e fazendo do direito de propriedade um efetivo instrumento de personalização para todos os brasileiros.” No plano político se deverá participar na vida política nacional, visando – (partidos voltados para a concretização de ideias coletivos legítimos, realmente vinculados a interesses das classes menos favorecidas, da coletividade enquanto ideal de justiça distributiva e segundo o plano de ação e métodos democráticos.” “Uma estrutura política democrática pluralista fundamentada na consciência na participação e decisão dos diversos grupos sociais. “A elaboração de uma ideologia essencialmente anti-capitalista.²³⁰

As palavras chaves e termos que irei destacar no trecho cooperam para compreender os efeitos desse texto na mudança de postura dos militantes e posteriormente da hierarquia (primeiro eclesiástica e depois política) com relação à

²²⁹ SENA, Luiz Gonzaga de. A Juventude Universitária... *Op.cit.*, p. 14.

²³⁰ SIGRIST, José L. A JUC no Brasil... *Op. cit.*, p. 57.

JUC: “superação do capitalismo”, “valorização do trabalho humano”, “direito de propriedade como instrumento de personalização para todos os brasileiros”, “vinculação às classes menos favorecidas”, “justiça distributiva”, “ideologia anticapitalista”. Se até então a postura sócio-política da JUC dependia de um posicionamento individual do militante, a partir do Ideal Histórico, ela se alinhava às ideias contrárias ao capitalismo e para o senso comum, a isso se atribuía uma postura “comunizante”. Diante dessas ideias, publicadas no *Boletim Nacional*, a JUC passa a ser vinculada à esquerda, e posteriormente, aos “comunistas e subversivos” que seriam combatidos pelo regime ditatorial que se impunha após 1964.

Vale considerar que o Ideal Histórico impactou a postura dos militantes, especialmente daqueles mais engajados. Hebert de Souza publica um dos únicos textos com autoria no *Boletim* de dez anos, defendendo a relevância de um “projeto” – O Ideal Histórico – como indicava a revisão de Luiz Senna, para os Jucistas:

O Ideal Histórico faz um apelo à encarnação concreta e exige fidelidade à realidade; por isso a JUC do Brasil se vê hoje chamada a falar de um modo localizado, histórico. A JUC é parte do povo brasileiro, é chamada a falar sobre os destinos deste mesmo povo, não de um modo acadêmico, utópico, paliativo, paternalista, mas de um modo vital, realista, definindo soluções e não opiniões, engajando-se em sua concretização. Para isso é exigido da JUC uma revolução interna, uma conversão profunda à realidade; a opção pelo Amor tornado eficaz em cada homem, pela destruição das estruturas injustas. (...) Por isso a JUC de hoje deve aprender a ver, deve voltar ao velho método para ver sua própria realidade, ver a realidade de seu país, de sua faculdade e optar por uma direção que corresponda às exigências do Absoluto. Ver a si próprio significa para a JUC brasileira desmascarar suas vinculações e ideologias burguesas, suas omissões, seu comodismo, sua ausência de visão, sua traição à Caridade no plano social, seu reacionarismo, seu medo de errar e de realizar, sua velhice precoce, sua esterilidade, sua timidez. Não temos sido os militantes do Absoluto; temos reduzido o Absoluto às nossas dimensões e interesses. Temos sido os militantes burgueses (por condição espiritual e sociológica) de um absoluto que é uma negação. Ver significa tomar consciência de sua missão no plano social, significa lutar pelo desenvolvimento do povo, contra as injustiças que não se resolvem com moralismo, mas com ação e ação verdadeiramente revolucionária. (...) O Cristianismo não é sinônimo de ideologia da ordem, da paz iníqua, da justificação das situações de fato, do conformismo criminoso.²³¹

Não é só uma “empolgação” missionária, o Ideal Histórico proporcionava, unido aos textos do Concílio Vaticano II, uma abertura ao diálogo e à aproximação para a ação com grupos que antes eram rechaçados, inclusive os comunistas. Segundo Souza, “o ideal histórico abria para os cristãos a possibilidade de militarem politicamente em

²³¹ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 19.

partidos e em organizações não-cristãs, o que não significava, contudo, o abandono da fé como “sentido último da história”.²³²

Essa mudança no paradigma de organização e ação no meio social impulsionou a JUC na direção do futuro. Primeiro foram quatro anos de crescimento e interferência no plano social, depois, com o golpe, o cenário de perseguição. O Ideal Histórico foi o primeiro passo na formação do que mais tarde Henrique Vaz explicaria como Consciência Histórica:

a inspiração deste tema foi fundamental para converter a JUC ao futuro, exigindo dos militantes uma presença concreta no presente, um conhecimento concreto do presente, uma inserção na História.²³³

E apesar de ainda não ser o que de mais complexo a JUC usou para a formação sociopolítica, foi fundamental para inseri-la nas páginas da história da ditadura brasileira, ao lado daqueles que além de perseguidos compuseram as frentes de oposição.

²³² SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC... Op. cit.*, p. 157.

²³³ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p.17.

Capítulo 3- Os ventos mudam a direção: outros tempos, outras lutas e estratégias

A perseguição contra a JUC não começou com o golpe de 1964. A vanguarda que o movimento havia assumido na reflexão interna da Igreja e na sociedade, também deflagrou uma “vanguarda” nos tempos de repressão que se instaurariam no Brasil. Os primeiros agentes dessa perseguição foram internos: a própria hierarquia. Assim, os “ventos” mudavam de direção. Evidente que a repressão pós-golpe foi muito mais repressora e violenta. Mas, para a JUC, os ventos mudam de direção na medida em que sua militância avançava na discussão “do temporal”, na construção do Ideal Histórico e, posteriormente, da Consciência Histórica. As práticas no meio estudantil levaram a uma série de embates, primeiramente internos, em especial com a hierarquia e, posteriormente, externos, com a nova política de estado que se instaurava após o golpe civil-militar.

Os primeiros embates internos contavam apenas com insinuações e divergências no campo teórico-pastoral. Em um relatório enviado, em razão dos 10 anos da JUC, para os bispos, de autoria é dada do Padre Orlando Machado, reforçava a ideia de que o movimento se afastava do espiritual e crescia apenas na dimensão política. Segundo Gómez de Souza, “a JUC se afastara de sua missão específica de recristianização da cultura, muito preocupada com problemas temporais”.²³⁴ Não era difícil que a própria hierarquia interviesse e apresentasse nota e relatórios contrários. Foi o que aconteceu quando, após o Congresso de 10 anos da JUC, Dom Helder Câmara decidiu enviar ao Episcopado uma nota reservada com “informações objetivas sobre a JUC e seu recente Congresso Nacional”.²³⁵ O bispo defendeu a JUC, analisou a conjuntura e cobrou que o episcopado fornecesse mais assistência e designasse assistentes eclesiais ao movimento. A defesa clara de Dom Helder foi fundamental para apaziguar, ao menos naquele momento, os conflitos imediatos.

Entretanto, coube a essa pesquisa um olhar voltado mais para as ações políticas da JUC. Ainda que eu tenha percebido nos documentos que essas práticas e escolhas não se afastavam da dimensão religiosa, retomando aquilo que já abordei em Scott Mainwaring, quando não se pode separar essa dimensão no que diz respeito a esse tipo de estudo, me interessa tratar sobre o aspecto das práticas políticas. Nesse sentido, apenas como registro, deixo uma análise ainda de Gómez de Souza:

²³⁴ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 171.

²³⁵ *Ibidem*, p. 168.

(...) é preciso esclarecer bem que quando enfatizamos em nossa análise a ação política de nenhuma maneira esgotamos a série de atividade do movimento, seja no plano especificamente religioso (campanhas de páscoa, missas do estudante, em alguns centros peregrinações...), seja ações diversas no meio (serviços “casas da JUC”, atividades culturais, acampamentos, e etc.).²³⁶

Ainda que existissem diferentes práticas e que essas fossem registradas inclusive nos boletins da JUC, as críticas diziam respeito especialmente aquelas práticas ligadas às lideranças, em especial às equipes regionais e nacional. Nesse sentido, por um período, as equipes de lideranças eram vistas como “fechadas em si mesmas”. E, junto às discussões do Ideal Histórico, traziam um importante debate sobre como deveriam agir no meio universitário. Permitindo que os demais movimentos universitários reconhecessem sua intervenção e existência. Essa visão aparece como umas das reflexões feitas pelos próprios militantes, no intuito de avançarem na prática que os conduziria ao trabalho mais específico, próprio do meio.

A JUC maçonaria existe e isto está intimamente ligado ao próprio material humano que a constitui. Em geral militantes que a ela chegam sem formação religiosa mais intensa e, portanto, incapazes de sofrer o embate de um meio adverso e agressivo. Dai, refugiarem-se numa espécie de maçonaria, dos avisos secretos, ditos em voz baixa, de constantes reuniões que põe a trabalhar a fantasia do meio universitário. Pergunto: o que podemos perder que o meio conheça os planos, as reuniões e os problemas da JUC? Quanto não ganharíamos de compreensão, aceitação e mesmo de respeito.²³⁷

Considero esse recorte importante por expor o processo de reflexão dos próprios militantes antes do avanço no campo da ação. E como parte daquilo que comprova o valor do método, no sentido de prática-teoria-prática. Da mesma forma que inspirados pelos erros da ação (prática), durante a reflexão (revisão de vida e estudos de aprofundamento), percebe-se os enganos e se propõem avanços. Esses avanços, unidos a teorização elaborada de assistentes eclesiásticos, como o Pe. Henrique Lima Vaz, fez com que os jovens da JUC avançassem no campo prático, tornando-se uma força relevante dentro do movimento estudantil brasileiro. Conforme comenta em análise, o próprio jucista, Luiz Alberto Gómez de Souza, “o movimento ia-se tornando mais homogêneo, a política universitária era considerada uma atividade normal e mesmo

²³⁶ *Ibidem*, p. 90.

²³⁷ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 9.

fundamental, a JUC se abria aos diversos temas sociais, sensível a realidade do operário e do camponês”.²³⁸

Evidencia-se, ainda, um crescimento no que diz respeito ao conceito de Ideal Histórico, que vai se transformando em *Consciência Histórica*. São os textos de José Sigríst que ajudaram nessa compreensão.

“Assim como um “a priori metodológico na interpretação da história” permitirá ao cristão descobrir que a imagem moderna do mundo, radicada na subjetividade humana, embora se constitua a partir da dissolução dos cosmos teofânico do homem medieval, “ela não elimina, mas antes conserva... os traços específicos do que constitui uma visão cristã do mundo... esta, com efeito, tem seu centro numa aguda compreensão da subjetividade como radical transcendência sob a ordem “natural” do mundo, e como liberdade empenhada num destino histórico”.²³⁹

A conexão com a dimensão religiosa para o avanço na reflexão da Consciência Histórica se dá conduzida pelas reflexões de Lima Vaz, o que José Sigríst reconhece como fundamental para que a JUC compreendesse o conceito e avançasse na direção de reflexões mais complexas do que aquelas que antes tomavam os Jucistas.

‘Consciência’ (...) nesse ponto ela deve um enorme reconhecimento a Henrique Claudio de Lima Vaz, SJ, cujas reflexões foram de inestimável valia, principalmente num momento em que a consciência cristã jovem do Brasil parecia desfalecer diante da complexidade dos problemas que enfrentava e das ideologias contrárias que se lhe antepunham.²⁴⁰

Esse avanço no campo das ideias: de Ideal Histórico à Consciência Histórica, impacta a prática e as decisões políticas que a JUC, como movimento assumirá após 1961. Segundo Sigríst,

no horizonte da consciência (...) o meio universitário é uma realidade complexa, visto que compreende as “microestruturas da Universidade e as macroestruturas da Sociedade. Não se poderá mais atuar mais no meio universitário sem implicar, nesta atuação, toda a sociedade e suas macroestruturas.”²⁴¹

Isso impacta em como a análise da realidade e a tomada de decisões vai se dando para as lideranças. Eu considero esse processo um avanço no que diz respeito a

²³⁸ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 153.

²³⁹ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil...* Op. cit., p. 12.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 1.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 40.

teorização e a formação política e social. São esses avanços que causarão a “mudança nos ventos” que impactam a JUC, em especial no que diz respeito a hierarquia da Igreja Católica. Segundo Gómez de Souza,

pouco a pouco uma análise “orgânica” da sociedade ia sendo superada, assim como as propostas de modelo com ressaibos corporativos. O “personalismo comunitário” ajudava na caminhada. É importante insistir nesse ponto para perceber o esforço que representou para a JUC avançar em poucos anos até chegar, em 1960, a uma explicitação de uma opção socialista.²⁴²

De acordo com as pesquisas realizadas, não concordamos, em parte, com a afirmação de José Luiz Gómez de Souza. Ainda que a JUC se aproximasse em linguagem e nas práticas dos grupos estudantis ligados ao socialismo, ela não chega a explicitar, em seus documentos, tal posição. Nesse sentido, tendo a concordar com José Sigríst, que entende que a “Juventude Universitária Católica tem a sua própria identidade, que varia na mesma medida em que varia a Consciência Histórica que a sustenta”.²⁴³

Ainda assim, destaco que, ao ler os documentos e escritos dos próprios militantes, a identidade com o socialismo fica clara, ainda que só seja considerada assim, abertamente, como opção individual, não do movimento em si. Em texto de Herbert de Souza, para o *Boletim Nacional*, pode-se perceber uma série de orientações teóricas e de vocabulário que se aproximam das reflexões socialistas:

Somos por vocação os portadores da revolução, os radicais por nascimento (...). Nunca assumimos a vanguarda, nunca apontamos a revolução como resposta, somos os conciliadores, os apaziguadores das estruturas injustas, somos o sopro do comodismo ao lado da luta vital de outros irmãos, que morrem sugados e desiludidos pela nossa ausência (...) Quando já assumimos concretamente a defesa do proletariado, quando já lutamos diretamente contra a estrutura capitalista?²⁴⁴

O texto, quase panfletário, no sentido de convocar à luta, à revolução e à vanguarda, é de 1960, mas é possível perceber esse impacto já no início de 1961. É a partir desse período que a JUC toma o protagonismo em diversas esferas do movimento estudantil, inclusive se colocando contrária a própria hierarquia e a AEC (Associação de

²⁴² SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* *Op. cit.*, p. 116.

²⁴³ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil...* *Op. cit.*, p. 11.

²⁴⁴ *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 20.

Educadores Católicos) no que diz respeito a reforma universitária. De acordo com Gómez Souza,

em 1961, por ocasião do I Seminário Nacional de Reforma Universitária de Salvador, houve um grande debate sobre a relação entre a universidade e sociedade. A declaração da Bahia, resultado do Seminário, falará de “revolução entendida como posição consciente de todo um povo no sentido de mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada e injusta... tomar consciência é partir para uma atuação concreta ao lado dos operários e dos camponeses por uma revolução brasileira... declarar posições ousadas é fácil; difícil é assumir concretamente essas posições.”²⁴⁵

A aproximação entre os termos do texto de Betinho, a Declaração de Salvador e as ideias socialistas evidencia o uso recorrente do mesmo vocabulário e, portanto, de ideários equivalentes. As lideranças da JUC tiveram um papel reconhecido no processo de discussão e luta contra a Reforma Universitária, de 1968. Mas o fato é que esse protagonismo impactou diretamente suas ligações internas. A Reforma Universitária, pauta que aproximou e uniu parte do movimento estudantil, afastou as lideranças da JUC da hierarquia da Igreja. Essa é uma posição que aparece em diferentes autores, de Gómez de Souza à Mainwaring.

Devemos levar em conta que as autoridades da Igreja no momento apoiavam as grandes linhas do projeto e a associação dos Educadores Católicos (AEC) fazia todos os esforços possíveis para a sua aprovação. Ficou esclarecida a diferença de pontos de vistas entre a posição oficial da CNBB, através de seu Secretariado de Educação e Cultura e a AEC, de um lado, e a posição dos Jucistas, em Salvador de outro. Começa então um momento de forte tensão com a “Hierarquia Católica”.²⁴⁶

A partir de 1961, o distanciamento ideológico entre os bispos e a JUC alargara-se. Os líderes da JUC desempenharam um papel de destaque no congresso da UNE sobre a Reforma Universitária provocando entre os líderes da igreja uma reação excessiva à politização do movimento.²⁴⁷

Ambos os autores apontam que nesse momento a tomada de postura da JUC em prol dos universitários dá início a uma série de enfrentamentos. Eu pretendo nomeá-los, aqui, como de “Atos Internos de Fechamento”. A intenção é aproximar do que, posteriormente, o governo militar fará com os Atos Institucionais. Ambos cerceiam

²⁴⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 83.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 178

²⁴⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 85.

direitos e liberdades, em diferentes graus, mas atingindo aos jovens católicos, em suas identidades e militância.

Cabe salientar, que ao tratar como “Hierarquia” não me refiro a todos os bispos, menos ainda a todo o corpo de religiosos. Mas é a dimensão hierárquica que produzirá consequências. Entretanto, reconhece-se que muitos padres, religiosos e alguns bispos estavam alinhados com as ideias que inspiravam a JUC. E que ainda que não se autodenominassem comunistas, reconheciam toda a crítica ao capitalismo e dirigiam sua conduta dentro de uma linha socialista democrática. Assim,

Um crescente número de padres criticava as estruturas e práticas sociais, inclusive o elitismo, a concentração de poder e de recursos econômicos nas mãos uma pequena minoria, a pobreza de milhões de brasileiros, as limitadas oportunidades de educação e de mobilidade social do pobre, o sistema fundiário e as condições das favelas urbanas. Muitos padres proeminentes tornaram-se críticos do capitalismo liberal e, por volta de 1961-64 alguns sacerdotes e bispos se interessariam um pelo socialismo.²⁴⁸

Em 1962, é a própria CNBB, em seu Plano de emergência, que faz ecoar críticas ao modelo capitalista:

Somos solícitos no combate ao comunismo, mas nem sempre assumimos a mesma atitude diante do capitalismo liberal. Sabemos da existência da ditadura do Estado Marxista, mas nem sempre sentimos a ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo nas estruturas atuais que esterilizavam nossos esforços de cristianização.²⁴⁹

O discurso contrário ao “Estado Marxista” parecia unísono, os mesmo tempo que aumentavam as críticas ao capitalismo. Nesse sentido, a ação política dos indivíduos se encontrava “perdida” entre a impossibilidade de fechar acordos com comunistas, marxistas, mas também com liberais ou mesmo desenvolvimentistas. Sendo assim, o Ideal Histórico e a Consciência Histórica foram construindo uma base para uma ação mais pragmática. Ainda que a JUC não fosse nunca ser reconhecida como um partido político, “era inevitável a ação política de certo número de militantes. Mas era, sobretudo, sensível a certos inconvenientes graves”.²⁵⁰ Um dos pontos mais importantes seria confundir a JUC com um partido político. Afinal, a partir do momento que os militantes estão alinhados numa determinada visão de mundo essa confusão poderia ser

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 68.

²⁴⁹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 66-67.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 140.

recorrente. Como de fato, o fora. Entretanto, o compromisso com o meio era mantido sob o discurso da fé, inclusive. Era missão do católico, o compromisso com o serviço do apostolado, é estar no mundo para transformá-lo: “Nossa presença na política é resultado do compromisso com o meio todo. Cada militante de JUC deve-se sentir responsável pela realização, numa linha de totalidade, de todos os integrantes da vida universitária”.²⁵¹

Gostaria de destacar que, apesar desse trabalho dedicar sua atenção a JUC, esse não era o único movimento cristão dentro do ambiente universitário. Outros movimentos de diferentes linhas teológicas e carismas apareceram naquele momento, inclusive se colocando contrário ao ideário de trabalho da ACB e da JUC. Segundo Souza,

além do mais, é preciso não esquecer que a presença cristã na universidade não se reduzia a JUC. Havia as Congregações Marianas, bem mais tradicionais, a Legião de Maria que insistia no “apostolado direto” e na conversão e os jovens integralistas de extrema-direita, ligados a Plínio Correa de Oliveira e ao Bispo de Campos, Dom Castro Meyer, que logo organizaram seu movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP). Gustavo Corção, ainda no Centro D. Vital, começava suas críticas azedas as posições da JUC e aos “padres progressistas”.²⁵²

É nesse contexto plural e conflituoso que a JUC vai encontrando caminhos de se fortalecer no exercício do apostolado, da missão de ser Igreja e no meio dos universitários. Ou, pelo menos, era assim que os jovens Jucistas se percebiam. Enquanto as diferenças de interesse não ameaçavam os católicos e a própria instituição, a pluralidade acontecia.

Como todas as instituições hierárquicas, a Igreja Católica permite que haja algum espaço para o pluralismo e diferenças na base, contanto que essas diferenças não ameacem sua identidade fundamental. A autonomia das bases pode permitir que alguns grupos desenvolvam concepções de fé que diferem nitidamente da visão institucional predominante. Em certos momentos apesar dos movimentos terem sido dominados ou cooptados, algumas das mudanças que eles desejaram realizar incorporaram-se à instituição. Nesses casos, a base terá ajudado transformar uma instituição hierárquica e aparentemente impermeável.²⁵³

²⁵¹ Anexo 4 - fonte não completamente identificada. Provável *Boletim Nacional*. Incompleto. Referência: Relatório referente à JUC na UNE e ao I Seminário Latinoamericano de Reforma Universitária, p. 12.

²⁵² SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 143.

²⁵³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica...* Op. cit., p. 92.

Apesar de entender que algumas mudanças, como a força e o reconhecimento do trabalho dos leigos, passam a ser incorporadas pela instituição. Mas ainda não nesse momento. Esse foi um período em que os jovens ligados a JUC precisaram criar novas estratégias para seguirem com sua militância e inserção nos meios políticos sociais.

3.1 Uma estratégia para a militância política: a formação da Ação Popular.

Os atos internos de fechamento ficaram mais fortes após a eleição do Jucista Aldo Arantes para a presidência da UNE, num processo que se inicia ainda em 1960, e se concretiza a partir de uma aliança com os movimentos mais à esquerda. Em relatório impresso,²⁵⁴ um texto de reflexão sobre a relação entre a JUC e a UNE, Arantes faz uma análise de conjuntura sob o ponto de vista dos próprios jucistas, o que é bastante relevante para entender o processo de autocritica e auto-observação que eles mesmos faziam de suas estratégias de ação:

Em fins deste mesmo ano de 1961, a JUC começa a levantar para o meio o esboço da reforma universitária. No ano seguinte, a reforma universitária é mais bem delineada, em maio, em Salvador. É também nesses dois anos, que o Metropolitano (jornal da UNE) circulando com o Diário de Notícias, tornou-se centralizador de um debate ideológico que lançará raízes no movimento estudantil. É também dessa fase o manifesto da PUC, que significará politicamente para Aldo Arantes o primeiro degrau para a conquista da UNE, para o congresso de Niterói (1961), trazíamos a experiência de 1960 e um embasamento bem maior. Aldo foi eleito. A gestão Aldo foi marcada por pontos positivos e negativos. Os negativos, a maioria das vezes, motivados pela ausência de nossos militantes. Não basta a participação no processo eleitoral, nosso compromisso deve ir até o fim. (...) A gestão Aldo é um marco do movimento estudantil. O problema de reforma universitária deixa de ser teoria e torna-se movimentação na rua.²⁵⁵

A eleição de Aldo Arantes é considerada um marco para os movimentos de esquerda católicos até os dias atuais. Em 1961, ele foi eleito como militante da JUC, carregando consigo o nome do movimento. Vale considerar que essa vitória foi fruto de um trabalho engajado dentro do Movimento Estudantil. Depois que Herbert de Souza perdeu a eleição de 1960, a JUC cuidou de ampliar a articulação com as demais

²⁵⁴ Anexo 4 - fonte não completamente identificada. Provável *Boletim Nacional*. Incompleto. Referência: Relatório referente à JUC na UNE e ao I Seminário Latinoamericano de Reforma Universitária.

²⁵⁵ Anexo 4 - fonte não completamente identificada. Provável *Boletim Nacional*. Incompleto. Referência: Relatório referente à JUC na UNE e ao I Seminário Latinoamericano de Reforma Universitária, p. 14 e 15.

tendências de esquerda da UNE, o que possibilitou o envolvimento com o Seminário da Reforma Universitária e a eleição de Arantes. Conforme José Sigrist,

impulsionado pelo ideal histórico o movimento ganha impulso e experimenta momentos de grande dinamismo e força (...) seus militantes se põem a estudar a “realidade histórica concreta” (...). A par desses estudos, se agudiza a necessidade de atuação junto as estruturas.(...) A prática política ganha uma intensidade cada vez maior, trazendo para o próprio movimento preocupação no sentido de dimensionar o seu devido valor no conjunto das outras tarefas, mais específicas, de um movimento de apostolado. Um militante é eleito presidente da União Nacional do Estudantes, em 1961, mesmo ano o Diretório Central do Estudantes da PUC, lançam um manifesto atribuído a JUC que teve grande repercussão nos meios católicos e principalmente junto a hierarquia. Esta entendida que, “JUCISTAS” o cristão não deveria ocupar cargos nas entidades estudantis.²⁵⁶

Alguns dias antes do Congresso que elegeu Aldo Arantes, aconteceu o Conselho Nacional da JUC, em Natal. Aqui cabe organizar algumas ideias: primeiro, o bispo de Natal à época, Dom Eugênio Salles, retirou, durante o Conselho, a participação da equipe da JUC local.²⁵⁷ Dom Eugênio era reconhecidamente um bispo mais ligado à ala conservadora e assumiria a arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1971. Segundo que, em dezembro de 1961, as “Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e de Apostolado dos leigos para a JUC Nacional” definiu que, após 1962, nenhum dirigente jucista poderia concorrer a cargos eletivos estando vinculado a um cargo de direção da JUC.²⁵⁸ Por último, observar que Aldo Arantes foi afastado da JUC.²⁵⁹

Aldo já havia ficado conhecido anteriormente quando assinou o manifesto da PUC. No texto denunciava a propriedade capitalista e defendia uma aliança operário-estudantil.²⁶⁰ Segundo Mainwaring,

embora documento não tenha sido formalmente assinado pela JUC ele reafirmava uma visão de fé que era semelhante a da JUC e foi redigido por militantes da JUC.Sua reafirmação de uma visão progressista da fé provocou uma onda de protestos dos conservadores, seguida de uma resposta amplamente divulgada do destacado filósofo jesuíta Padre Henrique Vaz em defesa do movimento.²⁶¹

²⁵⁶ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 23.

²⁵⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p 182.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 191.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 188.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 176.

²⁶¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 85.

O papel de Pe. Henrique Lima Vaz como assistente da JUC é lembrado por diversos dos autores que pesquisei. Em especial no que diz respeito a construção teórica e teológica das reflexões e aprofundamentos que chegaram a JUC a partir de 1960.

Lima Vaz viria defender com brilho e erudição o manifesto nas páginas de o “Metropolitano”, considerando que o autor tinha a coragem lúcida de tentar uma saída para a situação impossível em que a luta organizada dos centros de dominação mundial atirou a humanidade.²⁶²

Depois do manifesto, a hierarquia católica veio a público para o primeiro ato oficial de fechamento: proibir a JUC de determinados pronunciamentos considerados mais radicais. Entenda-se por radicais pronunciamentos numa linha progressista e a esquerda. Assim,

outros sérios conflitos eclodiram em 1961, enquanto Dom Eugenio Sales, administrador apostólico da Diocese de Natal e um importante porta voz dos sacerdotes preocupados com os desafios à autoridade episcopal, assumiu a liderança da crescente oposição à JUC. Enquanto a direita católica atacava a JUC, os bispos moderados tornavam-se mais preocupados com a radicalização do movimento. O resultado foi um documento episcopal emitido no final de 1961, proibindo o movimento de fazer pronunciamentos radicais e de assumir compromissos políticos “indesejáveis”. Respondendo as declarações da JUC sobre o socialismo, o documento afirmava que cristãos não podem considerar o socialismo como uma solução para os problemas políticos e socioeconômicos, muito menos como a solução ao discutir a revolução brasileira a JUC que não pode considerar como válida e aceitável uma doutrina que defende a violência.²⁶³

Diante de tantos “Atos Internos de Fechamento”, a JUC se viu diante da necessidade de desenvolver novas estratégias de participação e militância. É assim que começam a se organizar e se articular o movimento que viria a ser a Ação Popular (AP). É válido considerar que a organização da AP não acontece de forma instantânea diante dos atos internos de fechamento da hierarquia. O que se dá é um processo de formação, em especial de formação de militantes, que culmina com a fundação da AP.

O processo de formação dessas lideranças é ideia chave para essa pesquisa. Considerando desde o papel da formação dos intelectuais, mas também da formação em si, que gera transformação e processos de comprometimento com a libertação e a justiça social. Ele é pensado nesse trabalho sobre algumas diferentes perspectivas.

²⁶² SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 176.

²⁶³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 85.

O militante que é formado só pela JUC, tem apenas de 4 a 5 anos para desenvolver suas competências e habilidades pessoais de militância, desenvolver a formação integral (à época ainda não sistematizada) e desenvolver suas competências e habilidades técnicas, para a prática do serviço em si.

Nesse sentido, os militantes que chegaram a partir da década de 1960, tiveram, quando vindos da JEC, a oportunidade de desenvolverem primeiro suas habilidades pessoais e técnicas, chegando à faculdade melhor preparados para a militância na JUC.

Quando a AP é fundada, são esses militantes experientes que compõe seus quadros. E aqui eu gostaria de destacar que, por algum tempo, a JUC vai servir como um “laboratório de militantes” para a AP. Scott Mainwaring atribui aos católicos a formação da AP:

Depois de sua criação em 1961, A Ação católica Popular (AP) representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda. A Ação Popular expressava a tentativa dos católicos para criar uma sociedade mais justa, quando já se tornara mais difícil que tal tentativa corresse dentro das estruturas da Igreja.²⁶⁴

A JUC teve um papel definitivo na criação e organização do movimento, especialmente num contexto em se tolhia a prática política como abordou Luiz Alberto Gómez de Souza, ao apontar que “a prática política concreta ia mostrando aos poucos, a necessidade de um movimento diretamente político e os limites do movimento, mandatado pela hierarquia eclesiástica, ao mesmo tempo em que ajudava sua expansão, tolhia seus passos.²⁶⁵ Contudo, é importante observar que a AP não manteve essa identidade católica e tampouco foi fundada como um movimento de Igreja. Segundo Mainwaring,

os conflitos entre a hierarquia e os católicos radicais arrastou-se até para dentro da AP. Os bispos tentaram restringir a participação de membros da JUC na AP. Porém, nem a atitude dos bispos em relação a AP, nem a falta de um vínculo formal com a igreja institucional deveriam obscurecer seu vínculo e origem católicos. Apesar da AP não ser um movimento da igreja, o impulso para a sua criação veio de participantes da JUC. O Padre Henrique Vaz influenciou profundamente os fundamentos filosóficos de sua ideologia e, até o golpe, a AP permaneceu fortemente marcada por suas origens humanistas cristãs.²⁶⁶

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 85 e 86.

²⁶⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 164.

²⁶⁶ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 86.

No *Boletim Nacional* de número 3, de 1965, ano em que a ditadura civil-militar já se consolidava após o golpe, em artigo sobre o “Homem imagem de Deus e a Construção do Mundo”, o Pe. Luiz Gonzaga Sena, à época assistente eclesiástico do MIEC JECI, mas já tendo atuado como assistente da JUC de Recife, provocava uma reflexão acerca da prática política, da Consciência Histórica e da Hierarquia:

A vida humana que os cristãos vivem em seus meios, em seu mundo, é obra do Espírito Santo (...). Ela é uma vida de fronteira na Igreja, no sentido da encarnação, sempre em marcha, face ao desafio da Consciência Histórica, face ao desafio da cultura, que é a forma própria da existência histórica: a igreja é um grande front de luta e de experiência cristã onde novas formas de viver um mesmo mistério são constantemente criadas, onde a Santidade em cada época em cada momento encontra uma nova originalidade (...) Mas é a Igreja Hierárquica que deve discernir e julgar o que vem do Espírito Santo o que não procede dele.²⁶⁷

Como religioso, Luiz Sena é cuidadoso no que se refere à hierarquia, mas provoca na direção de outras formas de santidade, próprias de cada tempo, abrindo espaço para a discussão das práticas experimentadas pela ACB. Nesse sentido, preciso retomar a relevância dos bispos progressistas que compunham o clero brasileiro, compreendendo seu papel até para que a Igreja instituição tenha permitido os avanços que permitiu com a JUC. Segundo Luiz Sena,

A Igreja brasileira permitia aos movimentos leigos uma autonomia considerável. A hierarquia nunca encorajou a radicalização da JUC, mas alguns padres e bispos importantes alinharam-se aos jovens católicos radicais e os moderados da hierarquia toleraram o movimento até final de 61. Vários líderes dinâmicos da CNBB, inclusive Dom Helder Câmara, Dom Luis Fernandes, Dom Cândido Padim e Dom José Távora, defendiam sempre a JUC e o MEB. A JUC contava com total apoio dos assistentes clericais que encorajaram o crescente envolvimento na política. O apoio de alguns bispos importantes e dos assistentes clericais foi essencial para evitar que a hierarquia exercesse represálias contra JUC mais cedo e mais violentamente.²⁶⁸

Ainda nesse sentido, de retomar, no que diz respeito a hierarquia, aqueles que estavam “do lado” da JUC, entre muitas opções de discurso para demonstrar a posição desses bispos progressistas e o impacto deles na formação das lideranças e no acompanhamento da ACB, escolhi o discurso de inauguração do Seminário do Nordeste por dois motivos. Primeiro porque está temporalmente localizado no ano de 1965, nos

²⁶⁷ *Boletim Nacional*, nº 3, 1965, p. 12. O texto tem a autoria do Pe. Luís Sena, a época assistente eclesiástico do MIEC- JECI.

²⁶⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 93.

primeiros anos da ditadura militar. Depois, porque essa fala sobre a missão dos padres que se formariam ali, e a missão dos bispos do Nordeste acerca do que eles deveriam considerar desenvolvimento regional, comprova o impacto e a posição desse conjunto de bispos na formação dos leigos e do clero. Ao assumir que são eles, os bispos do nordeste, que permitiram o crescimento do MEB e das forças sindicais rurais, Dom Helder colocou sob sua tutela esses militantes. Naquele momento isso não impedirá a perseguição, ao contrário, endurecerá o clima entre imprensa, militares e o clero progressista:

E começamos a promover o movimento de educação de base (...) para dar às massas em condições subumanas a base para a sua realização humana e cristã. Mais Importante, então, do que a simples alfabetização é para nós colocar as criaturas de pé, abrigar-lhes os olhos, despertar-lhes a consciência. Se nos omitíssemos - e a expressão já nos lembra o pecado de omissão- sem nós ou contra nós, amanhã os olhos se abririam, a consciência despertaria e as criaturas se poriam de pé. Apenas aguardariam uma impressão de terem sido abandonados pela igreja que lhes pareceria, então, como dizem os anticlericais, a cúmplice com a burguesia.

E os bispos nordestinos nos vimos na contingência de estimular a sindicalização rural, única maneira prática de os trabalhadores rurais poderem falar em direitos diante de senhores, muitas vezes transplantados da Idade Média para o século 21 que já começamos a viver.²⁶⁹

Aqui se pode perceber que a influência dos bispos progressistas está para além da JUC. Ela se configurava nos movimentos do MEB e dos sindicatos rurais. Para compreendemos bem o processo que se inicia com a fundação da AP, entendo que seja necessário retomarmos alguns anos antes de 1965. Conforme Mainwaring,

A AP rapidamente tornou-se uma das três maiores organizações de esquerda política brasileira juntamente com PCB e o PC do B, mesmo sendo uma pequena organização de aproximadamente 3000 membros, era bastante influente. Membros da AP eram líderes na educação popular, no trabalho sindical e na organização dos camponeses.²⁷⁰

Enquanto a JUC, nos primeiros anos de 1960, começou um importante movimento para eleger seus militantes aos cargos de liderança das Uniões Municipais de Estudantes e da UNE, a fundação da AP, que fez essas lideranças se unirem na criação de uma das tendências mais relevantes do movimento estudantil brasileiro no período. Entre os anos de 1962 até o congresso da UNE de Ibiúna, elegeram-se para

²⁶⁹ Anexo 8- Discurso de Dom Hélder Câmara na inauguração do Seminário Regional do Nordeste – Recife, maio de 1965, p. 2.

²⁷⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 86.

presidentes da instituição líderes da AP. Até o ano de 1962, essas lideranças poderiam se referenciar a própria JUC e assumirem em nome do movimento os cargos que pleiteavam. Mas a instrução, já apresentada pela CNBB, impediu que os militantes da JUC concorressem a cargos públicos em nome do movimento. É então que os jovens líderes da JUC optaram por outra estratégia de luta. Eles fundam a Ação Popular, e continuam se elegendo aos cargos e mantendo seus espaços de formação. De acordo com Marcelo Ridenti,

a AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, no qual manteve a Presidência da UNE e de muitos centros acadêmicos locais e regionais durante os anos 60. Gestou-se no interior da JUC, que mostrara sua força política organizada no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, em 1960, quando compôs a chapa eleita para a diretoria da UNE com outros grupos de esquerda.²⁷¹

Os problemas com a hierarquia não se iniciam com a eleição de Aldo Arantes para a presidência da UNE. Contudo, se agravaram diante desse cenário em que o movimento representante do apostolado católico se coliga as forças comunistas. Não fora, como indica José Sanfelice, a primeira vez que os leigos católicos cogitavam a ideia de terem um movimento voltado para a atividade política e desligado da Igreja em si:

Já em 1960 falava-se de uma –“esquerda cristã”- exigiam da organização um papel que não era aceito pela hierarquia religiosa. Com frequência, os estudantes jucistas se indagavam se não seria o caso de ter outro instrumento de ação política que não a JUC. Gradativamente foi crescendo na organização católica e tomando forma estruturada em alguns locais, a tendência da esquerda da qual saíram muitos militantes da Ação Popular (AP e da Política Operária (POLOP)).²⁷²

Ainda antes da proibição feita pela carta de orientação à JUC, pela CNBB, o movimento se comportava e aparecia nos Congressos Estudantis como força política organizada, apesar de não terem por costume o “voto em bloco”, isto é, obrigar que seus delegados votassem no candidato indicado pelo movimento, suas táticas e estratégias de inserção estavam mais estruturadas. Mão é por acaso que, no Congresso de 1961, além da vitória do presidente e do vice-presidente da UNE, saíram como uma força do movimento. A preparação para esse congresso se deu desde a derrota de Herbert de Souza em 1960, mas se intensificou, quando “Em julho de 1961 realizou-se o novo

²⁷¹ RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário... *Op. cit.*

²⁷² SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil: A UNE na Resistência ao Golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008, p. 67.

conselho da JUC em Natal, a Equipe Nacional na ocasião apresentou “O Evangelho, fonte da Revolução Brasileira”.²⁷³ Segundo Sanfelice,

no 24º Congresso da UNE, realizado em Niterói, no ano de 1961, a JUC compareceu como força política organizada, e, por meio de uma aliança com grupos de militantes comunistas conseguiu eleger o jucista, Aldo Arantes, para a presidência da entidade de estudante. Na época, alianças com os comunistas provocou sérias críticas de parte do Clero e preocupou a hierarquia da Igreja.²⁷⁴

O acordo com o PCB e a eleição de Aldo Arantes causou uma comoção, como abordei no início desse capítulo. Mas a Igreja (hierarquia) colocou o jovem jucista numa situação de dilema ético. A JUC ou a UNE? “Dom Jaime Câmara, colocou Aldo Arantes diante do Dilema a presidência da UNE ou a participação da JUC”.²⁷⁵ Não imagino que alguém acreditasse que a simples saída de Aldo Arantes da Equipe Nacional seria suficiente para afastá-lo da JUC e de seu intenso processo de articulação. Entretanto, entendo que sua saída eximia a Igreja de ter que lidar com o dilema que a JUC criara antes: o envolvimento com os comunistas.

Minha afirmação acerca da influência de Aldo nos processos internos da JUC e posteriormente da AP se dão porque depois de 1961, todos os demais presidentes da UNE eleitos até o golpe, são advindos da AP: sua influência passa a ser tão grande no movimento estudantil que os seis candidatos à presidência da UNE surgidos nos 25º e 26º congresso foram todos da Ação Popular.²⁷⁶ Para além dos candidatos, os eleitos, que também pertenciam a AP, logo, “ao final da gestão de Aldo Arantes, (a UNE) conseguiu no 25º congresso, consagrar a sua unidade em torno de uma chapa única que elegeu Vinicius Caldeira Brant para novo presidente da entidade”.²⁷⁷

Em 1962, outro jucista é eleito para a presidência da UNE, assim se repetirá até José Serra.²⁷⁸ Mas eles não mais se entendiam como Jucistas, mas sim, devido a sua militância, como membros da AP, ainda que seu processo formativo tenha se iniciado em células ligadas à JEC ou à JUC.

Vinicius (Caldeira) e sua diretoria trouxeram para a UNE a vitória de uma candidatura única - a da unidade do movimento estudantil - como

²⁷³ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 181.

²⁷⁴ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 67.

²⁷⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 187.

²⁷⁶ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 67.

²⁷⁷ Ibidem, p. 49.

²⁷⁸ ISTO É. *A Voz de Serra na UNE*. 07 de julho de 2010, nº2121. Disponível em: https://istoe.com.br/85393_A+VOZ+DE+SERRA+NA+UNE. Acesso em: 27/10/2021.

foi chamada. Sabemos, entretanto, que esta denominação não representa a verdade total. Logo depois da saída da greve, vem patentear o quanto era frágil esta unidade. Daí para cá, a UNE, e conseqüentemente, movimento universitário perde muito de sua expressão. Dá-se o rompimento definitivo com a burguesia nacional. Sem buscar por nenhuma outra área de sustentação, os donos do poder político deixam de reconhecer entidade e nem as suas verbas são pagas.²⁷⁹

Interessa olhar para a AP como uma estratégia, inicialmente. Mas a medida em que a AP se fortalece no campo dos valores próprios do movimento em si, sua identidade se fortalece para além da JUC. Os primeiros impactos estão no campo do “*modus operandi*” que difere entre um movimento social-religioso (JUC) e um movimento social político (AP).

Uma das primeiras dificuldades que os jucistas que se filiam a AP encontram nos primeiros tempos de funcionamento desta é o choque com a disciplina partidária, as palavras de ordem e os testes probatórios, coisas provavelmente naturais em movimentos de outra natureza e com vocação estritamente política.²⁸⁰

As diferenças entre a JUC e a AP iam se dando, não na expectativa de separar os dois movimentos, mas de alcançar, através da AP, espaços de participação que a JUC, especialmente por conta de sua identidade vinculada ao apostolado, jamais poderia alcançar.

O conservadorismo da igreja e da hierarquia católica, com uma postura sempre fechada para com socialistas e comunistas, dificultava alianças políticas. O autoritarismo dos bispos católicos em face do movimento leigo descontentava os estudantes. A Igreja também temia, a exemplo do que estava acontecendo com burguesia, que a pressão mais radical do movimento estudantil, somada outras forças sociais, contribuísse para transformação mais profunda da sociedade.²⁸¹

Acredito que, mais que “temer a pressão mais radical para a transformação da sociedade”, o que coloca a Igreja “cúpula” afastada da Igreja “base” nesse caso é a intenção de não desagradar importantes aliados das classes dominantes, mantendo o status quo de cooperativa e conciliadora, próprios da Igreja Católica nesse período.

²⁷⁹ Anexo 4 - fonte não completamente identificada. Provável boletim nacional. Incompleto. Referência: Relatório referente a JUC na UNE e ao I Seminário Latinoamericano de Reforma Universitária, p. 15.

²⁸⁰ SENA, Luiz Gonzaga de. A Juventude Universitária Católica: algumas reflexões sobre uma experiência de vida Cristã. *Revista Eclesiástica Brasileira*, n° 60/240 (dez/2000, p 804-809); 61/241 (mar/2001, p 101-113); (jun/2001, p.365-388), p. 12.

²⁸¹ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 68.

Portanto, me parece mais simples impedir os militantes da JUC de avançarem na tentativa revolucionária, que assumirem os embates que viriam no caso da “cúpula” se colocar a favor da juventude.

Os problemas com a hierarquia podem parecer irrelevantes para aqueles que não estão incorporados à identidade católica. Mas para aqueles que têm sua fé baseada nessa experiência religiosa, a desobediência passaria a ser uma questão maior do que simplesmente um descumprimento de uma orientação. Por isso, buscar soluções para dar continuidade à luta, cumprindo o recomendado, passa por duas dimensões: a moral (obedecer aqueles a quem se deve respeito) e a estratégica (alcançar o resultado desejado a partir da inserção no meio). Nesse sentido a AP representava a possibilidade dos militantes organizarem suas práticas pessoais (essas autorizadas), num grupo mais coeso, pelo menos a princípio:

Livre das restrições que os bispos impunham a JUC a Ação Popular adotou posições políticas à esquerda da JUC (...). A Ação Popular via a revolução como único meio de resolver os problemas da sociedade. Enquanto a JUC nunca assumiu um compromisso socialista, a Declaração de Princípios da AP afirmava a necessidade de superar o capitalismo e estabelecer um regime socialista.²⁸²

Vale considerar que, a partir da Declaração dos Princípios da AP, sabe-se que mesmo diante da proposta socialista, o movimento tinha fortes raízes democráticas; originárias na própria experiência dos movimentos sociais na América Latina e nos movimentos do laicato, repletos de uma experiência sinodal vivenciada pela Igreja a partir das conferências episcopais e assembleias eclesiais. Além disso, o processo em que a AP se constitui é de ligação, aliança, entre diferentes movimentos, o que indicava, desde seus primórdios, o desejo de aproximação e pluralismo. Segundo Mainwaring,

A AP enfatizava reiteradamente a importância da liberdade e do pluralismo. O objetivo final da AP, “garantir a liberdade do desenvolvimento das pessoas, a possibilidade de expressão e da expressão de sua vontade”, exige uma ordem política democrática.²⁸³

Em seu conjunto de valores, a AP sobrepõe a dimensão humana em sua máxima de respeito e liberdade, contribuindo, inclusive com as críticas ao socialismo, como explica Scott Mainwaring: o “humanismo da AP, sua ênfase na liberdade, na

²⁸² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 86.

²⁸³ *Ibidem*, p. 86.

participação e suas críticas duras o socialismo burocrático são precursores de atitudes que posteriormente se manifestam na Igreja Popular dos anos 70”.²⁸⁴ Depois de sua criação em 1961, a Ação Popular (AP) representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda.

Essa “herança” humanista tem origem na própria JUC, ou, dando ênfase ao documento do MIEC – Secretariado Latino Americano, a Ação Católica Universitária, reconhece no ser humano o foco da ação inteira, já que é ele quem recebe a ação e quem, formado, será o agente de transformação das estruturas.

“La ACU, atravésde sus equipos de dirigentes y militantes, se situa frente a ella (a realidade universitária), la analiza, la juzga em cristiano y lanza a sus militantes a la acción que es, sobre todo, transformadora de las personas, puesto que, em definitiva, es el hombre el que está em juego y al que hay que salvar, ya que es el hombre el que crea y modela las estructuras y el que es capaz de transformarlas. Esto no se opone, sino que al contrario, se complementa com una acción desarrollada hacia el ambiente entero, considerado como una unidade.”²⁸⁵

Assim a formação dos militantes, isto é, desses seres humanos que deverão atuar como agentes na sociedade é a parte de interesse da JUC. Interessante tão relevante que boa parte dos recursos materiais e humanos do movimento são dedicados a processos internos de formação de militantes, em especial nas bases, centros acadêmicos e grupos locais. Segundo Souza, “na JUC gastamos 90% dos nossos esforços num consumo interno, isto é, na estruturação da JUC: formação de militantes e de equipe. Para o meio vai pouco, quase nada. No fundo, no fundo, a JUC é um setor da Ação Católica que faz apostolado para os Jucistas”.²⁸⁶ Ainda que a crítica entre os Jucistas provoque um anseio de transformação da realidade, percebemos que a JUC foi bem além do período de “auto centramento” e dedicou esforços e engajamento em seu meio específico. A ACE no Brasil era vista como uma referência para os demais países, como já apresentei no que diz respeito a estruturação e trabalho das equipes de liderança, mas também o é, quando se trata da atuação no meio da Universidade.

Efetivamente o Brasil, tanto sobre o aspecto de organização e participação do estudante na vida nacional, como sobre o aspecto específico da Ação Católica Especializada, tem uma situação

²⁸⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 87.

²⁸⁵ Anexo 3 - PAX ROMANA – MIEC. El Movimiento de Acción Católica Universitária: Reflexão Teológica e Metodológica, número 4. 1964, p. 9.

²⁸⁶ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 119.

privilegiada. Que talvez só possa ser comparada como a do Chile e do Uruguai. Os demais países em menor ou maior grau sofrem deficiências de estrutura no plano de movimento estudantil (são poucos os que tem uma união de estudantes centralizada, por exemplo) e no plano de apostolado especializado então ainda à procura de fórmulas e métodos de atuações eficaz. Procura esta que, se por um lado, é rica de experiência, por outro, cai constantemente no erro de não distinguir os planos de atuação e algumas vezes em impasses insolúveis (como, por exemplo, o problema do apostolado direto ou indireto, paróquia universitários x ação no meio, etc.).²⁸⁷

3.2 A atuação dentro da AP:

Apesar de alguns autores separarem a AP da JUC, quero nessa parte da pesquisa perceber as intersecções entre os dois movimentos. Aqui, busco encontrar os pontos convergentes: em especial no encontro de líderes que atuaram nos dois movimentos. É verdade que, mais à frente, a JUC e a AP se separarão. Ainda sim, a AP continuou sendo vista como fluxo natural no amadurecimento dos militantes jucistas. Para tanto, o que busco fazer é um apanhado temporal de alguns dos principais fatos que, entre os anos de 1963 e 1966, cruzaram as histórias da JUC e da AP. Evidente que a principal marcação temporal desse trabalho é o golpe civil militar de 1964, mas desde o início, o que se pretende é deixar claro que nenhuma das mudanças vividas em 1964 está desligada de um processo. A JUC, que enfrentará a ditadura em 1964, era a mesma que ganhava a presidência da UNE em 1961. Por isso, a persistência em retomar a história anterior com tanta atenção. Assim como a JUC que, acabara em 1968, não é mais a mesma que assinará o desligamento em 1966. Nesse sentido, Mainwaring afirma que,

esse era só o começo das sanções contra a JUC. Entre 1961, quando se iniciaram as represálias contra a JUC, e 1966, quando o movimento finalmente se dissolveu devido ao seu descontentamento com a hierarquia, a JUC entrou em declínio paulatino. Deixando de conformar-se em ser um movimento leigo subordinado, a JUC julgava não haver razões que a obrigasse a seguir as determinações de bispos que nada tivessem contribuído para o movimento. Depois de 1961, os espaços mais importantes para participação católica progressista na política passaram a ser a Ação Popular, o movimento de educação de base e o movimento Paulo Freire.²⁸⁸

A fundação da AP envolvia os militantes mais antigos e “pragmáticos” da JUC, chamados por Carlos Alberto Gómez de Souza de “Grupo de realistas”. Mobilizados

²⁸⁷ Anexo 4 - fonte não completamente identificada. Provável boletim nacional. Incompleto. Referência: Relatório referente a JUC na UNE e ao I Seminário Latinoamericano de Reforma Universitária, p. 25.

²⁸⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 85.

diante da necessidade de encontrar formas de ampliar o impacto do movimento e transformar a realidade eles resolveram enfrentar as tensões existentes criando um novo caminho. Segundo Sigrist, “essas tensões são principalmente: HIERARQUIA E LAICATO; ação missionária e ação política; cristianismo e marxismo, história cristã e história humana”.²⁸⁹ Para o grupo dos realistas, a ação missionária, responsabilidade do cristão, estava encarnada no tempo histórico e precisava de respostas práticas e eficientes:

a fidelidade eclesiástica tinha mais peso durante os estágios iniciais, mas na medida em que a igreja se abria, e na medida em que os conflitos sociais polarizavam e politizavam em toda a sociedade, a JUC e o MEB (e mais tarde a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Operária e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais) envolveram -se profundamente na política.²⁹⁰

Diferente de Scott Mainwaring, eu entendo que, para aqueles militantes, o compromisso com a transformação da realidade também era uma forma de fidelidade eclesiástica. Aliás, para além da fidelidade eclesiástica, fidelidade cristã. Isto significa dizer que o compromisso dos militantes mais engajados estava para além do compromisso com a Igreja e se manifestava no compromisso com a própria fé. Nesse sentido retomo a escrita de Herbert de Souza, em artigo para o *Boletim Nacional*: “as causas que não morrem, são aquelas pelas quais se morre”.²⁹¹ E diante do que veio a seguir os líderes da AP e da JUC se colocaram diante desse compromisso com as causas: a justiça, a democracia, o país.

No conturbado ano de 1963, a UNE passou a ser presidida pelo jucista e militante da AP, José Serra. Entre os movimentos que se fortaleciam, a chapa única entre a esquerda ainda era uma realidade. Além disso, com o governo João Goulart, a entidade era chamada a cooperar em debates, chegando a estar presente no Comício da Central, sobre as reformas de bases. Em reportagem da revista *Isto É* sobre a trajetória de Serra, é apontado que,

depois de dirigir a União Estadual dos Estudantes em São Paulo, Serra foi eleito presidente da UNE em julho de 1963, para um mandato de um ano, num clima de turbulência política. Metade da chapa encabeçada pelo atual tucano era composta pela Ação Popular (AP), organização que nasceu nos movimentos católicos e da qual Serra fazia parte. A outra fatia pertencia a militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partidão. A esquerda estava unida, reforçando a

²⁸⁹ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 24.

²⁹⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 93.

²⁹¹ ANEXO 1: *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960, p. 23.

tendência das eleições de Aldo Arantes, em 1961 e Vinícius Caldeira Brant, em 1962. O hoje senador Marco Maciel (DEM-PE) chegou a se lançar em uma chapa alternativa pela direita, em 1963, mas desistiu diante do amplo favoritismo de Serra, que foi consagrado com a chapa única. (...) Jango chamou a diretoria da UNE, no início de março de 1964, para uma conversa no Palácio da Alvorada, em Brasília. Ao lado do líder do PTB, Bocayuva (Baby) Cunha, e do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, o presidente pediu o apoio da UNE às reformas de base. (...). Embora tenha se negado a atrelar a UNE, Serra participou do famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março, que serviu como estopim para o golpe militar. Com o aval da diretoria, Serra fez um discurso de apoio às reformas de base e com o que entrou de vez para a lista negra dos militares de direita. (...) Diante da movimentação nos meios militares, a UNE emitiu uma nota oficial no dia 30 de março, assinada por Serra, para “reafirmar seu inteiro apoio às últimas medidas progressistas do governo” e “denunciar a trama golpista”.

Um dia depois, o general Olímpio Mourão Filho adiantou-se aos conspiradores e pôs suas tropas em movimento de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, dando início ao golpe militar. Na manhã do dia 1º de abril, Serra e Cerqueira se dirigiram à sede do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), no Paço Imperial, na Praça XV, no Rio. Lá encontraram o coronel Dagoberto Rodrigues, diretor-geral do órgão, brizolista roxo, que tentava organizar a resistência das forças legalistas. De repente, os tanques que defendiam o prédio voltaram seus canhões na direção do gabinete de Rodrigues. *Diante da mudança do vento*, o coronel recomendou que os dirigentes da UNE se retirassem imediatamente.²⁹² (grifo nosso)

A AP possibilitou que diferentes grupos se coligassem na tentativa de fortalecimento da entidade. Ainda que liderados pela JUC, e aqui destaco a figura de Betinho (Herbert de Souza) como um dos principais idealizadores dessa proposta,²⁹³ a AP possibilitava a criação do “Grupão” e da “chapa única”. Ainda que no cotidiano de organização da UNE os conflitos entre os grupos fosse uma realidade, as eleições para a entidade estavam mais fortalecidas, o que fortaleceu todo o movimento estudantil. Segundo Sanfelice,

“As necessidades crescentes de uma direção pronta e eficaz para o movimento estudantil criaram as condições para o surgimento do chamado “grupão”, agrupamento político que superava os limites da JUC. Porém, o próprio “grupão”, fase de transição entre a JUC e a AP não correspondia às necessidades da direção exigidas pelo movimento estudantil.”²⁹⁴

Em depoimento (entrevista de vídeo) ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil, Luiz Alberto Gómez de Souza, que fora militante da JUC, de quem a obra

²⁹² ISTO É. *A Voz de Serra na UNE... Op. Cit.*

²⁹³ FOLHA DE SÃO PAULO. *Betinho, o militante da Utopia*, 11 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110811.htm>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2020.

²⁹⁴ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 67.

despertou o desejo de dar início a essa pesquisa, fala sobre os valores multipartidários da AP.²⁹⁵ A organização se dava unindo militantes que dialogavam com diferentes ideologias, apesar da clara aproximação com a esquerda. Isso explica, inclusive, como os militantes da entidade foram se coligar em diferentes partidos nos anos de retomada da democracia no Brasil. Segundo Sanfelice,

embora se tenha dito que se considera inviável uma rigorosa identificação da ideologia da UNE evidencia-se, entretanto, que ela não estava isenta de ideologias. Nos documentos apresentados misturam-se concepções dos socialistas, comunistas, católicos da Juventude Universitária Católica, da Ação popular, com predomínio de enfoques, concepções, prioridades políticas ora de um, ora de outros. As exposições teóricas e políticas da UNE, que não se propôs analisar do ponto de vista da sua cientificidade, rigor ou coerência, resultam de acomodações entre tendências de esquerda, ou assim consideradas naquele momento.²⁹⁶

A ligação da JUC e, em especial da AP, às forças da esquerda brasileira, colocam esses movimentos sob a “mira” dos civis e militares que assumiriam o governo brasileiro após o golpe de 1964.

A orientação tentada pela UNE, em fins de 1963, foi o último grande esforço entidade entorno da Reforma Universitária antes do golpe político e de 1964. O país já vivia um momento de radicalização, e muitos intelectuais professores estudante estavam mais mobilizados para programas de educação popular, alfabetização de adultos e educação de base em função da perspectiva difundida de que a revolução estava para acontecer.²⁹⁷

O momento de radicalização e a esperança de revolução foi tomado por uma “contra-revolução” como chamam alguns autores. Optamos, aqui, por utilizar o termo “golpe”. O que se deu no país a partir de 1964, como já apresentei no capítulo 1, foi um golpe contra as forças e camadas populares que estavam se organizando. A repressão passou a ser uma realidade constante sob todos os movimentos populares. Nem mesmo aqueles ligados à Igreja conseguiram sair ilesos desse processo. “Em 1964, depois do primeiro de abril, começa a repressão aos cristãos comprometidos com o movimento popular”.²⁹⁸ Ainda assim, cabe salientar que a repressão enfrentada pelos grupos ligados a Igreja, apesar de ter acontecido e chegado aos estudantes foi diferente daquela que

²⁹⁵ Depoimento de Luiz Alberto Gomez de Souza – CNLB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WWHWyhwdW2k>. Acessado em: 20 de abril de 2019.

²⁹⁶ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 65.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 58.

²⁹⁸ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 70.

alcançou as camadas populares operárias, em especial aqueles não vinculados a uma instituição como a Igreja católica. Segundo Souza,

O fato é que o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o movimento estudantil, mas que nem de longe teve a amplitude da perseguição ao movimento operário. Fechamento de entidades, com a invasão das principais, e prisão de quase toda a liderança mais ativa dos estudantes. Não foram presos os que conseguiram se exilar.²⁹⁹

Eu dediquei esforços a entender como esse processo de repressão se deu contra os grupos relacionados à ACB, em especial à JUC e à AP, por entendê-las profundamente conectadas nesse primeiro período pós-golpe. É possível encontrar, conforme analisa Gómez de Souza, nas páginas dos jornais da época notícias sobre as inserções contrárias a esses movimentos. No dia 15 de abril de 1964, o Jornal do Brasil, noticiava a invasão da sede da JUC, em Belo Horizonte:

Dia 1º de abril de 1964, a sede da JUC de Belo Horizonte foi invadida e desapareceram documentos. No de seguinte, denúncias contra a AC e a JUC em particular apareceram na imprensa do país. Igualmente os alunos das Universidades Católicas pediram ao cardeal do Rio o fechamento da JUC que continua inquietando a vida universitária e tornando-se foco de atrito e desunião entre os católicos.³⁰⁰

Ao noticiar que “os alunos das Universidades Católicas pediram” percebe-se uma tentativa de “criação de um exército invisível” contra a JUC. Sabe-se que mesmo dentro da PUC Rio esse processo não era unânime, afinal foi desse espaço que saiu a candidatura de Aldo Arantes. Entretanto, quero aqui destacar a importância do grupo de Minas Gerais no processo que tomava a JUC e a AP naquele momento. Segundo Gómez de Souza,

Com efeito, a experiência da JUC de Belo Horizonte era ainda mais decisiva que a de Recife. Ali a JEC masculina secundária, nos últimos anos sob a orientação de Frei Matheus Rocha, formara toda uma geração de jovens que estavam ingressando na Universidade. Seriam eles que, nos próximos encontros da JUC pressionariam na direção de um maior e mais radical engajamento. Entre eles Hebert José de Souza (Betinho) será logo depois líder influente do movimento estudantil e mais tarde, na vida política do País. Um outro, Vinícius Caldeira Brant, chegaria em 1962 a presidência da UNE. Um terceiro, Henrique Novaes, viria logo depois para a equipe nacional.³⁰¹

²⁹⁹ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 95.

³⁰⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 213

³⁰¹ *Ibidem*, p. 149.

A relevância do grupo mineiro aparece em outras fontes. Frei Betto, em dois editoriais sobre a morte do sociólogo Hebert de Souza, no ano de 1997, destaca essa participação.

Betinho era o líder, o mais perspicaz, o mais sagaz. Muito magro, com um sorriso esperto, sobressaía-se por sua inteligência. Era o estrategista de nossas lutas estudantis. Nunca chegou a presidente da UNE, mas levou ao cargo Vinicius Caldeira Brandt, Aldo Arantes e José Serra. (... Betinho) era dirigente da Ação Popular, organização de esquerda, derivada da JUC e que tinha sua inspiração nas obras do padre Henrique Vaz S.J. Pela primeira vez, a geografia da esquerda brasileira ganhava uma vereda não-comunista.³⁰²

Ocorre que setores da Igreja, em especial a JUC (Juventude Universitária Católica) da qual eu era dirigente e a JEC (Juventude Estudantil Católica), que faziam parte da Ação Católica, estavam muito identificados com a esquerda e contra a ditadura. Eles já haviam inclusive dado origem a um dos grupos de esquerda duramente reprimidos, a Ação Popular, da qual Betinho (o sociólogo Herbert Souza, morto em 1997) foi um dos fundadores.³⁰³

Apresenta-se acima dois diferentes trechos de artigo e entrevista dadas pelo frei dominicano Carlos Alberto Libânio, o Frei Betto, para dar destaque a participação das lideranças da JUC na fundação e continuidade das atividades da Ação Popular. O próprio Frei Betto, foi preso, em junho de 1964, com os demais militantes da JUC, porque o Cenimar (Órgão de Inteligência da Marinha) não sabia distinguir (ou não queria) a JUC da Ação Popular. Na verdade, que não era mesmo possível, naqueles primeiros anos, fazer essa distinção.

A prisão dos militantes da JUC – suas lideranças nacionais – aconteceu no que ficou conhecido como “Arrastão da AP”. E Frei Betto acabou preso, confundido com o sociólogo Betinho. Além do nome, os dois dividiam algumas coincidências na trajetória: haviam passado pela formação de lideranças da JEC e da JUC mineiras.

Dou, nesse momento, destaque à figura de Betinho por entender que seu papel na formação da AP e sua militância na JUC, marcaram definitivamente a maneira como o movimento de Jovens Católicos sai de um movimento de formação da juventude para o aprofundamento de uma militância mais elaborada e destacada, inclusive assumindo

³⁰² FOLHA DE SÃO PAULO. *Betinho, o militante da Utopia*, 11 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110811.htm>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2020.

³⁰³ ÚLTIMO SEGUNDO. *Entrevista com Frei Betto*, 19 de julho de 2012. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-19/a-partir-de-d-paulo-mudou-tudo-diz-frei-betto-sobre-apoio-da-igreja-ao-golpe.html>. Acessado em: 02 de fevereiro de 2020.

papel notório na caminhada da UNE. E assumindo um papel político de ingerência direta a partir do mandato de João Goulart:

Herbert de Souza, foi militante da JEC e da JUC, tendo após o ano de 1962, sido figura chave na fundação da Ação Popular. Seu papel era tão significativo, que durante o mandato de João Goulart assumiu cargos na administração pública.

Quando João Goulart chegou à Presidência da República, a turma do "chá das seis"³⁰⁴ deu os primeiros passos na direção do poder. Betinho tornou-se chefe de gabinete do ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, e frei Mateus, reitor da Universidade de Brasília quando Darcy Ribeiro passou à Casa Civil. No ministério, Betinho conspirava em favor do projeto de alfabetização de adultos de um jovem professor pernambucano: Paulo Freire.³⁰⁵

A prisão das lideranças da JUC, assim como de outros religiosos, colocou diretamente em confronto o posicionamento da Igreja. Enquanto alguns intelectuais haviam ajudado a construir o que antes parecia “consenso espontâneo dado pelas massas”, presentes nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, torna-se claramente conflituoso, quando outra linha de intelectuais, forjados na mesma instituição, são vitimados pelo aparelho de coerção estatal:

Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio(e portanto, da confiança) (...) 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consente, nem ativa, nem passivamente.³⁰⁶

Aqui se percebe que apesar de comporem o “grupo de intelectuais, os jovens da JUC são, na verdade, alcançados pela coerção legal que está a serviço do que Antônio Gramsci considera grupo dominante.

Dia 17 de abril (1964) uma nota oficial do governador Carlos Lacerda denuncia os órgãos da AC como “alvos favoritos dos reagrupamentos comunistas”. Imediatamente a essa denúncia, no dia seguinte, D

³⁰⁴ A expressão “chá das seis” era usada entre os militantes da JEC e JUC mineira, ao se referirem aqueles que se encontravam na igreja São José, em Belo Horizonte. Faziam parte do grupo: Vinicius Caldeira Brant, Hugo Amaral, Paulo Haddad, Marcelo Guimarães, Nassim Mehedeff, Tomás Aroldo da Mota Santos, Humberto Pereira, José Alberto Fonseca, Rafael Guerra, Jair Ferreira de Sá, entre outros. FOLHA DE SÃO PAULO. *Betinho, o militante da Utopia... Op. cit.*

³⁰⁵ *Ibidem.*

³⁰⁶ GRAMSCI, A. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo.* Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, vol. 3, p. 21.

Cândido Padim, assistente geral da AC, distribui uma nota onde declara que não pode “deixar de protestar contra as acusações levianas que tem sido levantadas indiscriminadamente em relação a vários setores desse movimento apostólico”. Assistentes eclesiais deixam discretamente o país, militantes e ex-militantes tem problemas com os inquéritos policiais militares (IPM's) que procuram subversivos por todos os cantos. No mês de junho, membros das equipes da JEC e da JUC são detidos no apartamento em que viviam e só serão liberados depois de enérgica intervenção do assistente geral da Ação Católica.³⁰⁷

Cabe esclarecer que ainda que a JUC e a AP se confundam em suas lideranças, como desde 1962, com a proibição da CNBB de que os jovens que compunham a equipe nacional da JUC não poderiam estar na UNE. A prisão das equipes nacionais da JEC e da JUC, no apartamento da Cúria, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, é um grande equívoco. Afinal, nenhum dos jovens ali presentes poderia estar na militância direta junto à AP, ou à UNE. E ainda que estivessem ligados a linhas que dialogavam com a esquerda, eles mesmos não se identificavam com o Partido Comunista.

Nesse sentido, diversas lideranças da Igreja começam a se colocarem contrárias às prisões arbitrárias que ocorreram. Cabe considerar que ainda existe aqui um “corporativismo”, uma tentativa de “proteger os seus”. A partir da década de 1970, mais bispos se colocam contrários aos terrores vivenciados pela ditadura civil-militar, encabeçados especialmente no, cenário internacional, pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que funda, em 1972 a Comissão de Justiça e Paz. A partir daí a denúncia contra a tortura ganha contornos mais gerais e amplos. Segundo Gómez de Souza,

não aceitamos e nem poderemos aceitar nunca a acusação injusta, generalizada e gratuita, velada ou explícita, pelas quais bispos, sacerdotes, fiéis ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica ou o MEB, são comunistas ou comunistas a preocupação é sobretudo em relação aos católicos que estão nas prisões e não tanto a todos que sofrem repressão. O espírito de corporação é muito forte na Igreja institucional que defende seus membros acima de tudo.³⁰⁸

Entre maio e junho de 1964, uma carta da JUC do Regional Nordeste-2, aborda a ambiguidade da situação, considerando o que poderia vir a ser o que na carta se chama "movimento de abril" (golpe militar):

³⁰⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 2.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 70.

A situação é confusa principalmente se olhando nas atitudes da comunidade que se diz cristã o aumento nas suas grandes linhas pelos riscos que o "movimento de abril" ainda está correndo de manter ou construir um estado de coisa que o documento dos bispos do Brasil (1963) caracterizou como anti-humano. Ambíguo como se está sentindo a repressão policial violenta contra operários, estudantes, líderes sindicais e camponeses. A intimidação pela violência, a corrupção e delação, atingindo indiscriminadamente todo povo no clima de terror ideológico do qual não escapam movimentos de igreja como Ação Católica e seus assistentes (...). O que a realidade traz novo é principalmente a dificuldade de uma presença militante (engajamento) no meio. Diminuem os campos de engajamentos, dificultam outros, suspeita-se de quase todos. O momento ainda não nos dá clareza sobre este ponto. Não podemos prever os engajamentos possíveis amanhã, não podemos criá-los idealisticamente em nossas cabeças, só (...) o caminho que a própria vida universitária vai tomando é que pode mostrar onde Deus quer que exerçamos a nossa presença militante. Hoje, confusos, apenas temos uma certeza: é a de que não podemos nos afastar de nosso meio, como a igreja pela JUC, sempre nos ensinou.³⁰⁹

Há aqui duas análises a serem melhor desenvolvidas. Primeiro, buscando entender o que diz respeito a finalidade/intencionalidade da carta. O regional NE passa a ser, a partir da eminente transferência de Dom Helder Câmara para a diocese de Recife-Olinda, um espaço com mais “liberdade de atuação” entre os leigos. Nesse sentido, a carta cobra que a comunidade católica, além daqueles envolvidos com a AC, repensem o posicionamento diante do “ambíguo movimento de abril”. Nota-se a linguagem conciliadora própria das esferas religiosas. Inclusive a mesma linguagem aparece quando a carta continua indicando ações possíveis aos militantes da JUC. O documento afirma que o movimento continua a manter sua posição em não criar uma "ideologia cristã"; mas dá liberdade de ação aos seus militantes, sem que esses atribuam ao movimento suas escolhas políticas. Nesse sentido, percebe-se que o movimento não denota um “*locus* de luta”, mas convoca os estudantes universitários à luta. Em segundo, deve-se esclarecer que, apesar da carta não indicar nenhuma ideologia, palavras como “corrupção”, “delação”, “desumano” e “violência” são fortemente associadas ao “movimento de abril”. Com os números de prisões entre líderes católicos nos anos seguintes aumentando, Gómez de Souza, afirma que, “nos anos seguintes, no Brasil, sealaria de ‘teologia do cativo’ para retomar, mais tarde, a ideia mais positiva de “libertação” que iria impor-se por toda América Latina”.³¹⁰

³⁰⁹ Anexo 6 – Carta da JUC do NE-2, em 1964, p. 2 e 4.

³¹⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 218.

Aborda-se, normalmente, a carta da CNBB como exemplo de apoio ao golpe civil-militar. No primeiro capítulo, chamei a atenção para o fato de que a assinatura de 26 bispos, num contexto de mais de 270 dioceses, é pouco representativo para definir o “apoio” da Igreja ao golpe. Aqui se sobrepõe uma das principais questões desse trabalho: entender que parte da Igreja apoiou o golpe, assim como outra ala se colocou contrário a ele desde o início. Nesse sentido,

a linguagem de outro documento de alguns bispos reunidos em Recife, dia 13 de abril de 1964, por ocasião da posse de Dom Helder. Eles retomam inclusive o documento de abril de 1963 reafirmam sua posição diante das reformas de base, advertem sobre as restrições à liberdade e denunciam as arbitrariedades.³¹¹

A análise do trecho da obra de Gómez de Souza em que o autor retoma uma carta, (não encontrada a fonte original) sobre a oposição de alguns bispos do Nordeste, ainda em abril, que acusavam as arbitrariedades que já estavam ocorrendo contra os militantes da AC. As mudanças no cenário da hierarquia deveriam ter preocupado as lideranças leigas católicas, desde trocas de dioceses, até a nova presidência da CNBB apontavam para posturas mais conservadoras.

Dom Helder tinha deixado o Rio onde fora nomeado, antes mesmo do Golpe (...). Cardeal Mota é transferido também, na metade do mês, para o seu retiro em Aparecida do Norte. Não se pode deixar de suspeitar de pressões políticas para que isso ocorresse o mais rapidamente possível.³¹²

Conforme já havia mencionado a repressão foi ainda mais severa para aqueles que estavam à frente das lutas populares ligados realmente aos partidos de esquerda.

A prova de irritação ficou evidente dia 1 de abril de 1964, quando a sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio, foi incendiada. Começam logo a repressão e a detenção dos dirigentes estudantis. Em novembro desse ano, com a lei Suplicy, que tomou o nome do primeiro ministro do governo militar, o governo pretendeu substituir a UNE por um Diretório Nacional de Estudantes, e as Uniões Estaduais por diretórios mais dóceis.³¹³

As mudanças tomavam todos os espaços nas universidades. Não eram apenas os estudantes que eram perseguidos. Também professores e reitores tinham seus cargos

³¹¹ *Ibidem*, p. 71.

³¹² *Ibidem*, p. 71.

³¹³ *Ibidem*, p. 84.

cassados e eram presos e fichados pelos serviços de repressão. De acordo com Sanfelice, em 13 de abril de 1964,

a Universidade de Brasília sofreu intervenção decretada pelo governo. O reitor Anísio Teixeira e o vice-reitor Almir de Castro foram demitidos. (...) Não tardou e (o reitor interventor) publicou uma lista de 13 professores demitidos sem que houvesse qualquer investigação, processo ou direito de defesa.³¹⁴

O meio universitário representava um perigo eminente para as forças que haviam promovido o golpe civil-militar. Intelectuais organizados, unidos a juventude disposta a ação precisariam estar desarticulados. E por isso foi investido tanta força em reprimir, nesses espaços, as diferentes formas de militância política. Além disso, existia um projeto econômico para as universidades brasileiras, o que vai ficando mais claro a medida em que o ministro da Educação vai propondo mudanças que aproximam a educação superior do país do capital privado. Era preciso desarticular o movimento estudantil e enfraquecer sua militância. Assim,

no 1º ano do governo de Castelo Branco começaram a circular notícias sobre o envio, ao presidente (...) de expediente do ministro da educação (...)sugerindo (a extinção) da União Nacional dos Estudantes, as Uniões Estudantes e Metropolitanas de Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundários, as Uniões Estaduais de Estudantes Secundário de outros órgãos de representação estudantil, de grau superior ou médio não previstos na referida mensagem, também deveriam ter suas atividades encerradas.³¹⁵

José Luis Sanfelice, analisando as posturas de Castelo Branco referentes ao movimento estudantil, reconhece na tentativa de implementação da Lei Suplicy uma vantagem: unir o movimento estudantil. Com o evidente esforço do governo em desmantelar as forças estudantis, o que se conseguiu foi dar algum gás às lideranças.

Apreciando a lei Suplicy e seus efeitos, A. J. Poerner (1979, página 231-3) emitiu opinião de que ela visou a extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, transformando-as em meros apêndice do ministério de educação e dele dependentes em verba e orientação (...) a referida lei apresentou, contudo, um grande mérito “o de aglutinar na luta pela revogação o movimento estudantil que atravessava, naturalmente, uma fase de reorganização, como consequência da perseguição aos seus líderes, os membros da diretoria que se encontravam frente a UNE,

³¹⁴ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 84.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 84.

sob a presidência de José Serra, em 1º de abril de 1964, estava no exílio, na prisão, ou desaparecidos.³¹⁶

Para a JUC, o ano de 1965 começa com o XII Conselho Nacional. No congresso, os estudantes jucistas assumem toda a responsabilidade pessoal sobre suas lutas e escolhas políticas, ao mesmo tempo em que convocam a Igreja a assumirem o cuidado com aqueles que estão sofrendo “perseguições por causa da justiça”. O que os estudantes esperam é apoio como indivíduos. Segundo Gómez de Souza, em

fevereiro de 1965, realizou-se em Campinas, o XIII Conselho da JUC (...). Eis uma observação muito importante do relatório do Conselho: no momento em que o militante opta por qualquer ideologia, ele faz assim escolha sob sua inteira responsabilidade, sem comprometer nem o movimento, nem a hierarquia da Igreja. Ele gostaria somente de poder contar com engajamento dos bispos junto à justiça, reconhecendo a situação vivida pelo militante no dia em que, por causa da sua luta, sofrer perseguições e prisão sem possibilidade de assumir sua própria defesa. Esse engajamento, além disso, não é um privilégio devido o fato de que ele é católico, ou de que pertence a um movimento da Igreja, mas por que todos aqueles, católicos ou não, que procuram a justiça e sofrem perseguição por causa dela, tem direito a solidariedade da Igreja.³¹⁷

Ainda no ano de 1965, acontece o XXVII CONUNE (parte da resolução desse congresso está no ANEXO 5). No evento os estudantes se manifestam sobre o golpe e suas implicações de maneira corajosa.

Com instauração do golpe político militar de abril, que veio interromper todo o processo de democratização, teve início um regime de cerceamento das liberdades individuais e constitucionais que se instaurou silenciando e subjugando com facilidades de lideranças do momento, devido a alienação das mesmas para com as suas bases e a posição conciliatória então mantida entre as lideranças democrático-populares e a burguesia nacional. Essa política de cerceamento das liberdades constitucionais que expõe o caráter classista do regime vigente passou a ser manifestado pelo governo, através de medidas atentatórias à soberania nacional e aos interesses do povo brasileiro.³¹⁸

Ainda na mesma resolução, no relatório final da Comissão de Problemas Nacionais, os universitários afirmam que diante da sua função e compromisso fundamental na superação das estruturas desumanizante e considerando o movimento estudantil como a única força organizada capaz de dar continuidade ao processo de

³¹⁶ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 94.

³¹⁷ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 220.

³¹⁸ Anexo 5 - Resolução do 27º Congresso Nacional dos Estudantes, 25 a 30 de julho de 1965, p. 1.

democratização, e, ainda, considerando a Lei Suplicy como um instrumento do governo militar para cercear a atividade universitária, se colocam contrários a qualquer iniciativa que desmobilize o movimento universitário, ou apoie o atual regime.

José Sanfelice considera que nesse período as controvérsias sobre as estratégias de luta contra a ditadura começam a se agravar. Enquanto o grupo do PCB se colocava a favor das candidaturas as estruturas criadas pela Lei Suplicy, a AP e outros movimentos se negam a participar.

O 27º congresso, quando foi eleito para a presidência da entidade dos estudantes o paulista Antônio Xavier. Afirma ele que o predomínio da Ação Popular se manifestou quanto à principal decisão política que congresso tomou. Os comunistas - Partido Comunista Brasileiro - eram favoráveis a participação dos estudantes nas eleições convocadas para os órgãos estudantis criados pela Lei Suplicy. A Ação Popular, a Política Operária (POLOP) e o Partido Comunista do Brasil pronunciaram-se contra. Como prevalecesse a última tese, ocorreu aí a primeira divisão mais seria no movimento estudantil, no período posterior ao golpe de 1964.³¹⁹

Ainda sobre o impacto da Lei Suplicy sobre o movimento, José Sanfelice, a partir de um manifesto feito pela UNE contra o pronunciamento do General Juraci Magalhães. O manifesto lembra que os militantes da UNE vem sendo duramente perseguidos e por isso, não é possível fazer nenhum tipo de acordo com esse governo.

São, pois os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõe é que esqueçamos os gritos de colegas como Ruy Guerra, da União Pernambucana de Estudantes, torturados na prisão. O que na verdade propõe é que esqueçamos os 3000 universitários presos, expulsos e expatriados desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara. O que na verdade propõe é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõe anular a Juventude, moldá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força de peleguismo e não de revolução (...). Queremos lembrar-lhes que a história é irreversível e que o julgamento das gerações é severo e que os ideais se conquistam lutando, resistindo, sofrendo.³²⁰

As mudanças que ocorriam no ministério da educação não se tratavam apenas de questões ideológicas, no sentido de reprimir os opositores. Para além disso, essas questões ideológicas tinham raízes nas questões econômicas que se “descortinam”

³¹⁹ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 100.

³²⁰ *Ibidem*, p. 104.

quando aprofundamos os estudos sobre o que levava as mudanças propostas pelo governo militar. Assim,

ocorreram também importantes mudanças na universidade além das perseguições e demissões de professores e estudantes. A universidade deverá adaptar-se ao novo modelo político e econômico, aberto ao capital estrangeiro, acelerando a concentração de renda e mudando as prioridades nacionais. (...) Nesse momento se realiza o acordo MEC_USAID, que põe em mãos de técnicos americanos o poder de reformular o ensino brasileiro. É uma medida coerente com o modelo dependente e associado.³²¹

Nos anos seguintes, os Congressos da UNE passaram a acontecer de forma clandestina. Em 1966, a JUC questionou publicamente o fato de poderem se reunir em seu Conselho Nacional, enquanto a UNE não guarda o mesmo direito. A JUC tomou “essa atitude em 1966, diante da repressão ao congresso da UNE, quando ela na mesma ocasião por contar com uma certa proteção da Igreja pode realizar seu Conselho Nacional”.³²² Assim,

nesse clima se realiza o XV Conselho Nacional da JUC, em Antônio Carlos, Minas Gerais, entre 18 e 28 de julho. Nesse mesmo tempo estava previsto o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte. Proibido pela polícia, teve lugar secretamente na Igreja dos padres franciscanos. O conselho da JUC protestou e denunciou as pressões contra os estudantes, constatando a diferença de tratamento. Terminando em ampla liberdade nossa reunião de 8 dias de estudos, afirmamos que esse direito por nós usufruído, não pode ser privilégio de alguns, mas é direito de todos os homens. Os Jucistas não querem aproveitar-se de uma situação excepcional, por fazerem parte da Igreja se sentem solidários com os outros estudantes que não tem um tal apoio, mas ao mesmo tempo conhecem muito bem o preço e a ambiguidade dessa posição de privilegio. Em 1966, realizou-se o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte, numa Igreja de Padres Franciscanos, apesar da proibição pela Polícia. O XXIX Congresso vai buscar refúgio no mosteiro Beneditino de Vinhedo, em São Paulo, antes que a polícia interrompesse o trabalho. Já os novos dirigentes tinham sido escolhidos e redigido um manifesto onde se denunciava a ditadura. A direção da UNE se radicaliza e, em seu programa opta pelo que se chama no momento, luta popular.³²³

³²¹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 79.

³²² *Ibidem*, p. 70.

³²³ *Ibidem*, p. 85.

Em 1967, Congresso da UNE já aconteceu de forma absolutamente clandestina, no Mosteiro de Vinhedo e, apesar da polícia só ter invadido o local após a eleição dos novos dirigentes, o evento acabou com a prisão de 11 padres beneditinos.³²⁴

Em meados de 1967, uma nova diretoria foi eleita para a UNE em congresso clandestino organizado em São Paulo. O novo presidente da UNE, Luís Travassos, era aluno de Direito da PUC-SP e fora anteriormente presidente do DCE da PUC e depois da União Estadual de Estudantes de São Paulo.³²⁵

No relatório final da Comissão da Verdade da PUC - São Paulo destaca-se que dentro dessa universidade, a Lei Suplicy não alcançou os estudantes. Como uma ilha de autonomia, o movimento ali se fortaleceu o que contribuiu para a eleição de Luis Travassos, em 1967. Segundo o documento,

não foi mera coincidência portanto, que logo nos primeiros meses após o golpe de 1964, o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, declarasse que “a USP e a PUC-SP se constituíam nos dois maiores centros de subversão do Brasil.”³²⁶

Os militantes eleitos para os cargos da clandestina UNE continuavam vindo da AP. E a influência dos católicos no movimento continuava sendo reconhecida, ainda que não mais nominada. Se antes a estratégia dos jovens era se afastar da Igreja para poder trabalhar, agora, eu diria que o fato de estarem vinculados a uma das maiores instituições não governamentais do país, era o que possibilitava que seguissem trabalhando. Entretanto, a JUC, em 1967, já estava passando pelo maior ato interno de fechamento: a desestruturação de suas equipes regionais e nacional.

Mesmo com o recrudescimento do regime ditatorial, na medida em que a Igreja se confrontava com as divergências internas sobre o governo, os movimentos populares – especialmente os de juventude – tomavam a dianteira na luta contra ditadura.

Assim, entre os anos de 1964 e 1968, viu-se a JUC declinar de tendência relevante ao movimento estudantil à inexistência eclesial. Algumas possibilidades de compreensão tomam a frente. Mas destaca-se a crise com o episcopado. Ainda que em

³²⁴ SUPER INTERESSANTE. *Mito: “a Igreja apoiava a Ditadura Militar”*, HORTA, Maurício, abril de 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-a-igreja-apoiava-a-ditadura-militar>. Acessado em: 10 de outubro de 2021.

³²⁵ PUC-SP. *Do Golpe ao Congresso de Ibiúna*, Comissão da Verdade, PUC/SP; Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/movimento-estudantil-periodizacao-1964-68.html>. Acessado em: 05 de setembro de 2021.

³²⁶ *Ibidem*.

1968 a repressão e as manifestações tenham se tornado ainda mais intensas e relevante do ponto de vista histórico, a JUC, como movimento organizado, não existia mais. No entanto, a AP continuava organizada e passando por um momento de intensa transformação de seus ideais. Assim,

a partir de 1964 o movimento perde unidade e força, os militantes passam a viver tensões e conflitos de toda a ordem. Entre estes, e como um dos mais intensos é o conflito com a hierarquia eclesial, assim, no Conselho Nacional de 1967, a JUC não mais se considera movimento de Igreja, passa a ser simplesmente “um movimento de cristãos.”³²⁷

Apesar deste trabalho ter como objeto a JUC, penso que é fundamental entender que esse movimento tem sua história conectada a AP. Em especial porque seus principais líderes migram seus esforços para a Ação Popular. Portanto, para pensar os rumos que tomou a JUC, é preciso refletir sobre os caminhos que a AP assumiu diante do regime ditatorial. É curioso pensar que dois dos autores que comparei tem conclusões divergentes sobre a leitura que fazem do desdobramento do movimento. Para José Sanfelice a AP se perdera numa linha idealista;

Os ex- militantes da Ação Popular afirmam mesmo que a organização resvalou para defesa de um socialismo utópico, porque não conhecia doutrina “científica, marxista, do Estado”. Seu humanismo teria refletido a compreensão elementar que tinha da luta de classes, admitida, mas não assimilada, em suas leis. (...)

Na sua origem, portanto, a Ação Popular seria expressão típica de intelectualidade idealista, debatendo-se entre várias concepções, mas que sentia necessidade de transformações sociais, ou seja: uma organização democrático reformista, representativa da pequena burguesia radicalizada, composta fundamentalmente de estudantes ou outros intelectuais, mas também de operários e camponeses.³²⁸

Enquanto para Sanfelice está clara a ligação da AP com uma pequena burguesia e o desconhecimento e descompromisso do grupo com o pensamento marxista. Luiz Alberto Gómez de Souza, que foi militante da JUC e se envolveu nos primeiros anos da AP tem outra interpretação dos passos que foram dados durante o período posterior ao golpe:

Num primeiro momento, a contribuição do marxismo (indireta; ele será mais determinante no futuro). Este caminho de experimentação de teorização gradual é ao mesmo tempo a originalidade e aparente fragilidade do movimento, diante de outros grupos ideológicos que já

³²⁷ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 27.

³²⁸ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 71.

tem naquele momento soluções preparadas e tiradas o seu “baú de posições corretas”. Isso será motivo para que, mais tarde, em tempo de clandestinidade e repressão, num salto em direção oposta, vários de seus dirigentes, com complexo de inferioridade, procurem a tranquilidade das águas do dogmatismo e de uma clara ortodoxia leninista ou maoísta.³²⁹

A crítica feita por Gómez de Souza às lideranças está clara. Entretanto, há uma diferença de compreensão, entre os dois autores, que não posso deixar passar despercebida e que para mim explica parte da relevância desse trabalho. O estudo de Gómez é desenvolvido por alguém que estava completamente envolvido no processo histórico e, apesar do distanciamento e do método que o autor tenha dedicado à sua pesquisa, em alguns momentos sua interpretação fica marcada por sua trajetória pessoal. Por isso, no que diz respeito à interpretação de como a AP era entendida do ponto de vista da teorização ideológica, apesar de saber que na década de 1970, os remanescentes se coligarão a um partido com fundamentos maoístas, como aponta Marcelo Ridenti.³³⁰

Portanto, segundo Sanfelice, os

fundadores e militantes da AP em uma revisão crítica reconhecem que a hipotética terceira posição em que a organização disse situar-se, definindo-se pela consciência histórica como aquela que descobre para os homens o sentido de suas tarefas concretas, era uma postura idealista. Acreditam que, recusando a concepção marxista, a organização recusou, na verdade, apenas uma imagem que conhecia daquela proposta Por meio da propaganda anticomunista e de marxistas primários, segundo eles, aqueles que não compreendiam o papel ativo da consciência sobre os aspectos objetivos, a interação entre o fator objetivo e o subjetivo, e o retorno da consciência sobre o dado material. Apesar de uma opção pelo socialismo e pela socialização dos meios de produção, a postura idealista porém, tinha impedido a Ação Popular de ver o socialismo como resultado da luta da classe operária à frente das outras classes exploradas e oprimidas. A organização teria admitido em tese, mas criticado em essência, o tipo de estado necessário à construção do socialismo, ou seja, a ditadura do proletariado.(...)
Enfim, apesar de algumas formulações avançadas, teria predominado na Ação Popular uma linha reformista sem uma estratégia claramente delineada. Estava-se longe da ideia de um partido proletário para direção do processo revolucionário.³³¹

O final que teve a AP como movimento não significa que tenha alcançado a maioria dos militantes que estavam ligados ao início da organização. Ao contrário, apenas um pequeno grupo travou essa trajetória. Alguns militantes voltaram seus

³²⁹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 200.

³³⁰ RIDENTI, Ridenti. *O romantismo revolucionário da...* Op. cit.

³³¹ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 71.

esforços para a Igreja, outros se ligaram a luta armada em diferentes caminhos. No geral, os militantes que haviam se formado pela JUC, acostumados à formação humanística, iam escolhendo seus diferentes campos de luta.

“Após 1964, quando a maioria dos líderes da AP aderiu a várias posições marxistas. A história da AP após o golpe foi trágica, como também foi a história da maior parte da esquerda brasileira. O movimento tornou-se clandestino logo depois do golpe devido a repressão. Por fim, passou por uma rápida radicalização que levou o marxismo e a participação na luta armada. Como outras facções de esquerda, a AP sofreu uma série de lutas e divisões internas. Reduzido a um pequeno partido maoísta, em 1973, a AP decidiu dissolver-se e unir-se ao PC do B. Ao longo desse trajeto, abandonou suas origens cristãs, e, nesse processo, deixou de ter influência dentro da Igreja.³³²

Ao final de 1968, o AI-5 acabou com os movimentos populares, as reuniões e organizações. Antes mesmo disso, vários estudantes já haviam desaparecido, morrido, sido presos, torturados e, ou exilados. Assim, segundo Gómez de Souza,

os dirigentes estudantis vão participar a partir desses anos em movimentos políticos clandestinos, vários irão para a prisão ou o exílio. Somente 10 anos depois, em maio de 1979, teve lugar em Salvador, o XXXI Congresso da UNE reabrindo-se assim a sua história.³³³

3.3- A JUC remanescente: alienação ou missão apostólica?

O surgimento da AP mudou os rumos que a JUC passou a ter no cenário nacional, em especial no que dizia respeito ao movimento estudantil. Segundo Sanfelice,

o surgimento da Ação Popular, entretanto, não significou o desaparecimento imediato da JUC, mais o seu papel no movimento estudantil estava esgotado. De início, foram muitos os universitários que passaram a ter atuação nas duas organizações e, embora a AP contasse com um grande número de cristãos nas suas fileiras, ela mesma não era confessional, nem restrita a cristãos.³³⁴

Portanto, a Equipe Nacional da JUC pode voltar seus esforços para apropriar organização e para a representação de movimentos na América Latina. Cabe ressaltar que seus principais líderes estavam envolvidos com a AP, mas que para além desse movimento muitos outros aconteciam. Aqui, a partir do subtítulo, pretendo esclarecer

³³² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 87.

³³³ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 85.

³³⁴ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil... Op. cit.*, p. 68.

que não considero a escolha dos membros da JUC que voltaram suas forças para as bases, como “alienada”. A partir da década de 1970, percebeu-se que trabalho de base é aquele capaz de propor mudanças mais permanentes:

Os movimentos da esquerda católica no Brasil constituíram um exemplo eminente da mudança vinda de baixo. Iniciaram-se como grupos patrocinados, efetivamente controlados pela hierarquia. Porém, diversos movimentos da Ação Católica desenvolveram uma crescente autonomia frente a hierarquia e tiveram sérios conflitos com as autoridades da Igreja. Marginalizada pelo regime militar e pelos conservadores eclesiais, a esquerda católica não obstante desempenhou um papel significativo na transformação da Igreja.³³⁵

Apesar da autonomia que os movimentos da AC tinham, isso não acontecia no que dizia respeito à Equipe Nacional. O serviço prestado como coordenação era tido como um poder que se originava na figura dos pastores, e sendo assim, esse serviço era um apostolado ligado diretamente à hierarquia. Nesse sentido, os bispos, a partir do momento que perceberam que não teriam ingerência sobre a AP, prepararam indicativos de como os militantes da JUC e da JEC deveriam agir frente ao movimento. Segundo Gómez de Souza,

A AP, para os bispos, por sua orientação naturalista não representa o pensamento cristão autêntico. Por essa razão ele inoportuna participação nela dos estudantes da JEC secundária. No que se refere a JUC o movimento poderia aceitar a participação dos seus membros em duas circunstâncias: a) a de um elemento com vocação para atividade dessa natureza e bem-informado; b) a de entrar com a intenção de modificar substancialmente a Ação Popular para uma linha cristã autêntica. Fala-se uma vez mais da fidelidade à Doutrina Social da Igreja e se insiste no contato frequente e filial com os bispos.³³⁶

Pensar o encerramento das atividades da JUC é discutir sobre duas vertentes de Atos de fechamento. Os internos, dirigidos pela cúpula da Igreja Católica. E os externos, oriundos de uma ditadura civil-militar que colocava os estudantes como inimigos a serem combatidos.

No que diz respeito ao diálogo com o episcopado e à necessidade de estar ligado filialmente aos bispos, os movimentos ligados à Ação Católica tinham essa instrução desde sua fundação. O poder que os leigos passavam a ter de representação, por exemplo, emanava do episcopado. Era um mandato a ser exercido.

³³⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 92.

³³⁶ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 209.

La Acción católica como tal no surge em la Iglesia por generación espontánea iniciativa privada, es un organismo de Iglesia creado por quien tiene la responsabilidad primera de la obra de la Iglesia. Como ella, tiene una misión de evangelización y santificación y una misión de animación de lo temporal. (...). Los miembros de ACU colaboran así em la obra pastoral del O bispo quién les confía mandato, la cristianización del ambiente universitario.³³⁷

Retomo aqui, portanto, os conflitos com a cúpula da Igreja Católica. E dedicarei mais algumas reflexões, indicando mais alguns nomes ligados à hierarquia que devem ser pensados para esse movimento de compreensão. Cabe considerar que a vitória da presidência da CNBB pelos bispos mais conservadores, ainda em 1964, vai dificultar a influência da hierarquia sobre os acontecimentos que alcançariam os leigos e até parte do clero católico, no pós-golpe. Apesar da cúpula ser conservadora, nas suas dioceses os bispos tinham alguma liberdade e tomavam diferentes posturas. Isso pode soar como uma vantagem ou uma desvantagem. Esse poder local, “da Diocese a Roma”, permitiu que mesmo diante da nova presidência, bispos como Dom Waldir, na Diocese de Volta Redonda, abrigasse militantes da JOC dentro de casa;³³⁸ ao mesmo tempo em que Dom Agnelo Rossi negasse que estivesse havendo tortura. Só em outubro de 1970, quando o DOI-Codi consegue, numa operação (no mínimo) “desastrosa”, prender (ao mesmo tempo) o reitor da PUC, o provincial dos Jesuítas e o Secretário Geral da CNBB,³³⁹ a instituição vem com todo seu poder (moral e internacional) ao confronto com a ditadura civil-militar. Em três dias, o papa interfere, Dom Agnelo é afastado e Dom Paulo Evaristo Arns assume a arquidiocese de São Paulo. A CNBB volta a responsabilidade dos progressistas. Lamentavelmente essas mudanças chegam tarde para a JUC, que já havia se desfeito desde o final de 1966. Até que se chegue a 1970, os leigos da Ação Católica ficaram sob o mandato de Dom Vicente Scherer. Segundo Gómez de Souza,

para planejar o trabalho pastoral na universidade era necessário um diálogo com as autoridades eclesiais, mas esse diálogo já era tenso antes de abril de 1964. Ele irá se tornando cada vez mais difícil e, nos últimos anos, movimento será absorvido pela problemática das tensões internas dentro da igreja. (...)A partir de 1964 ocorreram profundas mudanças na cúpula da Igreja. Durante as sessões do Concílio de Roma, Dom Helder Câmara, na ocasião já bispo de Olinda e Recife,

³³⁷ MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. Secretariado Latino Americano, 1964, p. 37 e 38.

³³⁸ ESTEVEZ, Alejandra. *Projetos Católicos e Movimentos... Op. cit.*

³³⁹ SUPER INTERESSANTE. *Mito: “a Igreja apoiava a Ditadura Militar”*, HORTA, Maurício, abril de 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-a-igreja-apoiava-a-ditadura-militar>. Acessado em: 10 de outubro de 2021.

não foi reconduzido à Secretaria Geral da CNBB. Para Comissão de Apostolado dos Leigos foi eleito o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer.³⁴⁰

Dom Vicente Scherer compunha a ala mais conservadora da Igreja. E, depois de ter Dom Helder como Secretário Geral, a JUC teve dificuldades em manter o diálogo com Dom Vicente. Em especial, depois que em 1965, ele propunha desarticular a Equipe Nacional e fortalecer o poder das Igrejas locais, indo num movimento contrário, inclusive a experiência sinodal que foi o Concílio Vaticano II.

Em junho de 1966 (Dom Vicente Scherer) comunica que “em vista do auspicioso desenvolvimento dos vários secretariados regionais da CNBB... estruturar-se-á a ACB de maneira que as suas coordenações regionais, em ótima colaboração com as respectivas autoridades diocesanas e regionais, assumam responsabilidade principal da orientação e das iniciativas dos movimentos”. As equipes nacionais serão informadas do resultado da reunião somente através de uma emissão da “Voz do Pastor” de Dom Vicente pela rádio, publicada pelo Correio do Povo, em Porto Alegre.³⁴¹

Os Jucistas não concordam com o fim da coordenação nacional e, portanto, não se reconhece como ação Católica e pretendem levar o movimento sem autorização da hierarquia. Diante dessa postura, o responsável pelo apostolado dos Leigos responde que:

os que assim não entenderem, separaram-se e devem considerar-se desligados da Juventude Universitária Católica; já não poderão contar com o apoio, a assistência e a proteção todos especiais que Igreja tem dispensado às organizações e movimentos fiéis ao espírito e ao programa da Ação Católica.³⁴²

Diante dessa “quase” ameaça, tendo em vista os atos externos de fechamento e a forte perseguição que os líderes vinham sofrendo, a JUC resolve ser resistência também aos atos internos de fechamento. A partir de então, a Equipe Nacional da JUC, não se reconhece como ação Católica, “eles se afirmam então como movimento de apostolado de leigos”.³⁴³ Assim,

em consequência de tudo isso, diz a equipe, mesmo se os membros do movimento não vão empregar mais o nome de JUC, é preciso continuar com o trabalho de coordenação. Advertem que a autonomia

³⁴⁰ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes... Op. cit.*, p. 221.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 227.

³⁴² *Ibidem*, p. 229.

³⁴³ *Ibidem*, p. 230.

e a opção do movimento exigem a cooperação de todos, desde a responsabilidade de subsistência material até responsabilidade nossas ações com todas as suas consequências, na luta pela humanização do povo brasileiro. Dom Vicente tinha retirado “o apoio, a assistência e a proteção especiais”. Até aquele momento a AC era ajudada pela CNBB na subsistência de seus “permanentes”. Mas havia uma outra proteção, que era ainda mais necessária nesse momento, em face de um estado autoritário que logo, nos tempos de AI 5, endureceria ainda mais suas intervenções.³⁴⁴

Scott Mainwaring nos ajuda na teorização desse conflito que leva a “última crise” da JUC. O autor recorda que, para a Igreja, toda a autoridade formal é dada pelos bispos. Se até aquele momento a JUC pode agir como tinha agido, é porque de alguma forma estava sendo autorizada por um conjunto de bispos que defendiam suas posturas. E que o continuarão fazendo, ainda que de forma menos evidente do que quando estavam a frente da ACN, ou da própria CNBB. Segundo Mainwaring,

o Choque da esquerda católica com os bispos era provavelmente inevitável em face das notáveis diferenças políticas e religiosas, mas também limitava o peso da esquerda católica porque toda a autoridade formal da igreja é detida pelos bispos (...) somente quando a hierarquia aceita e legítima a mudança é que ela efetivamente pode se institucionalizar.³⁴⁵

A partir dessa decisão de rompimento com a hierarquia eclesial, a JUC perde seus benefícios materiais e imateriais. Soma-se a isso, o fato das grandes lideranças estarem envolvidas ou com o movimento estudantil e a AP, ou a serviço das organizações internacionais. Assim, “sem seus dirigentes e um plano nacional ou quando existentes sem muitas condições de trabalho de coordenação, os militantes começam a viver experiências dispersas e isoladas, sem condições de colocá-las em comum no sentido de revê-la e redefini-las”.³⁴⁶

Considero que aqui cabe uma análise atenciosa do depoimento do Assistente da JEC Internacional, Padre Luiz Gonzaga de Sena, que antes do golpe civil-militar atuava como assistente da JEC de Recife:

Na JUC, sobretudo a partir dos anos 60, as questões muitas vezes vieram do conteúdo das opções políticas que os militantes faziam dentro de seu engajamento pessoal e que eram consideradas pouco ou não ortodoxas. Frequentemente os serviços de coordenação do Movimento eram responsabilizados por essas opções.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 231.

³⁴⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 95.

³⁴⁶ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 24.

A questão da coordenação aparece claramente no episódio da “última crise” da ACB e da JUC, que levou a extinção desta, como movimento nacional, em 1966. Embora os historiadores possam apresentar como tela de fundo desse último episódio uma controvérsia sobre a natureza do movimento, o “mal estar” (queixas e desconfiança) que muitos prelados manifestaram nas reuniões de Roma (1965) insistiam na politização e no papel da equipe nacional.

Na realidade, qualquer que tenha sido sua verdadeira razão, a crise primeiro tomou a forma de uma divergência pouco explícita e ambígua sobre a natureza da coordenação do Movimento, mesmo que a questão da natureza da AC tivesse aparecido algumas vezes no decorrer dos debates.

A crise representou um momento doloroso para os que a viveram, pois teve lugar nos tristes anos da opressão militar, quando havia mais necessidade de uma presença cristã nos meios sociais de referência, no momento em que os militantes estavam sendo caluniados e perseguidos – alguns deles foram assassinados – e no período imediatamente após o Concílio Vaticano II, que tinha suscitado tanta esperança para as pessoas que viviam seu apostolado.

Este primeiro caminho tomado pela crise repousava numa ambiguidade que tinha suas raízes numa habitual tendência a “clericalizar” os instrumentos de coordenação do Movimento e, muitas vezes, o próprio militante. Ora, essa tendência nunca chegou a encontrar eco dentro no Movimento da JUC do Brasil.³⁴⁷

O depoimento de Luiz Sena nos coloca numa perspectiva mais próxima do sentido que a “última crise” teve para seus atores: clero e jovens. Nesse momento de intensa repressão, muitos jovens se sentiram abandonados e deixaram a Igreja, e até mesmo sua caminhada religiosa. E ainda que alguns bispos, em suas dioceses, estivessem tomando atitudes de proteção aos leigos católicos, faltou uma atitude como instituição e como cúpula. Aqui não se trata de uma opinião pessoal. A própria CNBB, em texto sobre os 50 anos do Golpe assume, em Declaração sobre “Tempos Novos” que “alguns setores da Igreja”, apoiaram o golpe. Ela mesma o fez como instituição.³⁴⁸

Mas considero que, ainda que essa tenha sido a principal razão para o fim oficial da JUC, que aconteceu mesmo antes do AI5, retomo a reflexão de Luiz Alberto Gómez de Souza:

Entretanto, não podemos contentar-nos com estes argumentos de ordem pessoal. Devemos colocar os problemas dos anos de 1965 e 1966, os primeiros do governo militar, quando o Estado não via com bons olhos a existência, na sociedade civil, de estruturas nacionais com certa autonomia. Os sindicatos estavam praticamente amordaçados, algumas outras associações sobreviviam, mas a nível local (...). O aparelho da sociedade política procurava impor sua mão

³⁴⁷ SENA, Luiz Gonzaga de. *A Juventude Universitária...* *Op. cit.*, p. 33 e 34.

³⁴⁸ CNBB. Declaração por Tempos novos com Liberdade e Democracia. 2014. Brasília. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia>. Acessado em: 05 de setembro de 2021.

forte na sociedade civil. Ora a Igreja Católica já colocava, mesmo potencialmente, um problema com seus próprios aparelhos de poder internos e sua rede nacional e ligações internacionais.³⁴⁹

E parte da Igreja realmente representava um problema. Afinal, não eram só os leigos que estavam envolvidos com as causas populares. Bispos, padres, religiosos também se envolviam com a luta popular em diferentes áreas de atuação, do campesinato aos sindicatos, chegando inclusive a participar de ações junto a grupos ligados a Carlos Marighella. Se sobre os leigos a “nova CNBB” exigia intervenção, ela não aceitaria bem a intervenção dos militares.

Mas a Igreja não tem a hierarquia dos militares. Apesar da cúpula conservadora, os progressistas eram livres para agir em suas dioceses e paróquias. Religiosos protegiam grupos de esquerda, inclusive armados. Em julho de 1967, a polícia deteve 11 padres do mosteiro de Vinhedo, SP, por abrigarem um Congresso clandestino da UNE. Em novembro, o bispo de Volta Redonda, RJ, teve a casa invadida por abrigar militantes da JOC.

Embora conservadora, a CNBB ficou do lado dos religiosos nos dois casos. Afinal, a ditadura considerava um padre esquerdista apenas um esquerdista. Já para a Igreja, era apenas um padre, e a CNBB não aceitaria militar algum interferindo em seu clero.³⁵⁰

As intervenções são inúmeras e os conflitos entre Igreja e ditadura só vão se intensificando nos anos seguintes. Ainda que a JUC não existisse mais formalmente, a AP e o que restou do Movimento estudantil, em 1968, se uni nas passeatas dos 100 mil. Antes mesmo disso, os padres se viram obrigados a, literalmente, servirem de cordão de isolamento a fim de proteger o povo na saída de uma missa. A cena ficou eternizada entre cristãos e ateus. E, ainda que a JUC como movimento organizado não estivesse mais lá, seus militantes estavam. E diante de tanta repressão a Igreja curis ia tomando o protagonismo que havia contribuído para que fosse retirado dos leigos. Assim,

também a Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro divulgou um longo manifesto protestando contra as violências ocorridas por ocasião da missa de 7º dia da morte do estudante, assinando o documento pelos celebrantes da missa, D José Alberto de Castro Pinto, vigário geral da arquidiocese e o padre Vicente M Adamo, presidente da Associação das Escolas Católicas (...) Em solidariedade e fazendo análise dos acontecimentos, 64 religiosos produziram um outro manifesto (...) na prática, uma aliança dos padres progressistas com movimento

³⁴⁹ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* *Op. cit.*, p. 225.

³⁵⁰ SUPER INTERESSANTE. Mito: “a Igreja apoiava a Ditadura Militar”, HORTA, Maurício, abril de 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-a-igreja-apoiava-a-ditadura-militar/>. Acessado em; 10 de outubro de 2021

estudantil. O choque de padres, freiras, diáconos e alguns bispos com o regime se multiplicaram. A alta hierarquia eclesiástica e a cúpula do Governo se esforçavam para evitar o confronto aberto, mas, por muitas ocasiões nos mais diferentes locais, documentos e declarações de religiosos contestaram também a política econômica e social do governo. Representantes do governo, por sua vez, retrucavam acusando os religiosos de subversivos e aliados dos comunistas. No confronto que se delineou, não foram raros os aprisionamentos de membros da igreja e a expulsão de alguns deles do Brasil.³⁵¹

Assim, José Luiz Sigrist afirma que “foge de todo o intuito deste trabalho a discussão em torno do problema de saber se o itinerário aqui descrito foi percorrido por todos os militantes da JUC ou apenas por uma liderança mais participante e mais lúcida”.³⁵² Destaco esse trecho. Apesar de ser uma explicação dada a uma outra pesquisa, me encontrei diante de situação deveras semelhante. Não será possível afirmar que todos os envolvidos seguiram por essa ou aquela vertente. O que se faz é uma aproximação por grupos. Durante as pesquisas, (ainda que inúmeras vezes tenha tentado encontrar fontes seguras sobre números aproximados, ao menos, dos estudantes envolvidos com a JUC), ainda não foi possível mensurar essa quantidade, que aqui não interessa pela quantidade em si, mas para que diante dela se possa estipular as diferentes tendências que dividiram o movimento a partir de 1964. Outra dificuldade encontrada no pós-golpe foi achar nomes completos e referências mais assertivas acerca de seus líderes. Apesar do esforço feito nessa direção, nenhum documento dos que encontrei traziam referências completas. Os nomes que trarei a seguir saíram de relatos em entrevistas, notícias de jornais, ou da bibliografia que já tínhamos sobre a JUC.

A Circular nº 1, da JUC, de 1966, é um dos poucos documentos assinados depois do golpe de 64.³⁵³ Ainda assim, não constam sobrenome, nem referências mais claras sobre os militantes. Essa prática do uso dos primeiros nomes apenas, se dá mesmo nos períodos anteriores, deixando a impressão que os relatórios eram feitos para pessoas que se conheciam, e sem um desejo de manutenção do arquivo histórico. Cabe aqui algumas possíveis reflexões. Primeiro que, diante da prática do serviço apostólico, talvez se buscasse não gerar, sobre as pessoas que estavam na militância, uma prática de enaltecimento do indivíduo. Ainda assim, nos anos anteriores à ditadura é comum encontrar referências nominais, e por vezes nominais completas. O que se perde em fragmentos ainda não claros no período entre 1964 e 1967. Na Circular citada (anexo 9)

³⁵¹ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 164.

³⁵² SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil...* Op. cit., p. 11.

³⁵³ Anexo 9 – Circular JUC, nº 1 – 1966, p. 2.

o que se encontra são os nomes e, (o que eu acredito ser) uma referência aos cursos e universidades dos militantes: José Fernando (Arqu. UB – o que imagino ser Arquitetura na Universidade de Brasília), Marco Antonio (EPUC – que pode ser Educação, na PUC), Gil (Med. UEG – Medicina na Universidade Estadual de Goiás), Alexandre (Med. UB – Medicina na Universidade de Brasília).

Outros nomes ainda aparecem nas obras pesquisadas. E aqui, para além do período estudado, fui deixando a lista de nomes aumentar a fim de garantir que outras pesquisas pudessem acontecer voltadas então para essas pessoas e suas trajetórias: “Antônio Figueira Filho, presidente da UME, José Tinoco de Albuquerque, presidente da UEE de Pernambuco, Ronaldo Antônio Botelho, presidente da UEE do Paraná e Elcio Spinola de Castro, da UEE de Minas Gerais”.³⁵⁴ Além de “Geraldo Barroul, da JUC de São Paulo, Fernanda de Moraes Sarmiento, estudante no Canadá, Miriam Graça, da JUCF do Rio”.³⁵⁵

Esses militantes são considerados nomes-chaves ainda no processo de organização de uma Juventude Universitária Católica, já que são nomes de 1948. Além deles, outros nomes se colocam na “pré-história” da JUC: Fernanda Sarmiento fez parte da coordenação Nacional com Violeta Arraes de Alencar, Candido Antônio Mendes de Almeida e Célia de Oliveira Borja. A evolução política e intelectual tão diversa desses dirigentes nos anos seguintes é talvez significativa das imprecisões do movimento nessa época.³⁵⁶

Na obra de Luiz Alberto Gómez, inúmeros nomes vão se descortinando durante a revisão feita. Escolhi destacar alguns que ainda não haviam aparecido de forma direta nessa pesquisa: Antônio Otávio Cintra, Domingos Velasco, Oliveiros Guanias, e Almerly Bezerra.³⁵⁷

Na obra de Sanfelice aparecem: Luis Travasso (UEE/SP), José Carlos Mata Machado (MG), José Carlos Moreira (PE), Luis Hall Machado (RJ) e Altino Dantas Junior.³⁵⁸

A JUC já não existia mais desde 1967, quando passou a se considerar um movimento de Cristãos. Mas as lideranças se uniram até 1968, quando se realizou, no mês de julho, “o último encontro nacional, (não mais Conselho Nacional) das “equipes

³⁵⁴ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 85.

³⁵⁵ SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes...* Op. cit., p. 97.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 89.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 154

³⁵⁸ SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil...* Op. cit., p. 125.

de cristãos” que tinham pertencido a JUC. A troca de experiências evidenciou a inviabilidade dessa nova experiência”.³⁵⁹ Assim,

A experiência da esquerda católica também revela os limites da nova autonomia permitida aos grupos leigos. No final das contas, a hierarquia obrigou a JUC e o MEB a escolher entre uma orientação mais cautelosa e o abandono da igreja. Porém, a essa altura, a esquerda católica já havia influenciado profundamente toda uma geração de jovens.

Outra contribuição decisiva da esquerda católica foi modificar o conceito tradicional de laicato. Nenhuma experiência contribuiu tanto para indicar a competência dos leigos como Ação Católica Brasileira.³⁶⁰

A JUC acabou. Entretanto, junto a outros movimentos de esquerda católica, deixou diante da sua história um legado que não pode assistir como movimento instituído. A Igreja da América Latina construiu sua própria teologia, os movimentos de base se fortaleceram nas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs). Nas Pastorais sociais, os jovens católicos observaram o surgimento das Pastorais da Juventude (herdeiros diretos da ACE e de seu AEIOU) e os leigos, seus diversos movimentos, sindicatos, MST, MTST, CIMI, entre outros, essenciais para o processo de redemocratização do Brasil. A história da JUC acabava aí, mas a juventude católica no Brasil e na América Latina ainda teriam muitos outros caminhos a serem trilhados na luta pela justiça social, o compromisso do cristão comprometido com o mundo.

³⁵⁹ SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil... Op. cit.*, p. 25.

³⁶⁰ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica... Op. cit.*, p. 93.

CONCLUSÃO:

Desenvolver uma pesquisa sobre um movimento social-religioso, cujo recorte temporal se deu nos primeiros anos de um regime autoritário, num cenário atual de retrocessos e de “revisão negacionista”, já seria difícil em situações normais. Enfrentei, desde seu início, porém, algumas situações que impuseram à pesquisa uma dificuldade ainda maior. Parte do acervo que eu gostaria de pesquisar deveria ser encontrado na sede da CNBB. Entretanto, a biblioteca onde a documentação está depositada entrou em obra. E, apesar da tentativa e do pedido de alguns bispos, não consegui acesso às fontes que estariam lá. Sendo assim, buscamos outras instituições que poderiam ter parte do acervo. Encontramos importantes referências na PUC-SP, que se mostrou solícita à pesquisa. Contudo, a primeira visita para a pesquisa local foi agendada para a semana de 20 de abril de 2020. Um mês antes, diante do cenário de pandemia, todas as atividades presenciais foram proibidas, impedindo o acesso ao acervo da instituição. Depois de inúmeras tentativas, o que foi possível foi o envio de todo o material digitalizado, muito menos do que intencionava de ter acesso, uma vez que boa parte do acervo não está disponível digitalmente.

Sendo assim, inicio a conclusão sobre esse trabalho na certeza de que ele não está concluído como gostaria. Algumas das conclusões puderam ser fechadas, mas ainda restou a necessidade de aprofundar o estudo nas fontes que gostaríamos de ter à disposição.

A JUC foi um importante movimento para a construção da identidade do movimento estudantil brasileiro e suas lideranças marcaram anos decisivos para a história do movimento nacional. Alguns nomes encontrados já comprovam isso e se repetem no cenário político brasileiro, anos a frente, com a redemocratização.

Os métodos aprofundados pela experiência de movimento laico brasileiro deram origem a diferentes experiências sociais e religiosas que foram protagonistas de outros momentos da história do Brasil. Sobre isso também seria interessante estudar as experiências posteriores de organização da juventude. Inclusive, buscando entender porque não alcançaram o mesmo impacto que a JUC na década de 1960. A partir de 1972, a Igreja Católica começou a organizar a Pastoral da Juventude, e a partir de 1978, deu-se início a uma organização que “repetia” o modelo belga de especificidade dos meios, fundando a Pastoral da Juventude do Meio Popular e, na década de 1980, a

Pastoral da Juventude Estudantil, a Pastoral da Juventude Rural e a Pastoral da Juventude Universitária. Repetindo, inclusive o modelo de A-E-I-O-U, que foi vivenciado pela Ação Católica Brasileira.

Sendo assim, a JUC, como movimento social-religioso, além do impacto na esfera política e social do movimento estudantil, também deixou raízes no interior da Igreja brasileira. Seus militantes e assistentes eclesiais mantiveram-se estudando e ainda que não organizados num movimento específico, seguiram exercendo suas militâncias em diferentes espaços.

Concluo, depois de quase três anos de pesquisa sobre a temática, que a JUC foi mesmo um “vendaval sem precedentes” para a história da juventude brasileira. Ainda que esse vendaval não tenha sido percebido por toda a juventude, como nenhum movimento de juventude será, ela marcou definitivamente a história pessoal de seus militantes e a história dos movimentos sociais de estudantes universitários e de jovens católicos no Brasil e na América Latina.

Algumas lacunas que considerava abertas na história da JUC consegui verificar a partir dessa pesquisa. Para o movimento, mais que a influência do AI-5, os “atos de fechamento” da cúpula da Igreja foram definitivos para dar fim à história da JUC. O encerramento da Equipe Nacional e a retirada de recursos que eram destinados à manutenção do movimento (materiais e imateriais) foram definitivos para o fim das estruturas e da experiência em si. Contudo, entendo que, provavelmente, se não se acabasse assim, a experiência teria se encerrado, como os demais movimentos sociais, em 1968.

A segunda questão que se tentamos desenvolver desde o início da pesquisa, a saber, os caminhos que seus líderes foram tomando nos anos seguintes ao movimento, ainda merecem mais investigações. Entendo que esses caminhos foram múltiplos e diversos. Alguns líderes deixaram a via religiosa de atuação e se ligaram a uma militância política e, também por vezes partidária, desconectada de qualquer dimensão religiosa, enquanto outros permaneceram em processos vocacionais, chegando a vivenciarem, até os dias atuais, suas vocações como religiosos.

A mim, duas questões ainda apontam para a necessidade de mais aprofundamento. Onde estão as histórias e relatos da Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF)? E, também, o levantamento de mais nomes referentes ao período. No caso da JUCF, minhas perguntas começaram quando, na ausência das fontes que esperava pesquisar, fui buscando outras fontes e me deparei com um acervo referente as

cartas de Dom Helder Câmara para o grupo de Jucistas do Rio de Janeiro e de Recife. Nessas cartas a maioria dos nomes são femininos. O que demonstra que existiam muitas líderes do movimento que eram mulheres. Não consegui saber se elas também foram presas no “arrastão da AP”, ou o que teria acontecido com elas nos anos seguintes. Até aqui esse tema segue como uma questão a ser melhor investigada. Ao olharmos para os anos anteriores a 1964, os nomes das mulheres que exerciam cargos de liderança apareciam, ainda que poucos e discretos. Mas, a partir de 1964, não encontrei mais esses nomes. As cartas de Dom Helder indicam que elas permaneceram na militância, mas em que espaços e quem eram, ainda é um importante questionamento.

Outra importante questão para dar continuidade a esse trabalho é como as Pastorais da Juventude do Brasil conseguiram retomar, ainda na década de 1970, o espaço de militância dentro da Igreja. E, mais que isso, como esses movimentos influenciaram no processo de redemocratização. Afirmo isso por entender que a diferença entre “igreja cúpula” e “igreja base” ainda merece estudos mais detalhados para a compreensão de seus impactos no cenário histórico do Brasil.

Durante as pesquisas me deparei com algumas descobertas que, entendo, mereciam um maior aprofundamento.

Sabe-se que grupos de universitários católicos se reuniam na zona sul do Rio de Janeiro, no Colégio Santo Inácio, para o “Café da Tarde”, durante os anos de 1974 a 1978. Sabe-se, ainda, que em 1974 aconteceu uma grande caminhada organizada por esses jovens, motivados pelo tema da Campanha da Fraternidade – “onde está o teu irmão?”. Percebe-se, aqui, a estratégia da Igreja Cúpula (já que o tema da campanha da fraternidade é escolhido pelos bispos) e da Igreja base (que é quem promove as ações da Campanha da Fraternidade), num cenário nacional de “anos de chumbo”. Se a Igreja cúpula apoiou o golpe civil-militar em 1964, explico apenas que chamo aqui de Igreja cúpula os bispos que estavam à frente da CNBB naquele período. A partir de 1968, a separação interna da cúpula já era mais evidente e, a partir de 1970, a igreja base e cúpula começam uma grande campanha contrária à ditadura civil-militar. A que se considerar sempre a figura de bispos que se colocaram numa postura mais “conciliadora”, que eu prefiro chamar de conservadora, por entender que se trata de uma postura que adotavam para todas as decisões, não somente para lidar com a ditadura.

Com tudo isso, concluo que as diferenças entre as forças que disputaram o Concílio Vaticano II, e que posteriormente continuaram disputando o cenário eclesial católico (conservadores e progressistas), fizeram-se notáveis no cenário de exceção da

América Latina e que ainda que façamos muitos estudos a fim de encontrarmos uma versão que explique os posicionamentos. Ela só aparecerá quando formos capazes de assumir que não existiu diante do golpe e do período democrático uma postura de conformismo.

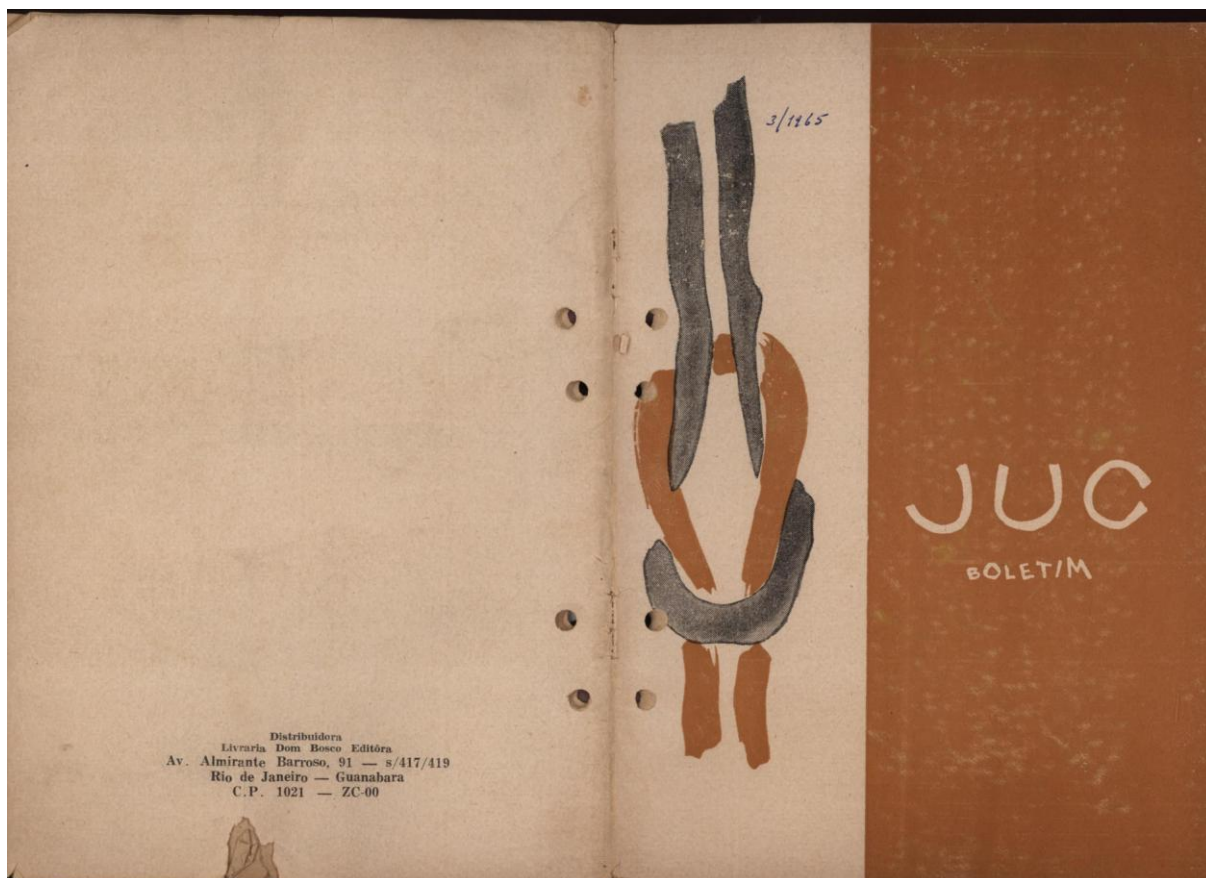
O que é possível afirmar é que a JUC estava claramente posicionada ao lado da esquerda católica, dos progressistas, daqueles que se colocaram corajosamente contrários ao status quo anterior ao golpe e posteriormente, contrários ao golpe e à ditadura.

ANEXOS:

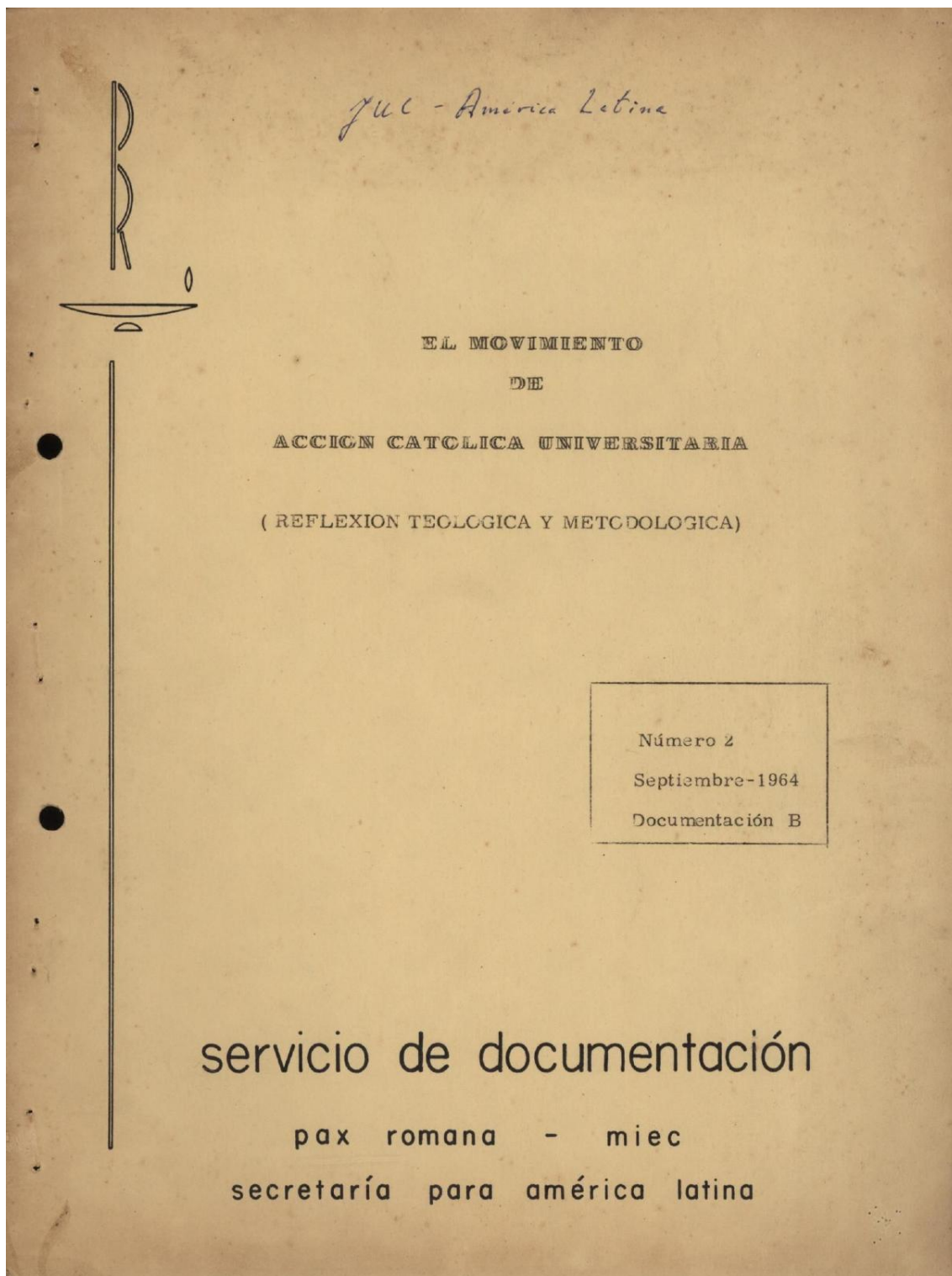
ANEXO 1- BOLETIM 10 ANOS DE JUC



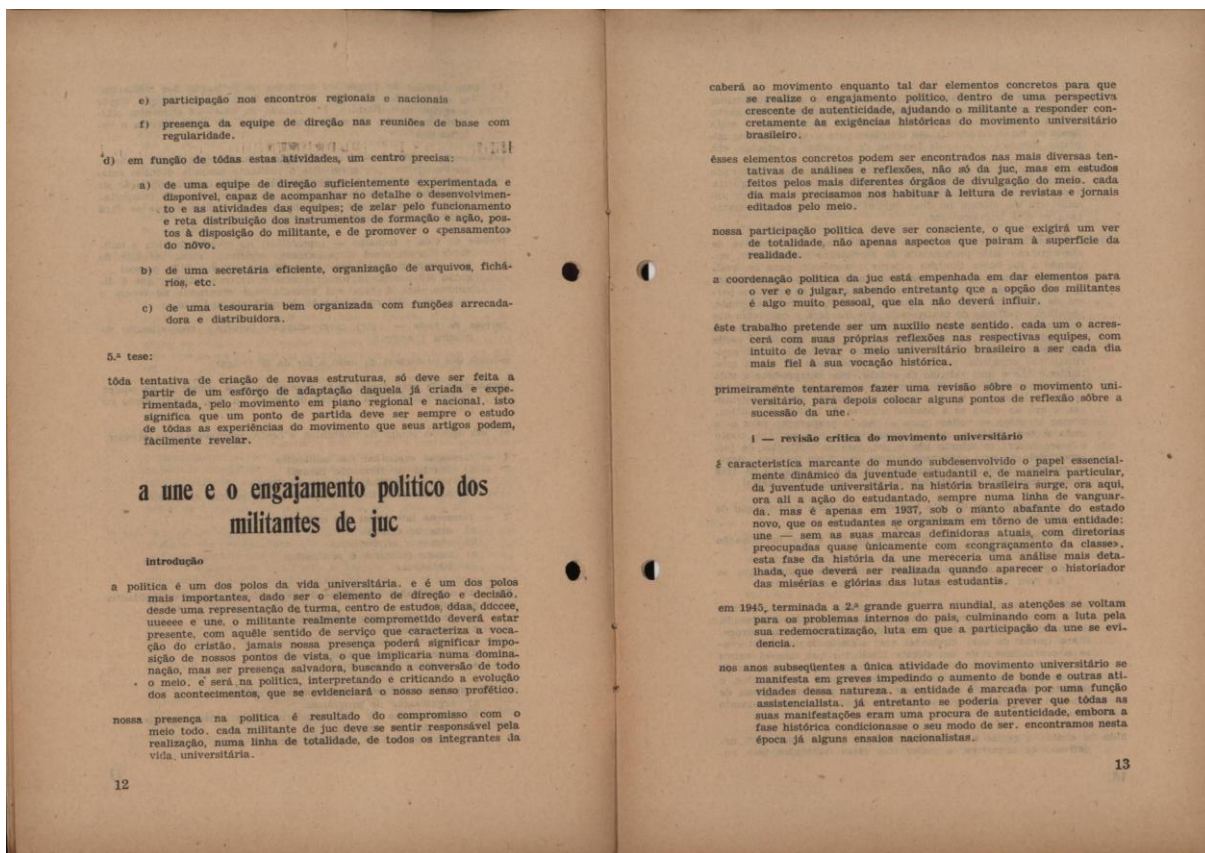
ANEXO 2- BOLETIM DA JUC Nº 3 (1965)



ANEXO 3- EL MOVIMIENTO DE ACCION CATOLICA UNIVERSITARIA



ANEXO 4- RELATÓRIO REFERENTE À JUC NA UNE



ANEXO 5- RELATÓRIO DO XXVII CONUNE E CELAM (1965)

RESOLUÇÃO DO XXVII CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES

25 a 30 de julho de 1965 - São Paulo - SP

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE PROBLEMAS NACIONAIS

Deliberou-se discutir entre os problemas referentes a essa comissão, o seguinte esquema:

1. Introdução: Visão global da situação nacional
 - a. Histórico a partir de 1º de abril
 - b. Situação atual - política econômico-financeira
2. Lei Suplicy:
 - a. Análise da lei dentro do processo geral
 - b. Sentido objetivo da lei.
3. Atitudes do movimento universitário:
 - a. Diante da situação geral
 - b. Diante do problema específico da lei.

Com a instauração do golpe político militar de abril, que veio interromper todo um processo de democratização, teve início um regime de cerceamento das liberdades individuais e constitucionais que se instaurou silenciando e subjugando com facilidade as lideranças do momento, devido à alienação das mesmas para com suas bases e a posição conciliatória então mantida entre as lideranças democrático-populares e a burguesia nacional.

Essa política de cerceamento das liberdades constitucionais que expõe o caráter classista do regime vigente, passou a ser manifesta pelo governo, através de medidas atentatórias à soberania nacional e aos interesses do povo brasileiro, como sejam:

- a. Lei de remessa de lucros
- b. Política de minérios do governo
- c. Levantamento aerofotogramétrico
- d. Tentativa de internacionalização da Amazônia
- e. Sanção governamental do acordo de garantias de investimento do capital estrangeiro.
- f. Acordo MEC-USAID

Em no mesmo plano se enquadram:

- a. Lei das inelegibilidades
- b. Lei dos sindicatos
- c. Anulação da tentativa de uma nova estrutura agrária
- d. Lei Suplicy, entre outras

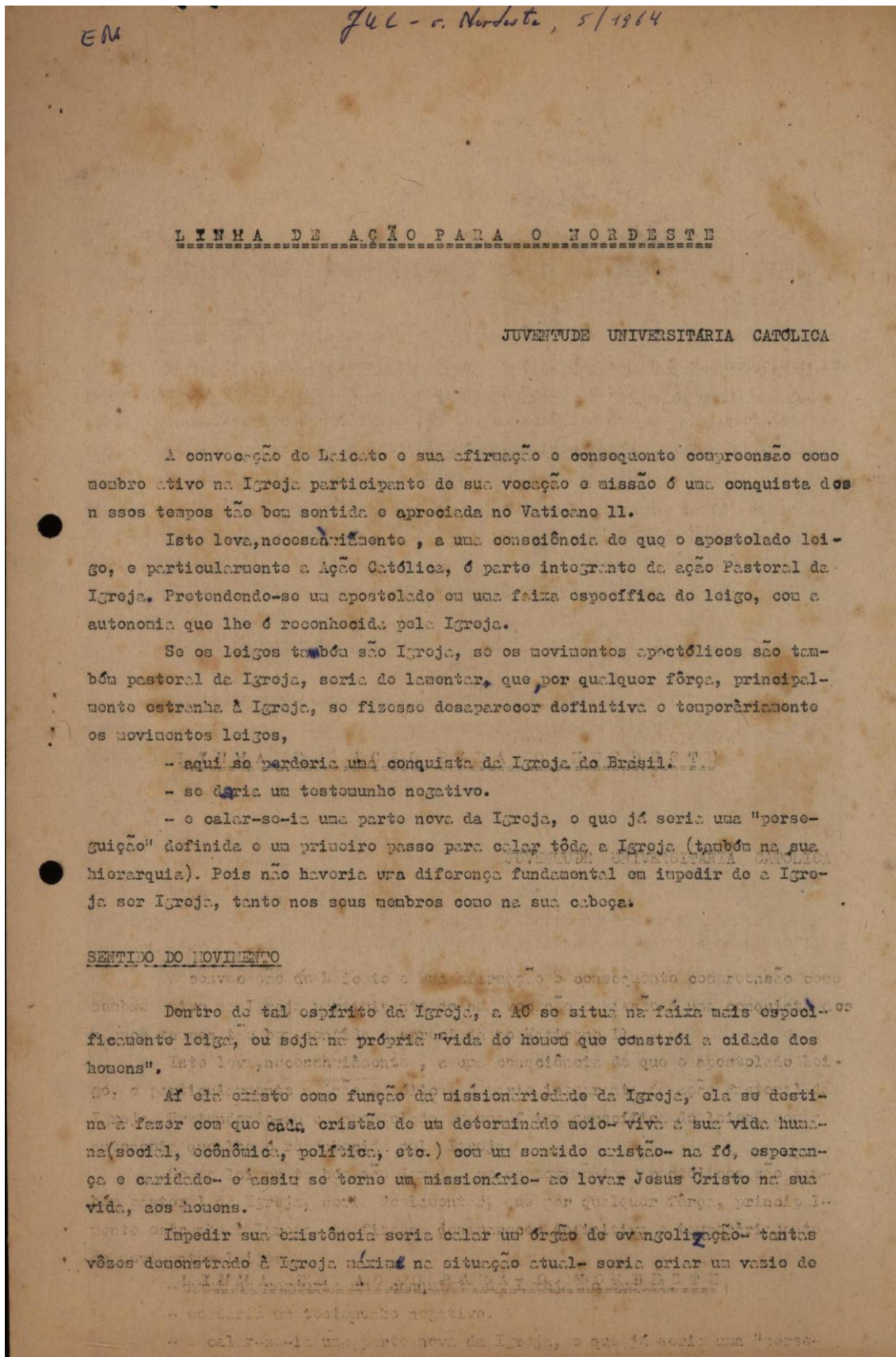
Uma das características da situação atual é a crise brasileira como uma crise de conjuntura uma vez que os industriais do Brasil não encontram mercados internos e externos para seus produtos. Esta ausência de mercados é devida entre outros à existência de uma estrutura agrária pre-capitalista no Brasil, e pelos entraves que o capitalismo internacional sob sua forma imperialista nos oferece. O regime vigente, tendo entre suas forças de sustentação classes contraditórias enquanto se chocam os seus interesses, entram em conflito entre si, não permitindo ao governo constituir qualquer solução real para a crise.

Proposta aprovada em plenário, referente a esta comissão.

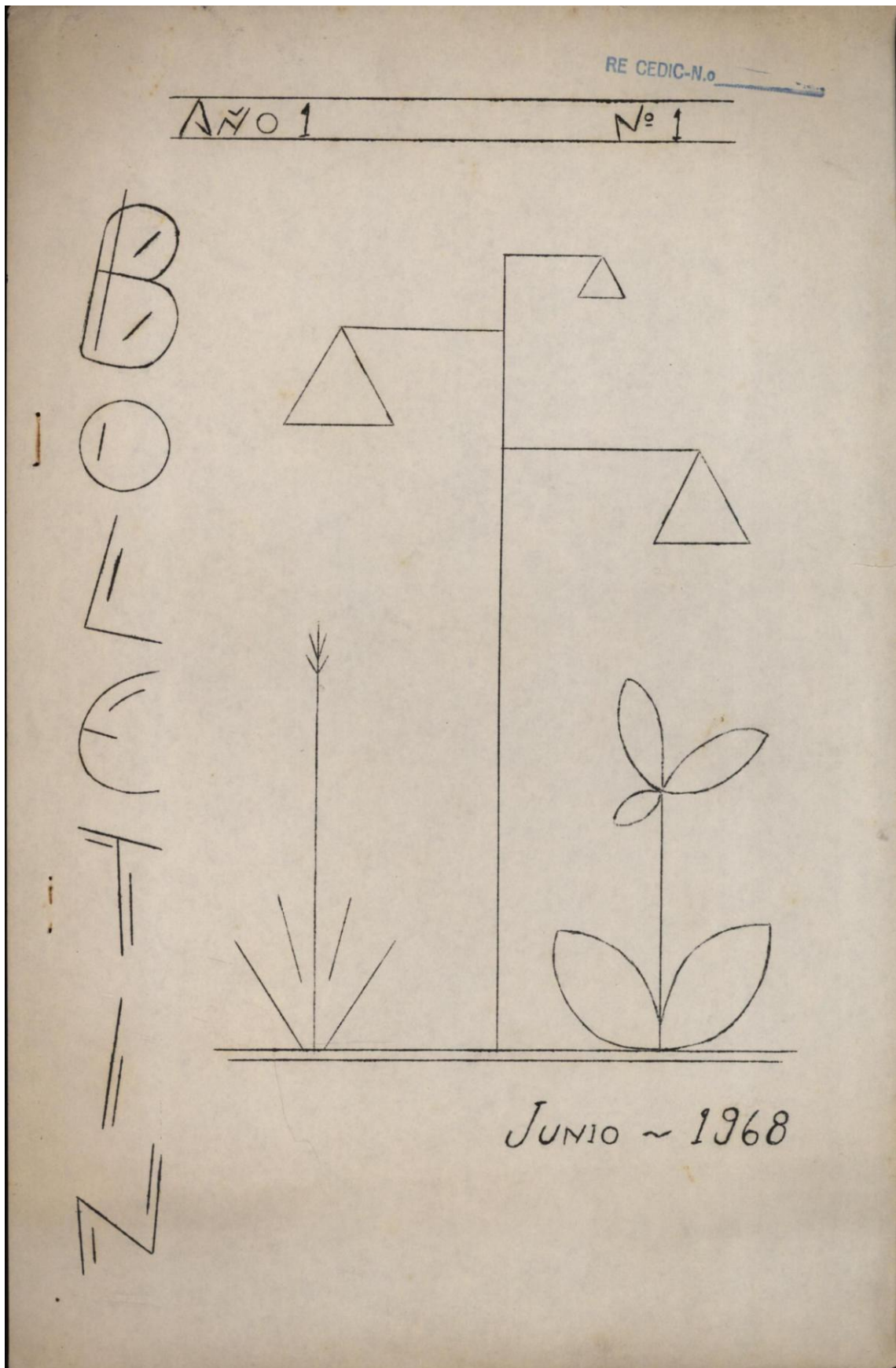
Nós, os abaixo-assinados representantes de bancadas junto à Comissão de Problemas Nacionais, no XXVII Congresso Nacional dos Estudantes, propomos a seguinte resolução:

1. Considerando ser compromisso fundamental dos universitários brasileiros a luta pela superação das estruturas desumanizantes, vigentes e pela concretização do processo de libertação nacional;
2. Considerando estar essa luta sendo impedida pelos representantes daquelas estruturas de dominação ora no poder;
3. Considerando ser o movimento estudantil no atual momento a única força organizada capaz de dar continuidade àquele processo e falar em nome do povo emudecido;
4. Considerando ser a lei Suplicy um dos instrumentos do governo para cercear a atividade dos universitários eliminando qualquer resistência a sua política;

ANEXO 6- CARTA DO REGIONAL NE-2, RECIFE (MAIO DE 1964)



ANEXO 7- PRIMEIRO RELATÓRIO DO MEIC (1968)



ANEXO 8- DOM HELDER CÂMARA. SEMINÁRIO NO NORDESTE (1966)

RE CEDIC-N.º _____

INAUGURAÇÃO QUE VALE UM SÍMBOLO

Discurso de Dom Helder Câmara, na inauguração do Seminário Regional do Nordeste.
Recife (Pernambuco, Brasil) 2-5-1965.

I - Realismo da Igreja. Continuada do Cristo

A Santa Sé desejou e, praticamente, construiu o Seminário Regional do Nordeste, que V. Excia. Revma., em nome do Santo Padre, o Papa Paulo VI, na manhã de hoje, ofertou ao Pai no Santo Sacrifício e vai, solenemente, declarar inaugurado, dentro de poucos instantes.

Nossa maneira de corresponder à solicitude do Sumo Pontífice consiste em dizer o sinal imenso que descobrimos nesta instituição e o programa de vida e de trabalho que o Seminário Regional nos inspira.

Sem dúvida, aqui, como em qualquer parte do Mundo, o Seminário é uma instituição destinada a formar sacerdotes e, aqui, como em todos os recantos da terra, a missão essencial do padre é o anúncio da mensagem da Salvação. Mas a Igreja, Continuada do Cristo, tem o senso do real: sabe descobrir o que lhe cabe especificamente fazer, agora, aqui, nas circunstâncias de tempo e de lugar em que se acha. Ora, o Seminário Regional se abre em 1965 e no Recife. Para quem tem olhos de ver, isto significa: o Seminário se abre no coração do Nordeste brasileiro e quando já se inicia a década de desenvolvimento.

Ocorre que desenvolvimento é uma grande e bela noção, até hoje muito mutilada em sua essência e muito sacrificada em suas implicações. Quando muito se tem completado o desenvolvimento econômico pelo desenvolvimento social. Quando muito se parte do desenvolvimento de uma região para a expansão global de um país.

O Seminário Regional nasce com a incumbência de dar-nos sobre a idéia do desenvolvimento toda a sua larga significação humana e de acrescentar-lhe a dimensão nova que o sobrenatural traz aos limites humanos.

O Seminário Regional, dentro da idéia exclusiva de serviço e confiante em Deus que se serve de instrumentos humildes, nasce atento a uma circunstância que lhe parece providencial: a América Latina tem posição singular no embate entre o Mundo desenvolvido e o Mundo em desenvolvimento. Acontece que o Brasil dentro da América Latina, o Nordeste dentro do Brasil, o Recife dentro do Nordeste - e quem sabe, o Seminário Regional dentro do Recife - têm missão a cumprir, serviço a prestar.

Entender esta problemática é compreender o acerto com que Roma praticamente exigiu este Seminário, maneira discreta e segura de estar presente ao desenvolvimento, o mais universal, o mais importante e o mais urgente problema enfrentado pela humanidade nos nossos dias.

II - Indevida e falha a divisão entre Evangelização e Humanização

Esta Casa preparará sacerdotes para evangelizar. Mas não se evangelizam seres abstratos, intemporais e residentes no vácuo. Evangelizam-se criaturas humanas, concretíssimas, inseridas no espaço e no tempo.

ANEXO 9- CIRCULAR JUC, 1 (NATAL DE 1966)

RE CEDIC-N.º _____

circular - 1

J U C N A T A L D E 1 9 6 6

Companheiros

Procurando refletir sobre nossas responsabilidades no meio universitário, o que realizamos em 1966, quais as nossas perspectivas para o ano entrante, a Equipe de Coordenação sentiu necessidade de comunicar-se com todos vocês PARA UM ESFÔRÇO CONJUNTO DE REVISÃO CRÍTICA, que objetivasse um ponto de partida para o planejamento do ano que vem.

Inicialmente procuramos caracterizar o nosso meio universitário e chegamos a mesma conclusão de há dois anos atrás quando o Boletim Azul afirmava: "Uma visão, ainda que superficial, sobre o movimento universitário, descobre um certo esvaziamento de conteúdo ideológico em suas posições. Não de raro, há uma queda inconsciente em slogans e chavões despersonalizantes. O período pós-greve aparece imcompreensível no meio universitário. Um arrefecimento face a um aparente fracasso, e mesmo um descaço, na conscientização e continuação da luta".

Achamos que este texto continua verdadeiro numa rápida caracterização do meio estudantil, hoje. O imediatismo dos grupos políticos dedicados, dentro da Universidade, somente à DENÚNCIA do regime, sem criar com os estudantes outras formas de engajamento, tem levado a massa universitária a dois tipos de comportamento:

a) o comportamento da minoria, empréstimo das esquerdas, e caracterizado pelo slogan ABAIXO A DITADURA.

b) o comportamento da maioria, empréstimo dos grupos reformistas e caracterizado pela negação da opção político-ideológica.

Concluímos que a JUC, no seu conjunto, sentiu-se impotente na luta pela superação daquelas duas alternativas, ou mesmo não tomou consciência delas. Aquêles que se engajaram nas diversas manifestações estudantis e mesmo na organização delas, não conseguiram dar uma continuidade que despertasse o compromisso do universitário na transformação da sociedade onde vivemos.

Mas porque isso? Deixou o movimento de esferecer instrumentos de reflexão para ação?

Uma breve revisão do Centro do Rio em 66 leva-nos a enumerar alguns pontos:

1) Não aprofundamento do cristianismo para uma opção política-ideológica que nos comprometa com o homem brasileiro. Estamos

FONTES PRIMÁRIAS:

Documentação:

AÇÃO POPULAR. *Documento de base*. Verbum, Rio de Janeiro, t. XXI, fasc. 1-2, p. 67-95, mar./jun., 1964.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências, Brasília, DF.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituiciones, Decretos, Declaraciones, Documentos Pontificios Complementarios*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Declaração por Tempos novos com Liberdade e Democracia*, CNBB, 2014.

DOM HÉLDER CÂMARA. *Discurso de Dom Hélder Câmara na inauguração do Seminário Regional do Nordeste*, Recife, maio de 1965.

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA. *Boletim Nacional de 10 anos*, 1960.

_____. *Carta da JUC do NE-2*, 1964.

_____. *Boletim Nacional*, nº 3, 1965.

_____. *Circular JUC*, nº 1 – 1966.

MOVIMENTO DE AÇÃO CATÓLICA UNIVERSITÁRIA. *Secretariado Latino Americano*, 1964.

PASTOTAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Pastoral da Juventude Estudantil do Brasil: nossa vida, nossos sonhos*. Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil, CNBB.

_____. *Marco Referencial - Nossa Vida, Nossos Sonhos*. CNBB, São Paulo/ 11ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 2001.

_____. *Marco Referencial - Quem somos? A que viemos?* CNBB, São Paulo / 8ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 1994.

PAPA LEÃO XIII. *Rerum Novarum* (das coisas novas), Roma, 1891.

PAX ROMANA – MIEC. *El Movimiento de Acción Católica Universitária: Reflexão Teológica e Metodológica*, nº 4, 1964.

PIO XI. *Quamvis Nostra*: sobre a ação católica. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1950. (Col. Documentos Pontifícios, 42).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA-SP. *Do Golpe ao Congresso de Ibiúna*, Comissão da Verdade, PUC/SP.

RELATÓRIO DO ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ASSESSORES, 1968.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Resolução do 27º Congresso Nacional dos Estudantes*, 25 a 30 de julho de 1965.

Jornais e revistas:

ÚLTIMO SEGUNDO – *Entrevista com Frei Betto*. Ricardo Garlhado, 19/07/2012. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-19/a-partir-de-d-paulo-mudou-tudo-diz-frei-betto-sobre-apoio-da-igreja-ao-golpe.html>. Acessado em 02 de fevereiro de 2020

FOLHA DE SÃO PAULO. *Betinho, o militante da Utopia*. Frei Betto. 11 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110811.htm>. Acessado em 02 de fevereiro de 2020.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. *Igreja e Ditadura: Como os religiosos se tornaram o maior inimigo dos militares*. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com/aventuras-historia/igreja-ditadura-como-religiosos-se-tornaram-maior-inimigomilitares-797115.shtml>. Acesso em 18/08/2014.

SUPER INTERESSANTE. *Mito: “a Igreja apoiava a Ditadura Militar”*, HORTA, Maurício, abril de 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mito-a-igreja-apoiava-a-ditadura-militar>. Acessado em: 10 de outubro de 2021

ISTO É. *A Voz de Serra na UNE*. 07 de julho de 2010, nº2121. Disponível em: https://istoe.com.br/85393_A+VOZ+DE+SERRA+NA+UN. Acesso em: 27/10/2021

CARTA APOSTÓLICA *Quamvis Nostra*. *Documentos Pontifícios*, nº 42, /Petrópolis, Vozes, 1950. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/letters_index.htm. Acessado em: 14 de maio de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Prefácio. In: *Brasil Nunca Mais: um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de 1968: barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. *Igreja Católica e o Golpe de 1964* (artigo). Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/39-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964>.

Acessado em: 27 de outubro de 2018.

BEZERRA, Paulo. *Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem*. Editora Record, 2014.

BOFF, Leonardo. *Teoria do Cativo e da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORAN, J. C. S. *O Futuro Tem Nome: Juventude: sugestões práticas pra trabalhar com jovens*. São Paulo: Paulinas, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Condição de classe e posição de classe e Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Organização por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 39).

_____. O espaço social e suas transformações. In: *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.

BRIGHAN, Erin M. *See, Judge, Act: Catholic Social Teaching and Service Learning*. Winona, Minnesota: Anselm Academic, 2019.

CÂMARA, Dom Helder. *Circulares Conciliares*. Orgs Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araujo Faria. Recife: CEPE. 2009.

CARTA APOSTÓLICA Quamvis Nostra, 2ª. Ed. Documentos Pontifícios, n° 42, Petrópolis: Vozes, 1950. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/letters.index.htm>. Acessado em: 14 de maio de 2021

CEHILA, *Para uma História da Igreja na América Latina: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CNBB. *Declaração por Tempos novos com Liberdade e Democracia*, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia>. Acessado em: 05 de setembro de 2021.

CORREA, Maria Leticia. História e sociologia. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes (orgs.). *História e Parceria*. Seropédica: EDUR, 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói, vol. 14, nº 28, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006. Acessado em: 20 de maio de 2020.

DE MORAIS, S. Ferro; CORRÊA A.; MOREIRA S. C.; DICK, H. H. *Pastoral da Juventude Estudantil do Brasil. "Nossa vida, Nossos Sonhos"*. Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil. CNBB, 2002.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5º Ed, Petrópolis: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada. As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *A Formação dos Intelectuais*. Tradução de Ferreira S. ed. Torres e Abreu, 1972.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura..* São Paulo: Círculo do Livro.

HOBBSAWM, Eric, *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras, 2005, São Paulo.

_____. *Sobre História*. Companhia das Letras. São Paulo, 1997.

- KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: Editora L&PM/CEDECP, 1986.
- LARA, José Victor. Um novo paradigma? A Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, vol. 18, nº 204, 2018.
- LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea: encontro com a Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MAGALHÃES, Felipe Santos Magalhães. Varrendo a Imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). *Revista PUC-SP. Projeto História*. São Paulo, nº 35, pp. 271-290, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2222/1323>. Acessado em: 14 de outubro de 2020.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*. 4ª ed. São Paulo: Dominus, 1962.
- MATOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma História da UNE (1945-1964)*. São Paulo: Ed Pontes, 2014.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 1993. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280258>. Acesso em: 13/10/2020.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/16045987/O_golpe_de_1964_e_meio_s%C3%A9culo_de_c ontrov%C3%A9rsias_o_estado_atual_da_quest%C3%A3o_Cap%C3%ADtulo_de_A_mis%C3%A9ria_da_historiografia](https://www.academia.edu/16045987/O_golpe_de_1964_e_meio_s%C3%A9culo_de_controv%C3%A9rsias_o_estado_atual_da_quest%C3%A3o_Cap%C3%ADtulo_de_A_mis%C3%A9ria_da_historiografia). Acessado em: 10 de setembro de 2020.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Golpe Militar de 1964 como fenômeno de Política Internacional. In: TOLEDO, Caio de NAVARRO (org.) *1964: Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *Marco Referencial - Quem somos? A que viemos?* Brasil São Paulo / 8ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 1994.

_____, Marco Referencial – Nossa Vida, nossos Sonhos. CNBB, São Paulo/ 11ª Ass. Nacional da Pastoral da Juventude Estudantil, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções Utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

PUC-SP. *Do Golpe ao Congresso de Ibiúna*, Comissão da Verdade, PUC/SP; Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/movimento-estudantil-periodi-zacao-1964-68.html>. Acessado em: 05 de setembro de 2021.

QUELER, Jefferson José. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). *Tempo*, vol.14, nº 28. Niterói, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100006>. Acessado em: 20 de outubro de 2020.

REIS, Daniel Aarão, *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

_____. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *O Século XX: O tempo das crises*, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O Século XX: O tempo das Dúvidas*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REMOND, René. *O Século XX*. São Paulo Cultrix, 1990.

RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. *Latin American Studies Association Meeting*, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. SMO14 Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acessado em: 24 de outubro de 2018.

_____. *1968: Rebeliões e Utopias*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX. Volume 3: O Tempo das Dúvidas: do Declínio das Utopias às Globalizações..* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *1968 - de novo!* USP. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5013044/mod_resource/content/1/1968.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2020.

SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008.

- SANTOS, Ana Maria dos. América Latina: Dependência, Ditadura e Guerrilhas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX*. Volume 3: O Tempo das Dúvidas: do Declínio das Utopias às Globalizações. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SENA, Luiz Gonzaga de. A Juventude Universitária Católica. Algumas reflexões sobre uma experiência de vida Cristã. *Revista Eclesiástica Brasileira*, n° 60/240 (dez/2000, p 804-809); 61/241 (mar/2001, p 101-113); (jun/2001, p.365-388).
- SIGRIST, José L. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo, Cortez/UNIMEP, 1982.
- SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- _____. *Revoluções da minha geração*. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996.
- SOUZA, L. A. Gómez. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.
- _____. *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*, 2 ed. Campinas, SP, Unicamp, 2014.
- VASCONCELOS, Claudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968) a preservação do Legislativo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 29, n° 49, 2013.